



PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO-OESTE DO BRASIL - PDIF



Edgar Aparecido da Costa
(Coord.)



PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO-OESTE DO BRASIL - PDIF

Projeto de pesquisa desenvolvido com recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) através do TED SUDECO nº 12/2022 e executado em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). O projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação (PPG) em Estudos Fronteiriços (UFMS) e ao PPG Geografia (UNEMAT).

Reitor

Prof. Dr. Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Profa. Dra. Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Diretor do Campus do Pantanal

Prof. Dr. Aguinaldo Silva

Equipe

Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa - UFMS

Eng. Adilson Domingos dos Reis – ARO-Agenda Regional Oeste

Prof. Dr. Aguinaldo Silva - UFMS

Profa. Dra. Ana Carolina Pontes Costa - UFMS

Prof. Dr. Anderson Luis do Espirito Santo - UFMS

Profa. Dra. Beatriz Lima de Paula Silva - UFMS

Profa. Dra. Cláudia Araújo de Lima - UFMS

Prof. Ms. Jesã Pereira Kreitlow - UNEMAT

Profa. Dra. Luciana Escalante Pereira - UFMS

Prof. Dr. Marco Aurelio Machado de Oliveira - UFMS

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - UFMS

Prof. Dr. Renato Fonseca de Arruda - UNEMAT

Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves - UNEMAT

Prof. Silvio Tavares Monteiro

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA
DO CENTRO-OESTE DO BRASIL - PDIF**

Equipe de Apoio Técnico - UNEMAT

Profa. Dra. Rosilainy Surubi Fernandes

Prof. Dr. Bruno de Souza Lima

Prof. Dr. Evaldo Ferreira

Acadêmicos bolsistas de Iniciação Científica - UFMS

Kemilly Kellin Leon Castedo

Luis Henrique Banegas Soares

Maísa Guimarães Pereira

Maria Elisa Pereira da Silva

Mariana Cavaglieri Kaspary Azevedo Bighetti

Acadêmicos bolsistas de Iniciação Científica - UNEMAT

Anderson Silva Leite

Carlos Miguel Velasco Revilla

Eric Rodrigues de Lima

João Henrique da Silva Massavi

Jordi Alcântara Ferreira

Josimar Alves Figueredo

Lívia Angélica Siqueira de Oliveira

Poliélson Otil da Silva

Coordenação administrativa: Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC

A capa foi concebida e produzida por Douglas Voks e Luciana Escalante Pereira

Corumbá/MS, 15 de fevereiro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve a contribuição de inúmeras pessoas às quais precisamos nominar e agradecer. Primeiramente, só foi possível graças a insistência de Caio Victor Viera Silva Martins, assessor de políticas públicas da Divisão de Espaços Prioritários da Sudeco em 2022 e aos esforços de José Joaquim Carneiro Filho, Diretor de Planejamento e Avaliação da Sudeco (2022) – DPA da Sudeco;

Nosso agradecimento especial a Tatiane Laís Lopes Fernandes Oliveira, Analista Administrativo II, da Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA da Sudeco – uma pessoa extremamente competente e apaixonada pelo planejamento territorial. Suas observações, criteriosas e seu respeito para o nosso trabalho foram balizadores importantes de nossa relação;

Em nome de todos o pessoal ligado à Sudeco, agradecemos à Rose Modesto, mulher sul-mato-grossense, superintendente desta importante instituição que realiza um profícuo trabalho em prol do desenvolvimento da Região Centro-Oeste do Brasil;

Agradecemos ao reitor da UFMS, Marcelo Augusto dos Santos Turine, pelo apoio incondicional e todo o respaldo que ofereceu à Equipe de trabalho para a realização da pesquisa;

Agradecemos ao corpo técnico da UFMS que nos ajudou na parte burocrática. Sem eles não daríamos conta. Nosso muito obrigado em nome de Amanda Yuki Inagaki, Secretária de Articulação Institucional, da SEARI/AGINOVA/UFMS e Paulo Roberto Nunes Viana, Assistente em Administração, SEARI/AGINOVA;

Agradecemos imensamente à FAPEC pelo apoio na execução do projeto e pela condução financeira através de sua diretora-presidente Nilde Clara de Souza Benites Brun e seu pessoal, em especial Rita Coelho, coordenadora de projetos da Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Fapec; Renata Milani Araújo, analista de projetos da Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Fapec; Gabriel Masiero Lima Silveira, analista de projetos da Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Fapec;

Por fim, em nome de João Felix de Lima e Souza Filho, Superintendente de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - Sedec/MT e de David Pérez Rapu, cônsul da Bolívia no Brasil na cidade de Cáceres/MT, pessoas que nos ajudaram extraordinariamente, agradecemos ao pessoal das secretarias estaduais e municipais, prefeitas e prefeitos, vereadoras e vereadores, pessoas do comércio, de ONGs, agricultoras e agricultores, comerciantes e civis que nos atenderam, que ofereceram suas ideias e sugestões para um futuro ainda melhor. Somos gratos a todos e desejamos que nosso trabalho possa ajudar a buscar recursos e melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação	ANA - Agência Nacional de Águas
ANTF - Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários	ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
APOMS - Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul	BASA - Banco da Amazônia
BB - Banco do Brasil	BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BO - Bolívia	BR - Brasil
CEF - Caixa Econômica Federal	CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde	FF-CO - Faixa de Fronteira da região Centro Oeste
FNS - Fundo Nacional de Saúde	Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
IG - Indicação Geográfica	MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MLAL - Movimento Leigo da América Latina	MS - Mato Grosso do Sul
MT - Mato Grosso	OCS - Organizações de Controle Social
PDFF - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	PDIF - Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste
PDP - Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo	PIB - Produto Interno Bruto
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional	PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNVS - Política Nacional de Vigilância em Saúde	PY - Paraguai
RNDS - Rede Nacional de Dados em Saúde (SAES - Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
SESAI - Secretaria de Saúde Indígena	Sinfra - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
SUS - Sistema Único de Saúde	UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso	VAB - Valor Adicionado Bruto
ZPE - Zona de Processamento de Exportação	Agessul - Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos
Agrar - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural	ALMT - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	DGEEC - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Empaer - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
FDCO - Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste	FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
Fonplata - Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata	Funai - Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE - Instituto Nacional de Estatística	LABGEO - Laboratório de Geotecnologias Unemat
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MEC - Ministério da Educação	MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MTur - Ministério do Turismo	NEAP - Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal
OIT - Organização Internacional do Trabalho	ONGs - Organização Não-Governamental
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural	SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
Sanesul - Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Seilog - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul	Semadesc - Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC - Serviço Social do Comércio	Sidra - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	TCE - Tribunal de Contas do Estado
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Quadro 1 - Procedimentos metodológicos segundo os Eixos Estratégicos da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste do Brasil	9
Quadro 2 - Municípios brasileiros na Faixa de Fronteira, distribuídos por regiões definidas por arcos	11
Tabela 1: Municípios com sede fora da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO).	13
Tabela 1: Municípios com sede fora da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO)	14
Tabela 2: Municípios e cidades-gêmeas, mato-grossenses e sul-mato-grossenses com sede na FF-CO e suas respectivas áreas totais, áreas em km e percentual na faixa	15
Quadro 3 - Sub-regiões que formam o Arco Central da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste brasileiro.	17
Figura 1: Regiões de planejamento da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste (FF-CO).	18
Figura 1 - Municípios com cursos técnicos profissionalizantes na FF-CO	20
Figura 2 - Universidades públicas com cursos presenciais na FF-CO	20
Quadro 5 - Cursos de pós-graduação stricto sensu oferecido em municípios da FF-CO	21
Figura 4 - Principais demandas rodoviárias estruturantes para a integração à Bolívia e acesso brasileiro ao Oceano Pacífico via FF-CO	29
Figura 5 – Municípios com pontos de Fronteira Alfandegados da FF-CO	29
Figura 6 - Cobertura da atenção primária - PNPS 2020-2023, segundo a quantidade de municípios da FF-CO	38
Figura 7 - Dinâmica populacional nos municípios da FF-CO	54
Figura 8 - Distribuição dos Assentamentos nos municípios da FF-CO, considerando a quantidade por município.	55
Figura 9 - Presença de Terras Indígenas na FF-CO	56
Figura 10 - Municípios com territórios quilombolas, considerando as suas diferentes fases de regularização	56
Figura 11 - Municípios com produção orgânica certificada na FF-CO através de organizações reconhecidas pelo MAPA (2023)	57
Figura 12 - Instituições bancárias públicas e privadas distribuídas por município na FF-CO	59
Figura 13 – Registros de Inundações em Mato Grosso, 2022	84
Figura 14 - Registros de Inundações em Mato Grosso do Sul, 2022	84
Figura 15 – Uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul em 2017	85
Figura 16 – Uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul em 2021	85
Figura 17 – Uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso em 2017	85
Figura 18 – Uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso em 2021	85
Figura 19 – Unidade de Conservação em Mato Grosso	86
Figura 20 – Unidade de Conservação em Mato Grosso do Sul	86
Quadro 4 - Proposta síntese geral para a Sudeco	93

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA.....	9
3. ARCO CENTRAL E A FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE BRASILEIRA	10
4. VISÃO REGIONALIZADA DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO OESTE ..	15
5. EIXOS ESTRATÉGICOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA CENTRO-OESTE.....	19
5.1 - EDUCAÇÃO.....	19
5.2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	27
5.3 - SAÚDE	38
5.4 - SEGURANÇA	50
5.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	54
5.6 - TURISMO.....	71
5.7 - MEIO AMBIENTE.....	84
6. PROPOSTA PARA A SUDECO PENSAR NA SUA ATENÇÃO NAS FRONTEIRAS	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	96

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Faixa de Fronteira configura uma importante diretriz das políticas nacional e internacional. A vasta extensão territorial que permite ao Brasil estabelecer fronteira com quase todos os países da América do Sul conforma possibilidades e especificidades regionais que, conseqüentemente, inviabilizam ações padronizadas, ao passo que potencializam perspectivas de atuação para a integração sul-americana.

A elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das áreas de fronteiras são, também, dificultadas por aspectos legais, diplomáticos e falta de articulação do território com o centro político-decisório do país. Os próprios estados padecem de informações sobre a região, considerando principalmente o elevado grau de informalidade de diversas ações executadas na fronteira. Acredita-se que a execução do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil (PDIF) tornará a fronteira integrada, nacional e internacionalmente, com cidadania plena e qualidade de vida.

Vale destacar que o objeto da ação visa levantar informações e projetos vinculados aos pontos críticos e oportunos relacionados aos eixos relevantes para a fronteira do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como fortalecer suas relações com os estados de Rondônia e Paraná e os países vizinhos, Bolívia e Paraguai.

Neste relatório, apresentaremos um estudo técnico com diagnóstico da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO), considerando as nuances e particularidades municipais e estaduais, que possam subsidiar análises sobre os diferentes contextos locais e regionais que implicam no desenvolvimento das ações previstas para auxiliar na elaboração de propostas dos Eixos Estratégicos do PDIF.

As carteiras de projetos e ações são balizadoras para a atuação de forma coordenada, convergente e cooperada entre os órgãos de governo (federal, estadual e municipal) e demais parceiros públicos e privados presentes nos territórios. Mas, tudo depende da vontade política em acreditar que a fronteira pode ser vista sob outras perspectivas que não aquelas do centro.

Importante salientar a importância da governança fronteira estabelecida nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul por meio dos Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs, até então desativados), compostos por diversos atores públicos nas mais diversas áreas de atuação, capazes de contribuir de forma significativa para o direcionamento das políticas públicas, elaboração de projetos, pesquisas e desenvolvimento e na facilitação dos processos de condução das ações que fomentam o desenvolvimento regional.

O público beneficiário desta proposta abrange a população de 1.718.196 habitantes dos 73 municípios localizados na Faixa de Fronteira do Brasil da Região Centro-Oeste, sendo 45 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso.

Os resultados deste projeto resultaram nas seguintes metas e produtos:

- META 1 - Elaboração dos diagnósticos dos Eixos Estratégicos
 - Produto: Diagnósticos dos Eixos Estratégicos: segurança; saúde; infraestrutura e logística; educação; desenvolvimento econômico; turismo; e meio ambiente;
- META 2 - Diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste
 - Produto: Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste;
- META 3 - Diagramação do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste (Versões para publicação).
 - Produto: Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste em versão digital (E-book) com disponibilização para download (<https://ppgefcpn.ufms.br/category/produtos/>) e analógico (Impresso – 100 unidades) em versão reduzida (Colorida e capa dura).

O objetivo deste volume é apresentar o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil - PDIF, elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “Diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil – PDIF”, cujo o escopo foi elaborar, por intermédio do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste (PDIF), uma carteira de intervenções estratégicas para a promoção do desenvolvimento regional e urbano e melhoria da qualidade de vida da população desta sub região prioritária, desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS - Campus Pantanal), sob coordenação do Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa, em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT - Campus Cáceres), sob coordenação da Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves.

2. METODOLOGIA

Para elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil – PDIF foram utilizados os dados obtidos nos diagnósticos dos Eixos Estratégicos: segurança, saúde, infraestrutura e logística, educação, desenvolvimento econômico, turismo e meio ambiente, quando foi executada pesquisa em bancos de dados sobre os municípios da faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como visita e ligações telefônicas para agentes territoriais de cada um dos 73 municípios componentes da área de estudo (Meta 1 – disponível em <https://ppgefcpn.ufms.br/category/produtos/>). Os procedimentos adotados constam no quadro 1 e estão em conformidade com os Eixos Estratégicos.

Quadro 1 - Procedimentos metodológicos segundo os Eixos Estratégicos da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste do Brasil

Eixo Estratégico	Procedimentos da pesquisa
Segurança	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)
Saúde	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos, Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), prefeituras municipais, visitas técnicas e entrevistas com gestores)
Infraestrutura e logística	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE, TCE, Sidra, Ipea, Censos, secretarias e fundações dos governos estaduais e federal) Entrevistas junto às prefeituras municipais, secretarias estaduais, universidades e gestores.
Educação	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos, INEP, prefeituras municipais, entrevistas com gestores)
Desenvolvimento econômico	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)
Turismo	Utilização de bancos de dados disponíveis (MTur, IBGE, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores, pesquisa em dissertações e teses)
Meio ambiente	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE, ANA, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)

A partir disso, foram realizadas pesquisas em três referenciais principais: Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste PRDCO 2024 -2027 (Sudeco, 2023), Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça do Estado de Mato Grosso – PDIF/MT (Mato Grosso, 2012) e Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS (Mato Grosso do Sul, 2012). Foram consultados documentos de conferências nacionais de temáticas ligadas aos eixos estratégicos e noticiários online sobre tendências globais e regionais. Deste conjunto de informações estratégicas e da leitura atenta da matriz SWOT gerada na Meta 1 é que se propôs a carteira de projetos apresentadas neste documento.

3. ARCO CENTRAL E A FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE BRASILEIRA

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu no § 2º do art. 20 como Faixa de Fronteira a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres. Desde então, essa fração de território foi ampliada e assumida politicamente como fundamental para defesa do território nacional. Todavia, desde a Lei 6.634, de 1979 (Brasil, 1979), os municípios da faixa de fronteira estão sob legislação específica para áreas de segurança nacional e recebem auxílios financeiros específicos por parte do governo federal, que, sem prévia autorização, estabelece regras rígidas tanto para a concessão de terras públicas quanto para a construção de aeroportos, estradas, pontes e a instalação de empresas de mineração, por exemplo.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010 foram desenvolvidos debates e estudos técnicos que subsidiaram a elaboração de propostas de abordagem para enfrentar os múltiplos problemas sociais existentes nos municípios que formam esse extenso território nacional. A partir de 2019, através do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 (Brasil, 2019), para responder essa compreensão e atacar os problemas existentes, foi institucionalizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Ao considerar a proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), as Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (Brasil, 2010), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a proposta de “Consolidação dos Planos de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira” (Brasil, 2017) e o documento de referência Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste PRDCO 2024 -2027 (Brasil, 2023), observou-se que o Governo Federal tem estabelecido a sua base territorial de ações e áreas de planejamento na faixa de fronteira, dividindo-a em três grandes arcos.

O Arco Norte, com limite que abarca a faixa de fronteira dos Estados do Pará, Amapá, Roraima e Acre; o Arco Central, com abrangência da faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e; o Arco Sul, que contempla a faixa de fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes três arcos estabelecem 588 municípios como área de abrangência.

Contudo, com base no levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), identificou-se a perda de dois municípios no Amazonas e, *pari passu*, também ocorreu o reconhecimento de um percentual do território de quatro municípios na Faixa de Fronteira, ampliando de 588 para 590 municípios, em especial nos estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Quadro 2).

Estes grandes arcos estão divididos em 17 (dezessete) sub-regiões, como frutificação do reconhecimento da complexidade existente na diversidade de organização territorial, bem como nos múltiplos sistemas econômicos, administrativos e culturais existentes ao longo de toda extensão territorial que abarca os 150 km que demarca a faixa de fronteira terrestre brasileira.

Quanto à posição geográfica dos municípios em relação à linha de fronteira, o Governo Federal tem dividido administrativamente em duas categorias principais: os municípios lindeiros e os não-lindeiros.

Quadro 2 - Municípios na Faixa de Fronteira, distribuídos por regiões definidas por arcos

ARCO	ESTADO	Nº. MUNICÍPIOS 2005/2017	IBGE 2022
I - Norte	Amapá	8	8
	Pará	5	5
	Roraima	15	15
	Amazonas	21	19
	Acre	22	22
	Total	71	69
II - Central	Rondônia	27	28
	Mato Grosso	28	28
	Mato Grosso do Sul	44	45
	Total	99	101
Sul	Paraná	139	139
	Santa Catarina	82	83
	Rio Grande do Sul	197	198
	Total	418	420
Total de Municípios		588	590

Fonte: Brasil, 2017; IBGE, 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

No grupo dos municípios lindeiros, há uma subdivisão em três subgrupos distintos: 1) aqueles cujo território municipal faz fronteira direta com o país vizinho, e sua sede está localizada na própria linha internacional, podendo ou não ter uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (conhecidos como cidades-gêmeas); 2) municípios cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede municipal não está localizada na linha internacional; e 3) municípios cujo território faz divisa com o país vizinho, mas a sede municipal está localizada fora da Faixa de Fronteira.

Enquanto o grupo dos municípios não-lindeiros, que se encontram no interior da faixa, pode ser subdividido em duas categorias: 1) aqueles cuja sede municipal está localizada dentro da Faixa de Fronteira; e 2) aqueles cuja sede municipal está fora dos limites da Faixa de Fronteira (Brasil, 2010; 2017; 2023). Essa divisão estabelece diretrizes para a definição dos municípios que passaram a compor o perímetro da faixa de fronteira da região Centro Oeste do Brasil.

Conforme o Grupo Retis/IGEO UFRJ (Brasil, 2005) e a proposta presente no documento “Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriço”, o Arco Central foi constituído com base nas referências de desenvolvimento regional e identitárias, considerando o caráter de “transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do País e de sua posição central no subcontinente. É nele onde se encontram as duas principais bacias hidrográficas sul-americanas: a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná–Paraguai” (Brasil, 2010, p. 19).

A partir da definição do Arco Central e os critérios jurídicos e técnicos para integrar a Faixa de Fronteira que se estabeleceu diretrizes para o reconhecimento atual de um conjunto de 101 (cento e um) municípios, que passaram a compor o perímetro da Faixa de Fronteira da região Centro Oeste (FF-CO) do Brasil, aos quais estabelecem as fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.

Na perspectiva administrativa interna brasileira, o Arco Central constitui-se a partir de uma grande diversidade cultural, ambiental, econômica em meio aos três biomas, ou seja, Amazônia, Cerrado e Pantanal, bem como é organizado de forma plural e distinta social, temporal e territorialmente em meio aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Desta forma, com base nos documentos de base de 2017 (Brasil, 2017), este Arco encontrava-se dividido em:

VII. Sub-região Madeira-Mamoré (Sub-região Cultural Madeira-Mamoré). Inclui os municípios de:

1 - Campo Novo de Rondônia, 2 - Buritis, 3 - Guajará-Mirim, 4 - Nova Mamoré e 5 - Porto Velho no Estado de Rondônia.

VIII. Sub-região Fronteira do Guaporé (Sub-região Cultural Alto Paraguai/MT e Vale do Guaporé/RO). Inclui os municípios de:

6 - Costa Marques, 7 - Seringueiras, 8 - São Miguel do Guaporé, 9 - Alvorada d'Oeste, 10 - Nova Brasilândia d'Oeste, 11 - Novo Horizonte do Oeste, 12 - Rolim de Moura, 13 - Alta Floresta d'Oeste, 14- São Francisco do Guaporé, 15 - Alto Alegre dos Parecis, 16 - Corumbiara, 16 - Cerejeiras, 17 - Pimenteiras do Oeste e 18 - Cabixi no Estado de Rondônia.

IX. Sub-região Chapada dos Parecis (Sub-região Cultural Chapada dos Parecis). Inclui os municípios de: 19 - Chupinguaia, 20 - Colorado do Oeste, 21 - Parecis, 22 - Pimenta Bueno, 23 - Primavera de Rondônia, 24 - Santa Luzia d'Oeste, 25 - São Felipe do Oeste e 26- Vilhena, no Estado de Rondônia; Comodoro, Conquista d'Oeste, Campos de Júlio, Sapezal, Nova Lacerda e Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso.

X. Sub-região Alto Paraguai (Sub-região Cultural Alto Paraguai/MT e Vale do Guaporé/RO). Inclui os municípios de: Araputanga, Barra do Bugre, Curvelândia, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade no Estado de Mato Grosso.

XI. Sub-região Pantanal (Sub-região Cultural Chaquenha-Pantaneira). Inclui os municípios de: Barão de Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Poconé, no Estado de Mato Grosso; Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho no Estado de Mato Grosso do Sul.

XII. Sub-região Bodoquena (Sub-região Cultural Chaquenha-Pantaneira). Inclui os municípios de: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul.

XIII. Sub-região Dourados (Sub-região Cultural Cone-sul-mato-grossense). Inclui os municípios de: Caarapó, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna Carapã, Maracajú, Novo Horizonte do Sul [*Nova Alvorada do Sul, inserido a partir de 2021*] Rio Brillhante, Sidrolândia, Taquarussu e Vicentina no Estado de Mato Grosso do Sul.

XIV. Sub-região Cone Sul-mato-grossense (Sub-região Cultural Cone Sul-mato-grossense). Inclui os municípios de: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru, no Estado de Mato Grosso do Sul (Brasil, 2005, p. 65-66; Brasil, 2017, p. 59-60, grifos e inclusão nossa).

Após estudos geoespaciais desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 o total da Faixa de Fronteira brasileira correspondia o equivalente a 16,6% do território, e se constituía a partir das áreas territoriais dos 588 municípios localizados na faixa de fronteira com os países da América do Sul, que se formam ao longo de 15 mil quilômetros (km) de comprimento do norte ao sul do país, na faixa de 150 km de largura, com uma área total de 1,4 milhão de km², incluindo a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul.

Em 2022, conforme IBGE, após um delineamento mais apurado da cobertura do território brasileiro por meio de imagens de satélite, que proporcionou um cálculo mais exato, realizou-se uma nova atualização no cálculo da área territorial que resultou no valor total da extensão territorial do Brasil de 8.510.417,771 km², o equivalente a 72,231 km² a mais que os 8.510.345,540 km² publicados em 2021 (IBGE, 2023). Com isso, ocorreu uma nova mensuração da extensão de superfícies em trechos da fronteira internacional do Brasil nos estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (IBGE, 2023)¹.

¹ Ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36532-ibge-atualiza-dados-geograficos-de-estados-e-municipios-brasileiros>

Acerca do Arco Central, que se encontra dividido administrativamente nas oito (08) sub-regiões supracitadas, a área territorial mudou na medida em que passou a integrar mais dois municípios a partir de 2022, com estudo do IBGE (2022), onde incorporou 0,009 km² do município de Governador Jorge Teixeira, no estado de Rondônia, e 23,95 km² de Nova Alvorada do Sul, no Mato Grosso do Sul, ambos com sede fora da faixa de fronteira.

Ao enfocarmos os 73 municípios que passaram a compor a região administrativa da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, instância do Governo Federal, conforme vamos observar nas próximas seções e tabelas, pode-se constatar a existência de 16 municípios, localizados nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que não possuem suas sedes administrativas na faixa de fronteira. Dentre esses, encontra-se o outro município que passou a ser reconhecido pelo IBGE em 2022 como parte da Faixa de Fronteira no Arco Central, denominado de Nova Alvorada do Sul, com 0,60% do seu território na faixa de 150 km e sede fora (Tabela 1).

Tabela 1: Municípios com sede fora da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO)

Sub-região	UF	Município	Área Total (km ²)	Área na Faixa (km ²)	Percentual na Faixa (%)
XI – Pantanal	MS	Anastácio	2.913,17	225,15	7,73
		Aquidauana	17.087,02	2.180,19	12,76
	MT	Miranda	5.471,43	3.740,69	68,37
		Barão de Melgaço	11.374,87	1.094,79	9,62
		Nossa Senhora do Livramento	5.537,41	221,94	4,01
X – Alto Paraguai	MT	Poconé	17.156,75	11.754,19	68,51
		Barra do Bugres	5.976,86	1.302,56	21,79
IX – Chapada dos Parecis	MT	Porto Estrela	2.045,46	1.208,60	59,09
		Tangará da Serra	11.636,82	968,01	8,32
XIII – Dourados	MS	Sapezal	13.614,55	41,85	0,31
		Deodápolis	828,53	79,88	9,64
		Dois Irmãos do Buriti	2.431,60	1,17	0,05
		Nova Alvorada do Sul	4.025,01	23,95	0,60
		Novo Horizonte do Sul	849,19	72,17	8,50
		Sidrolândia	5.265,69	1.605,49	30,49
		Taquarussu	1.052,23	123,59	11,75

Fonte: IBGE, 2023. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A inclusão de mais um município na Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO), mesmo que não esteja com sede na faixa, ao mesmo tempo que complexificou a atuação, também amplia as possibilidades de atuação do governo federal de modo a transformar as diferentes realidades locais, através de investimentos financeiros e desenvolvimento de programas voltados para atender as demandas sociais, econômicas e culturais locais de cada município.

Em contraste, existem 57 municípios, mato-grossenses e sul-mato-grossenses, incluindo as cidades gêmeas, com sede na Faixa de Fronteira do Centro Oeste e suas respectivas áreas totais, áreas em km e percentual na faixa (Tabela 2).

Ao considerarmos essa vasta extensão territorial dos municípios na Faixa de Fronteira da região Centro Oeste, com 254.567,79 km², destes 111.102,08 km² no estado de Mato Grosso e 142.465,71 km² no Mato Grosso do Sul, conformando uma faixa de limite com aproximadamente 2.354 km de extensão. Torna-se evidente, portanto, que essa região é peculiar e possui desafios e oportunidades únicas, moldadas pelas características geográficas, culturais, econômicas e ambientais singulares.

Tabela 2: Municípios e cidades-gêmeas, mato-grossenses e sul-mato-grossenses com sede na FF-CO e suas respectivas áreas totais, áreas em km e percentual na faixa.

SUB-REGIÃO	MUNICÍPIO	ÁREA TOTAL (km ²)	ÁREA INTEGRADA NA FAIXA (km ²)	% NA FAIXA	CIDADE GÊMEA
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	6.792,81	4.745,51	69,86	--
	Comodoro	21.485,02	15.700,25	73,08	--
	Conquista D'Oeste	2.684,68	2.684,68	100	--
	Nova Lacerda	4.780,43	4.780,43	100	--
X – Alto Paraguai	Araputanga	1.639,73	1.639,73	100	--
	Curvelândia	357,12	357,12	100	--
	Figueirópolis D'Oeste	891,44	891,44	100	--
	Glória D'Oeste	833,13	833,13	100	--
	Indiavaí	592,49	592,49	100	--
	Jauru	1.345,41	1.345,41	100	--
	Lambari D'Oeste	1.810,55	1.810,55	100	--
	Mirassol d'Oeste	1.085,49	1.085,49	100	--
	Pontes e Lacerda	8.545,29	8.545,29	100	--
	Porto Esperidião	5.835,28	5.835,28	100	--
	Reserva do Cabaçal	1.331,68	719,71	54,05	--
	Rio Branco	539,28	539,28	100	--
	Salto do Céu	1.753,38	1.561,58	89,06	--
	São José dos Quatro Marcos	1.282,76	1.282,76	100	--
Vale de São Domingos	1.901,55	1.593,51	83,8	--	
Vila Bela da Santíssima Trindade	13.484,71	13.484,71	100	Em estudo	
XI – Pantanal	Cáceres	24.495,51	24.491,57	99,98	SIM
	Corumbá	64.432,45	46.550,46	72,25	SIM
	Ladário	354,25	354,25	100	--
	Porto Murtinho	17.505,20	17.505,20	100	SIM
XII - Bodoquena	Bela Vista	4.899,44	4.899,44	100	SIM
	Bodoquena	2.591,93	2.404,80	92,78	--
	Bonito	5.373,02	4.956,92	92,26	--
	Caracol	2.943,21	2.943,21	100	--
	Guia Lopes da Laguna	1.225,43	1.225,43	100	--
	Jardim	2.126,13	2.126,13	100	--
XIII - Dourados	Nioaque	3.909,44	3.748,89	95,89	--
	Caarapó	2.115,73	2.115,73	100	--
	Douradina	280,45	280,45	100	--
	Dourados	4.062,24	3.864,59	95,13	--
	Fátima do Sul	315,33	315,33	100	--
	Glória de Dourados	493,43	276,08	55,95	--
	Itaporã	1.342,76	1.342,76	100	--
	Jateí	1.933,32	1.704,67	88,17	--
	Laguna Carapã	1.725,78	1.725,78	100	--
	Maracaju	5.396,91	5.388,56	99,85	--
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Rio Brilhante	3.983,56	2.395,49	60,13	--
	Vicentina	312,42	312,42	100	--
	Amambai	4.193,74	4.193,74	100	--
	Antônio João	1.142,90	1.142,90	100	--
	Aral Moreira	1.653,86	1.653,86	100	--
	Coronel Sapucaia	1.023,73	1.023,73	100	SIM
	Eldorado	1.012,80	1.012,80	100	--
	Iguatemi	2.957,41	2.957,41	100	--
	Itaquiraí	2.063,72	2.063,72	100	--
	Japorã	416,60	416,60	100	--
	Juti	1.569,18	1.569,18	100	--
	Mundo Novo	478,38	478,38	100	SIM
	Naviraí	3.189,67	3.189,67	100	--
	Paranhos	1.307,09	1.307,09	100	SIM
Ponta Porã	5.359,35	5.359,35	100	SIM	
Sete Quedas	839,11	839,11	100	--	
Tacuru	1.784,21	1.784,21	100	--	

Fonte: IBGE, 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

4. VISÃO REGIONALIZADA DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO OESTE

Olhar para a Faixa de Fronteira, a partir da subdivisão em arcos, foi fundamental para criar elementos para se pensar o planejamento regional e integrado. Essa divisão territorial acompanha, de certo modo, a divisão que o IBGE propõe para o Brasil. Somente uma pequena parte de Rondônia que se integra ao Arco Central, juntamente com os municípios vizinhos no estado de Mato Grosso. Considera, portanto, elementos físico-geográficos, socioeconômicos e de ocupação territorial que permitem visualizar sub-regiões no contexto dos Arcos da Faixa de Fronteira (Brasil, 2005). O Arco Central é composto por oito sub-regiões e seis delas abrangem municípios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que interessam, diretamente, a este estudo (Quadro 3).

Quadro 3 - Sub-regiões que formam o Arco Central da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste brasileiro.

Sub-regiões do Arco Central	Municípios
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Sapezal e Tangará da Serra.
X – Sub-região Alto Paraguai	Araputanga, Barra do Bugres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, São José dos Quatro Marcos, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e Vale de São Domingos.
XI – Sub-região Pantanal	Barão de Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho e Sidrolândia.
XII – Sub-região Bodoquena	Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque.
XIII – Sub-região Dourados	Caarapó, Caracol, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Rio Brilhante, Taquarussu e Vicentina.
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru.

Fonte: Brasil, 2005; IBGE, 2022. Org. Autores, 2023.

A partir das vivências e experiências das/nas fronteiras, nossa proposta é trazer novos elementos para incrementar o excelente trabalho desenvolvido pelo grupo responsável pela elaboração da Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Também contribuiu, a leitura e reflexão do trabalho organizado por Monteiro (2016) sobre a fronteira brasileira com a Bolívia na escala territorial do estado de Mato Grosso.

O professor Silvio Monteiro e colaboradores, através do contrato ALMT-COOTRADE Nº44/2015/SCCC/ALMT, dão luz aos fronteiriços na sua plenitude ao abordar as interações sociais e, conseqüentemente, econômicas e culturais dos vizinhos à linha do limite internacional Brasil-Bolívia. Nesse trabalho, as comunidades rurais são ativas e flexionam as dobras do limite internacional para o trabalho e para a utilização dos serviços de saúde, educação, “benefícios” sociais e até políticos (Monteiro, 2016).

Por isso, mesmo reconhecendo a extensão territorial da Faixa de Fronteira, o professor Silvio Monteiro e seus colaboradores priorizam seus esforços nos municípios com interações fronteiriças com seus vizinhos bolivianos. São observadas as dinâmicas e os fluxos territoriais para um e outro lado do limite internacional. São práticas cotidianas que devem ser consideradas num propósito de desenvolvimento regional. Mas, suas amplificações não atingem a Faixa de Fronteira como um todo, apenas sua epiderme e, algumas, estradas que drenam os interesses migratórios na direção das capitais estaduais e do restante do País.

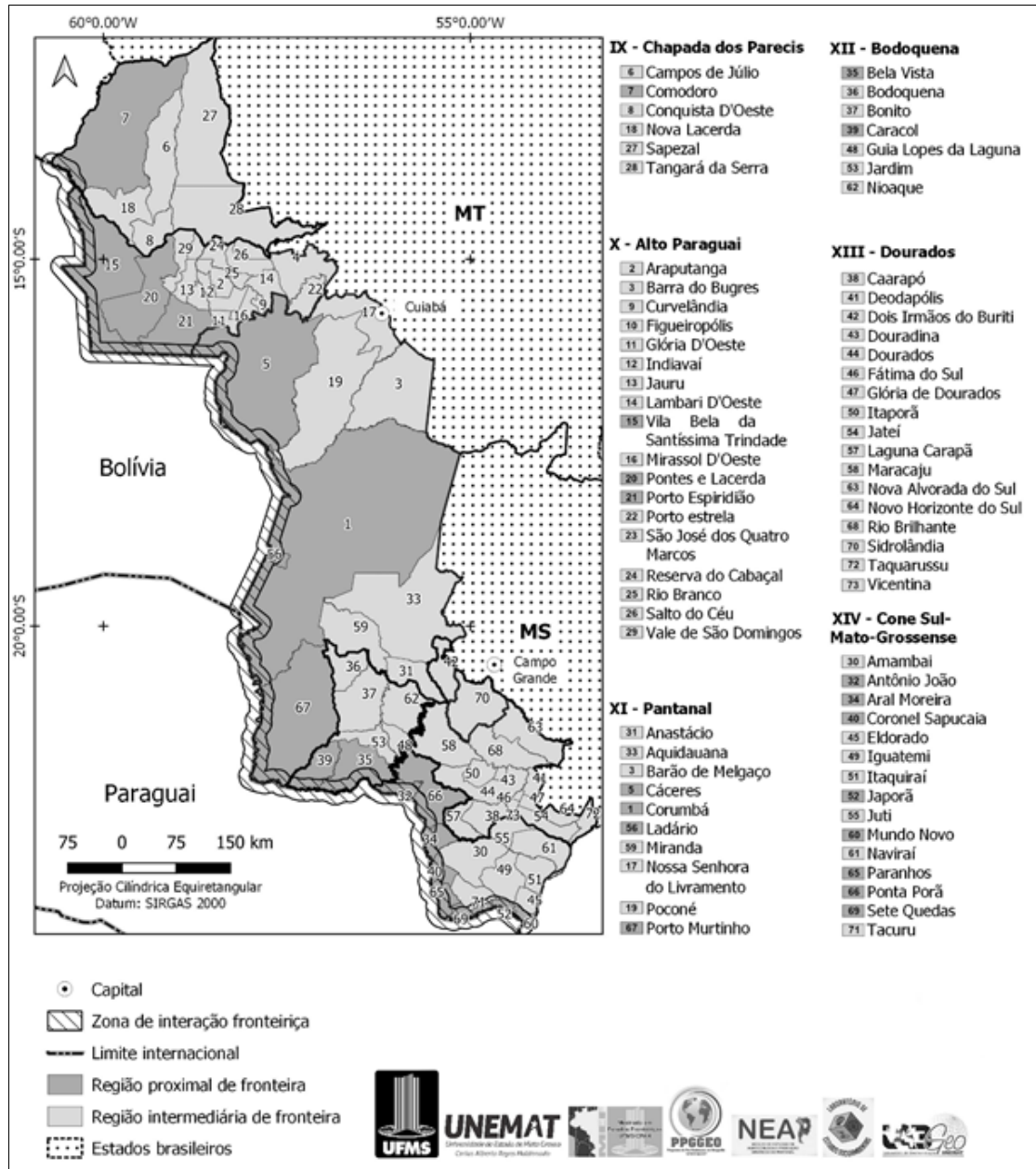
Diante disso, para fins de planejamento territorial, propomos que a faixa de fronteira deva ser fragmentada em áreas de maiores e de menores interações socioterritoriais fronteiriças. Optou-se por se apropriar de uma terminologia inspirada naquela utilizada para a subdivisão regional pelo IBGE. Assim, teríamos as **Regiões Fronteiriças Proximais** (dentro da faixa de fronteira e com intensas interações cotidianas com povos do país vizinho) e as **Regiões Fronteiriças Intermediárias** (dentro da faixa de fronteira, mas com poucas interações cotidianas com povos do País vizinho), conforme pode ser observada na figura 1.

Essa divisão não é estática, pois as fronteiras são dinâmicas, ora alargam, ora retraem. A precisão é apenas relativa, por conta disso e do reconhecimento da impossibilidade de identificar os limites da criatividade do ser humano. Contudo, como propusemos que a delimitação respeite os limites territoriais de cada município para facilitar a proposição de políticas públicas e instrumentos de indução de desenvolvimento territorial, as imprecisões de demarcação se tornam pouco constrangedoras.

Cabe mencionar que os pesquisadores reconhecem as limitações do conceito de desenvolvimento territorial debatidas à luz da perspectiva decolonial. Em que pese a própria grafia da palavra, o desenvolvimento é entendido, aqui, com o envolvimento das sociedades componentes da fronteira, inclusive a lindeira. Nosso olhar não se volta, apenas, para as grandes forças econômicas que são vitais para o crescimento do País. Tem seu foco nas possibilidades de uso do território em favor das comunidades menos favorecidas economicamente. Entende-se que o desenvolvimento pressupõe a articulação entre as forças internas e as oportunidades

de entorno e externas presentes nos territórios em favor da melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Figura 1: Regiões de planejamento da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste (FF-CO).



Elaboração: Costa et al. (2023).

As cidades gêmeas dominam o contexto da região fronteira proximal. Importante destacar que a noção de cidade gêmea envolve sua proposição original, que remete a interações populacionais cotidianas. Isso é importante para se perceber a impossibilidade de apresentar uma proposta de desenvolvimento territorial sem considerar a vizinhança (Quadro 4).

Quadro 4 - Comparativo populacional das cidades gêmeas na região Centro-Oeste do Brasil.

Cidade brasileira	População 2022	Cidade boliviana	População 2020
Cáceres	89.478	San Matías	14.470
Corumbá	96.268	Puerto Quijarro	16.659
Cidade brasileira	População 2022	Cidade Paraguaia	População 2022
Porto Murtinho	12.859	Capitán Carmelo Peralta	4.624
Bela Vista	21.613	Bella Vista Norte	18.226
Ponta Porã	92.017	Pedro Juan Caballero	125.347
Coronel Sapucaia	14.161	Capitán Bado	19.112
Paranhos	12.921	Ypejhú	4.624
Mundo Novo	19.193	Salto de Guairá	23.536

Fonte: IBGE, Brasil, 2022; INE, Bolívia, 2020; DGEEC, Paraguai, 2022.

5. EIXOS ESTRATÉGICOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA CENTRO-OESTE

Os dados deste documento visam fornecer uma visão abrangente das estratégias propostas e seus potenciais impactos, contribuindo para uma compreensão mais clara das perspectivas de desenvolvimento econômico nesta região estratégica do Brasil, bem como oportunizar reflexões e geração de propostas de iniciativas que visam fortalecer a economia regional, gerar empregos, atrair investimentos e promover a inclusão social, considerando os fatores internos e externos, ou seja, as particularidades, com suas forças, fraquezas, bem como as oportunidades e desafios impostas ou apresentadas aos municípios fronteiriços. Ou seja, os dados, informações e análises estão relacionadas aos fatores internos e externos, forças e fraquezas, oportunidades e ameaças relativas às atividades de desenvolvimento econômico dos municípios mato-grossenses e sul-mato-grossenses.

São os seguintes Eixos Estratégicos trabalhados em sequência: educação; infraestrutura e logística; saúde; segurança; desenvolvimento econômico; turismo e meio ambiente.

5.1 - EDUCAÇÃO

A importância da educação nos municípios situados na região de fronteira com o Brasil é inquestionável e desempenha um papel crucial no desenvolvimento social, econômico e cultural dessas localidades. A fronteira, muitas vezes, é um ponto de encontro de diferentes culturas, etnias e realidades socioeconômicas, que exige um sistema educacional robusto e adaptável.

Nos municípios da faixa de fronteira, a educação desempenha um papel estratégico na construção de pontes entre diferentes comunidades, contribuindo para a promoção e colaboração em áreas como comércio, turismo e desenvolvimento regional. Investir na educação nessas regiões é investir no fortalecimento das bases para um futuro mais integrado, equitativo e próspero, não apenas para os habitantes locais, mas para todo o contexto regional que se estende para além das fronteiras físicas.

Considerando os dados do Censo Escolar do ano de 2020, a Língua Estrangeira Moderna - Espanhol é oferecida de maneira desigual nas Escolas localizadas na faixa de fronteira da Região Centro-Oeste. As escolas estaduais são as que mais oferecem a disciplina, presente em 39 (53,42%) dos municípios; enquanto na rede municipal só aparece em 14 (19,17%) dos municípios da faixa de fronteira.

Em relação à obtenção da média do IDEB em 2021 nos Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio nas Escolas da Rede pública localizadas na faixa de fronteira da Região Centro-Oeste observou-se que a maioria dos municípios tiveram seus alunos abaixo da média. Considerando as informações iniciais sobre esse indicador, que contemplasse o mínimo de 10 estudantes e ainda 80% da taxa de matrícula para ter computado a nota do IDEB, a pesquisa não se aplicou nos Anos Iniciais em 7 (9,59) municípios, nos Anos Finais em 13 (17,81%) e no Ensino Médio em 48 (65,75%). Do total que possuía média disponível verificou-se que nos Anos Iniciais, 72,73% dos municípios não alcançaram a média do IDEB. Nos Anos Finais o percentual aumenta para 91,67% dos municípios abaixo da média e no Ensino Médio, 76,00% ficaram abaixo da média do IDEB. Em relação às cidades-gêmeas, somente Bela Vista e Mundo Novo alcançaram a média IDEB nos Anos Iniciais.

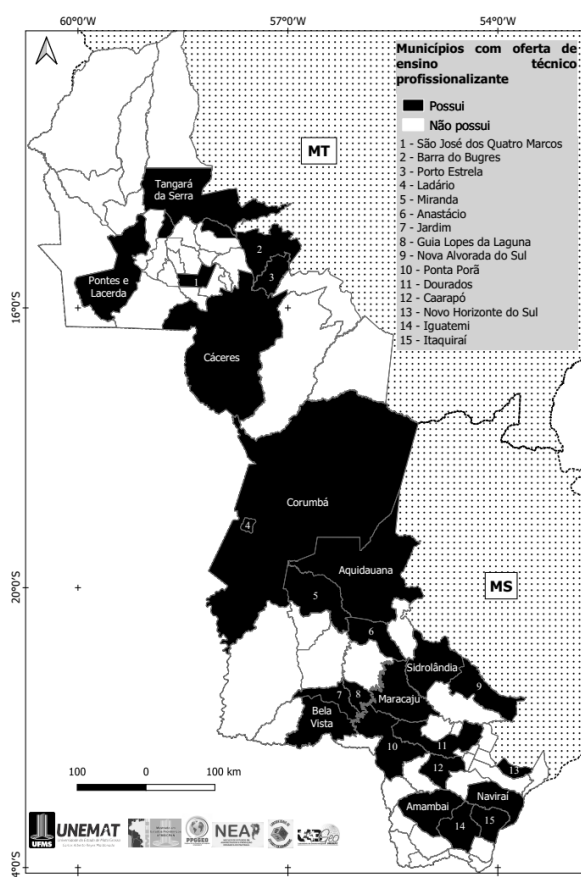
A Língua Indígena, como componente curricular, está presente em 30 municípios (41,09%) na rede estadual e/ou municipal e a disponibilidade de internet nas escolas, incluindo as rurais, indígenas e ribeirinhas ocorre em 100% dos municípios da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste. Cabe observar que disponibilidade não significa acesso ou qualidade da oferta desses serviços. Somente Porto Murinho possui uma política local específica para fronteira nas cidades-gêmeas em comunhão com sua cidade-gêmea de Carmelo Peralta.

Observou-se a existência de ofertas de ensino técnico profissionalizante/escolas técnicas em 25 municípios da faixa de fronteira, sendo cinco em Mato Grosso e 19 em Mato Grosso do Sul (Figura 2).

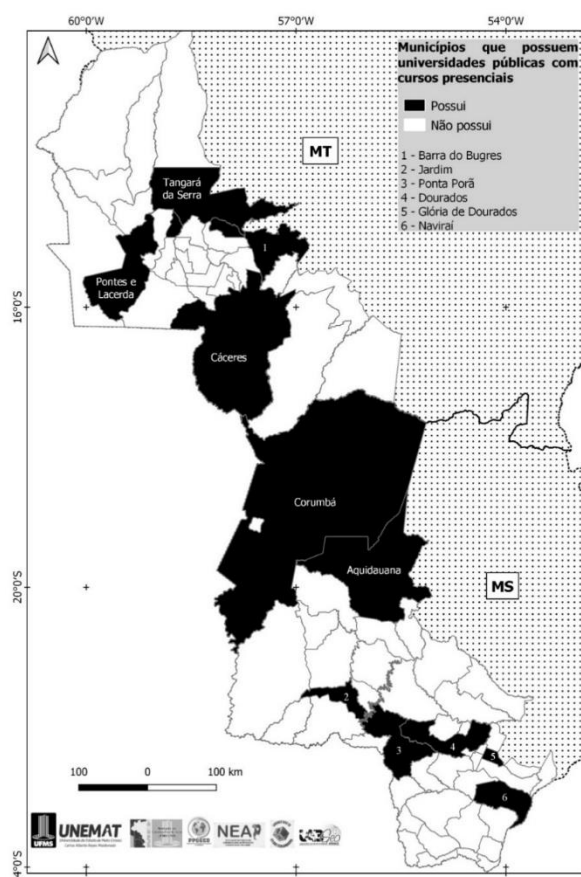
A existência de universidades públicas com cursos presenciais são importantes vetores da ciência, tecnologia e inovação presentes na faixa de fronteira. A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) está presente em Tangará da Serra, Barra do Bugres, Pontes e Lacerda e Cáceres. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) está presente em Aquidauana, Corumbá, Naviraí e Ponta Porã. A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) está em Dourados e atende sua região imediata. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede em Dourados, está presente nas seguintes cidades da faixa de fronteira sul-mato-grossense: Amambai, Aquidauana, Glória de Dourados, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Ponta Porã (Figura 3).

Figura 3 - Municípios com cursos técnicos profissionalizantes na FF-CO

Figura 4 - Universidades públicas com cursos presenciais na FF-CO



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Outro ponto de destaque é a presença de universidades privadas que oferecem cursos presenciais nas cidades de Tangará da Serra, Araputanga, Cáceres, Corumbá, Caarapó, Dourados e Ponta Porã. No eixo da ciência, tecnologia e inovação presente no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2024 -2027 (Brasil, 2023) destacam-se a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu na faixa de fronteira (Quadro 05).

Quadro 5 - Cursos de pós-graduação stricto sensu oferecido em municípios da FF-CO

Cidade	Universidade	Curso
Barra do Bugres/MT	UNEMAT	Ensino de Ciências e Matemática – Mestrado Acadêmico Ensino em Contexto Indígena Intercultural - Mestrado Profissional Matemática em Rede Nacional – Mestrado Profissional em Rede
Cáceres/MT	UNEMAT	Ciências Ambientais – Doutorado e Mestrado Acadêmico Ensino de História – Mestrado Profissional Educação – Mestrado Acadêmico Geografia – Mestrado Acadêmico Letras – Mestrado Profissional em Rede Linguística – Doutorado e Mestrado Acadêmico
Tangará da Serra/MT	UNEMAT	Ambiente e Sistema de Produção Agrícola - Mestrado Acadêmico Ensino de Biologia em Rede Nacional Estudos Literários – Doutorado e Mestrado Acadêmico Genética e Melhoramento de Plantas – Mestrado Acadêmico
Aquidauana	UFMS	Estudos Culturais - Mestrado Acadêmico Geografia – Mestrado Acadêmico
Corumbá	UFMS	Educação – Mestrado e Doutorado Acadêmico Estudos Fronteiriços - Mestrado Profissional
Aquidauana	UEMS	Agronomia: Produção Vegetal - Mestrado e Doutorado Acadêmico Zootecnia - Mestrado Acadêmico
Ponta Porã	UEMS	Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - Mestrado Acadêmico

Fonte: Sites da pós-graduação das universidades de MT e MS, 2023.

5.1.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Ampla cobertura de internet nas escolas;
2. Existência maciça de Plano de Cargos e Carreiras para os profissionais do magistério e da educação;
3. Oferta de espanhol na rede estadual de ensino dos municípios, em especial no estado de Mato Grosso do Sul para as escolas em tempo integral;
4. Oferta de Língua Indígena nas escolas de alguns municípios;
5. Oferta de Ensino Técnico profissionalizante;
6. Existência de cursos presenciais de universidades públicas e privadas;
7. Oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

5.1.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Metas não atingidas nas avaliações externas - SAEB para os anos iniciais Ensino Fundamental;
2. Metas não atingidas nas avaliações externas SAEB para os anos finais do Ensino Fundamental;
3. Metas não atingidas nas avaliações externas SAEB para o Ensino Médio;
4. Dificuldades de domínio da língua espanhola por professores e alunos;
5. Falta de políticas educacionais específicas para as cidades fronteiriças;
6. Disponibilidade de internet com transmissão de fibra óptica para as escolas;
7. Oferta de Língua Espanhola nas redes estaduais, com foco apenas nas escolas em tempo integral.

5.1.3 Síntese das ameaças observadas

1. Ampliação do ensino à distância, em detrimento de universidades presenciais;
2. Ausência de recursos para investimento em infraestrutura escolar;
3. Contingente desconhecido de estudantes do país vizinho que realizam migração pendular para estudar em escolas brasileiras;
4. Ampliação da violência no ambiente escolar;
5. Ampliação da intolerância social.

5.1.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e fomento a ações como do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA);
2. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2024 -2027;
3. Avanços da inteligência artificial (IA);
4. Intercâmbio cultural com os vizinhos fronteiriços.

5.1.5 Carteira de projetos

23

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Observatório para educação intercultural da fronteira	i. Estruturar um observatório em uma universidade com reconhecida pesquisa em fronteira que seja orientado por gestão trinacional e disposto em dois subsetores BR-BO e BR-PY	Municípios conurbados e limieiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Inicialmente, Instituições estatais do MT e MS (Universidades e IFs) e o mesmo nas províncias e Departamentos vizinhos (BO-PY); Secretarias Municipais de Educação, Estaduais, Provinciais e Departamentais, outras Universidades, Ministérios de Educação, MERCOSUL, UNESCO	Curto e Médio	i. Acordos de cooperação técnica, assinados; ii. Cursos de pós-graduação em execução; iii. Eventos internacionais sobre educação intercultural realizados e anais publicados
	ii. Desenvolver Acordos de Cooperação Técnica com fins de planejamento e execução de mobilização intercultural				
	iii. Incentivar programas de pós-graduação lato sensu organizados de forma cooperativa				
	iv. Desenvolver e operar um sistema de memória & Comunicação				
Estudo do potencial de instituições de educação universitária da fronteira do Centro-Oeste brasileiro	i. Identificar os cursos existentes, corpo docente, instalações, experiência em educação intercultural, pesquisas e publicações	Municípios conurbados e limieiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Instituições de Ensino Superior e Tecnológico da faixa de fronteira brasileira na região Centro Oeste e das Províncias (BO) e Departamentos (PY) fronteiriças à região em estudo	Curto	- Quadro de expertises elaborado e divulgado na Plataforma TIC-Educação para Fronteiras Fraternas.
	ii. Elaborar um quadro de expertises de docentes para o ensino profissional sobre atuação em fronteiras				

Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Planejamento e administração de escolas interculturais fronteiriças	Incentivar a realização de curso de pós-graduação bilíngue (classes e material) de natureza híbrida	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Docentes da Rede Escolar dos municípios e Secretarias Municipais, Provinciais, Departamentais e Estaduais, SUDECO, UNESCO, UE-OCDE, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Médio	- Curso realizado
Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Planejamento de programas de aprendizagem de educação de adultos em zonas fronteiriças	Incentivar a realização de curso de pós-graduação bilíngue (classes e material) de natureza híbrida	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Secretarias Municipais de Educação, Prefeituras, Associações Empresariais, Sindicatos, MTE, SEBRAE, SESC, SENAI, UNESCO, OIT, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Longo	- Curso realizado
Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Planejamento de programas de aprendizagem de educação de adultos em zonas fronteiriças	Incentivar a realização de curso de pós-graduação bilíngue (classes e material) de natureza híbrida	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Secretarias Municipais de Educação, Prefeituras, Associações Empresariais, Sindicatos, MTE, SEBRAE, SESC, SENAI, UNESCO, OIT, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Longo	- Realização do curso
Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Uso das TICs na educação intercultural (Plataforma TIC-Educação Para Fronteiras Fraternas)	Incentivar a realização de curso de pós-graduação bilíngue (classes e material) de natureza híbrida	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	UAB – MEC, Secretarias de Educação, UNESCO, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Longo	- Programa curricular elaborado e curso executado
Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em	i. Incentivar a realização de curso de pós-	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT	Secretarias Municipais, Estaduais-Departamentais-	Longo	- Número de egressos;

Educação continuada em práticas educativas interculturais para escolas de fronteira	graduação bilíngue (classes e material) de natureza híbrida ii. Caracterizar a educação continuada nos países e níveis de ensino (avaliação, tipos de atividade, validação) iii. Desenvolver pesquisa sobre demandas prioritárias gerais e específicas para a educação intercultural iv. Oferecer cursos especiais em Guarany e línguas originárias	(3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Provinciais de Educação; Rede de Instituições Universitárias e Tecnológicas (banco de docentes);		- Número de escolas beneficiadas; - Curso realizado.
Sistema de memória e comunicação da educação intercultural da fronteira (vinculado a Plataforma TIC-Educação Para Fronteiras Fraternas)	i. Incentivar a criação de uma central de informações estatísticas sobre a rede escolar, legislação básica de ensino e sistema de equivalências ii. Apoiar ações de atualização anual do banco de docentes da rede e das instituições de tecnologia e ensino superior associadas iii. Elaborar um sistema de informações sobre calendários de eventos gerais e escolares, educação continuada, publicações de TCCs, resultados de pesquisas, notícias de atividades	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Rede participativa do Observatório; Secretarias de Educação, Escolas, Ministérios, UNESCO, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Médio	- Número de consultas; - Número acessos ao site - Plataforma em funcionamento

	escolares, banco de imagens, cartografia etc.				
Programa Educação Conectada	Executar o Programa de Educação Continuada em todos os municípios da faixa de fronteira	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema "S"	Médio	Programa em funcionamento nas escolas
Programa de apoio à Pesquisa, Inovação e Formação de Pessoas	Fomentar a pesquisa, a inovação e a formação de pessoas através de Editais específicos	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema "S"	Médio	Número de pessoas capacitadas
Apoio ao ensino profissional e tecnológico	Fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema "S"	Médio	Número de pessoas capacitadas
Programa de melhoria da qualidade do Ensino da Educação Básica e da infraestrutura escolar	Incentivar a melhoria da infraestrutura física e da qualidade do ensino na Educação Básica	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema "S"	Médio	- Escolas reformadas; - Índice escolar elevado
Programa de melhoria dos indicadores educacionais da faixa de fronteira	Apoiar ações de melhoria dos indicadores escolares	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema "S"	Médio	Melhoria dos índices escolares

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos.

5.2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Dos 73 municípios localizados na faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apenas 3 possuíam voos comerciais ativos ao final de 2023: Corumbá, Bonito e Ponta Porã. Viajar o trecho Corumbá-Campo Grande (426 km) de ônibus, pode durar até 8h devido às inúmeras paradas, enquanto o mesmo trecho de avião demora cerca de 50 minutos. Existem 3 aeroportos em reforma: Cáceres (MT), Tangará da Serra (MT) e Dourados (MS). Importante registrar a inexistência de voos das cidades-gêmeas (Cáceres, Ponta Porã e Corumbá) para suas capitais estaduais e para a Bolívia e Paraguai.

A discussão em torno das ferrovias é estratégica. A Ferrovia Malha Oeste foi alvo de audiências públicas em 2023. São 1.973 km que atravessa o MS até chegar à São Paulo (SP). Ela conecta com a Bolívia aos portos de Ladário e Porto Esperança, em Mato Grosso do Sul, ao Porto de Santos (SP) e ao Porto de Itaguaí (Rio de Janeiro). Atualmente, é controlada pela Rumo Malha Oeste. Entre as principais cargas que seriam escoadas com a reativação da linha estão carnes, grãos, minério de ferro e celulose. Investir em ferrovias permitirá tornar Mato Grosso do Sul e Mato Grosso referências em sustentabilidade, pois o modal rodoviário é mais perigoso (acidentes e atropelamentos), emite mais gás carbônico por tonelada transportada do que o modal ferroviário, além do que, a abertura/desmatamento da área para implantação da ferrovia é até 15 vezes menor que a área aberta para rodovias.

Além disso, existe a possibilidade de ligação com a malha ferroviária boliviana, em operação, que vai de Puerto Quijarro até Santa Cruz de la Sierra e, de lá, inflexionar para Yacuiba, na fronteira com a Argentina, avançando até Salta e chegando ao porto de Antofagasta, no Chile. É uma belíssima possibilidade de rota bioceânica utilizando um modal mais seguro e barato que o rodoviário. Isso torna o acesso mais competitivo das *commodities* brasileiras no mercado asiático. Na mesma direção, essa articulação logística pode colocar a cidade de Corumbá num papel estratégico na passagem de mercadorias pela fronteira Brasil-Bolívia.

O volume operacionalizado pelos portos é alto, mas carecem de investimentos para potencializar o escoamento/navegabilidade (potencializar a economia local e estadual) alinhada à conservação ambiental. É importante um esforço para o escoamento da produção do agronegócio mato-grossense através do rio Paraguai.

As rodovias são os principais canais de escoamento da produção e da circulação de passageiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, assim como é para o restante do Brasil (priorização das rodovias frente a outros modais). Os dois estados são cortados por inúmeras rodovias estaduais e federais, algumas delas novas e em excelentes condições de usos. Vários trechos, porém, estão com obras atrasadas, enquanto outras apresentam algum tipo de problema e consideradas regular, ruim ou péssima, com demandas de investimento.

Em Mato Grosso do Sul, as rodovias MS-299 e MS-165, desde Sete Quedas até Ponta Porã, numa extensão de 227 km, ainda não foram finalizadas. Esse trecho, denominado “Sul Fronteira”, engloba um corredor de 300 km que cruza sete municípios com o Paraguai. É estratégico para ligar MS ao Sul do Brasil e ao Paraguai. O mesmo ocorre no trecho MS-299 entre Sete Quedas e a divisa de MS com o Paraná, cuja obra não foi finalizada.

A Rota Bioceânica é um corredor rodoviário com extensão de 2.396 km que liga os dois maiores oceanos do planeta, o Atlântico ao Pacífico nos portos de Antofagasta e Iquique, no Chile, passando por Paraguai e Argentina. Em MS, as principais rodovias que inter cruzam essa extensão são a MS-195 (Porto Murtinho), a BR-060 (Sidrolândia - Nioaque - Guia Lopes da Laguna) e a BR-267 (Itaporã - Maracaju - Guia Lopes - Jardim - Bonito - Bela Vista - Porto Murtinho). A nova ponte que dará suporte para essa integração foi iniciada e tem previsão para conclusão em 2024.

Outro conjunto de obras importantes que engloba parte dos municípios localizados na faixa de fronteira é o chamado “corredor turístico”, que pretende diminuir o trajeto de Campo Grande à Bonito em 40 km, passando por Anastácio. Essa obra prevê a duplicação de trecho da BR-262 (Campo Grande – Anastácio) e a finalização da obra já iniciada entre Bonito-Aquidauana (MS-345)

Um grande entrave que permeia as rodovias da faixa de fronteira de MS, refere-se ao escoamento do minério de ferro de Corumbá pela BR-262. Esse escoamento também ocorre via fluvial, contudo, em épocas de secas/estiagens, o escoamento acaba sendo feito majoritariamente via rodovia. Existe carência de duplicação, manutenção constante e monitoramento ambiental da rodovia no trecho que liga Miranda a Corumbá.

Em Mato Grosso, a BR-070, que liga Cáceres à Cuiabá, é uma das vias mais utilizadas pelos municípios fronteiriços para se comunicar com a capital, razão pela qual, o número de acidentes e mortes é elevado nesse trecho. Possui demanda para duplicação de trechos com histórico elevado de acidentes e implantação de radares.

A BR-174, que liga Porto Esperidião (MT) a Vilhena (RO) é muito utilizada para acessar o Estado de Rondônia e os demais estados amazônicos. A demanda é para duplicação de trechos por conta da passagem de caminhões que transportam madeira e maquinários agrícolas, principalmente. Cabe lembrar que é uma das veias que escoam a produção de Rondônia na direção Sul. Outra demanda antiga é o asfaltamento da MT-199, que liga Vila Bela da Santíssima Trindade à Comodoro. Essa estrada já está aberta, mas não pavimentada.

Outras rodovias estaduais estratégicas são fundamentais para ligar as áreas de produção com o centro de cargas e serviços na cidade de Cáceres. É o caso da MT-339 e MT-343, que estão em processo de pavimentação asfáltica. É estratégico asfaltar a MT-247 que interliga essas rodovias para permitir a conexão da malha até Diamantino.

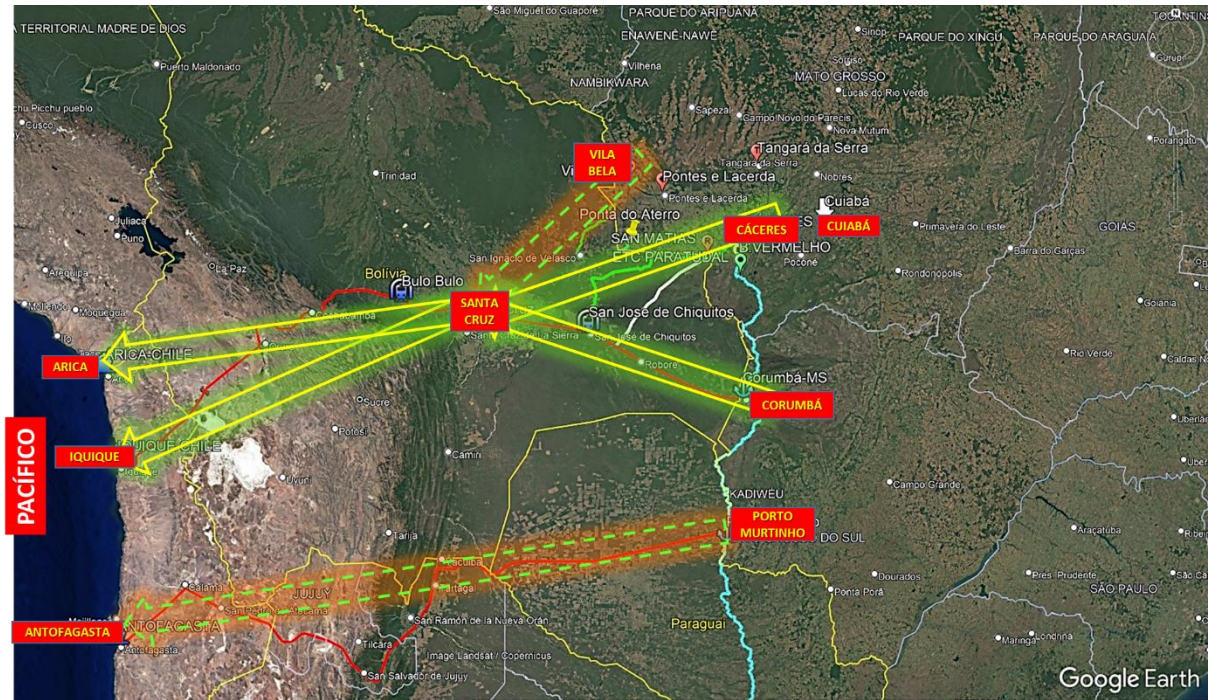
Um projeto de construção estratégico é o que vem sendo conhecido como “minianel da fronteira” (MT-265 e MT-199) pois permitirá a ligação de Porto Esperidião até Vila Bela da Santíssima Trindade, contornando a linha do limite internacional.

A maior demanda dos municípios é a construção das rotas bioceânicas da faixa de fronteira em Mato Grosso para interligar o estado (mercado das *commodities*, turismo e outras atividades) ao mercado consumidor da América Latina e até a Ásia, via Oceano Pacífico. Assim, a demanda seria a construção de duas rotas estratégicas. A primeira, ligando Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) à San Ignacio de Velasco (Bolívia), para diminuir a comunicação com Santa Cruz de La Sierra e La Paz, mercados que poderiam dar vazão a produção mato-grossense, em especial a de açúcar. O olhar dos empresários do agronegócio mato-grossense, também, é para a importação de ureia e sal da Bolívia e do Chile, que reduziria seus custos com o transporte. A segunda rota sai de Cáceres (MT) e passa por San Matias até chegar a San Jose de Chiquitos e de lá a Santa Cruz de La Sierra.

Nessa lógica, Santa Cruz de La Sierra seria o ponto de encontro dessas duas rotas que permitiria ao Mato Grosso se comunicar de forma mais rápida com o Pacífico. Cruzando essa demanda com a demanda de Corumbá, MT e MS estariam conectados também via Bolívia, uma vez que a estrada que liga Corumbá a Santa Cruz de La Sierra já está pronta e em operação (655 km) (Figura 4).

Importante dar atenção à regionalização das rodovias de MT e MS. Averiguar a qualidade das cabeceiras das pontes (asfalto) e a reestruturação da ponte sobre o rio Paraguai é urgente (em Corumbá, BR-262, que está funcionando a meia pista e sob risco de voltar para concessão privada/pedágio, devido à falta de um planejamento efetivo). Outra necessidade é avançar e finalizar as obras da rodovia que liga Aquidauana à Rio Negro (MS-419 BR-419 e MS-345 e MS-352) para diminuir o tempo de viagem de Corumbá/Bolívia até Cuiabá/Cáceres por essa rota. Por fim, a BR-163, principal rodovia que liga MT a MS, apresenta inúmeros entraves e carências de duplicação de inúmeros trechos.

Figura 4 - Principais demandas rodoviárias estruturantes para a integração à Bolívia e acesso brasileiro ao Oceano Pacífico via FF-CO

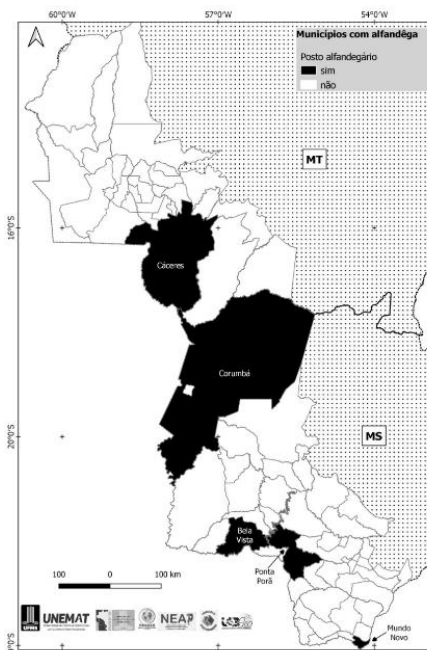


Fonte: Reis, A. (2023).

A Zona de Processamento de Exportação - ZPE, localizada no município de Cáceres, no estado de Mato Grosso, com área total de 247,26 hectares, foi criada pelo Decreto n. 99.043 de 6 de março de 1990 e finalizada em 2023. Estima-se que a ZPE possa impulsionar a cidade e toda sua hinterlândia, inclusive a boliviana. Devem ser gerados 18 mil empregos diretos e indiretos.

Figura 5 – Municípios com pontos de Fronteira Alfandegados da FF-CO

A faixa de fronteira em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul conta com cinco pontos de controle fronteiriço, sendo: 1) Ponto de Fronteira Alfandegário Posto Esdras - Corumbá (MS); 2) Ponto de Fronteira Alfandegário Mundo Novo (MS); 3) Ponto de Fronteira Alfandegário Ponta Porã (MS); 4) Ponto de Fronteira Alfandegário Bela Vista (MS) e 5) Ponto de Fronteira Alfandegário Cáceres (MT), conforme mostrado na figura 5.



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023)

Existe apenas o Porto Seco Agesa Armazéns Gerais Alfandegados de MS Ltda, localizado em Corumbá (MS). As operações em MT são realizadas no único porto seco da região localizado em Cuiabá (Porto Seco Transmino Transportes Ltda). Questiona-se, ainda, a defasagem da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal IN SRF 118/92. Sua atualização é urgente e a revisão dessa normativa poderá dar maior permissividade para população fronteiriça, sem renunciar ao controle alfandegário, e fiscalizar mais intensamente a saída de grandes quantidades que, hoje, não são taxadas.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei nº 12.305/2010 (Brasil, 2010), que disciplina a gestão de resíduos sólidos no Brasil através de diretrizes, princípios, objetivos e instrumentos específicos. Em MS, por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) propôs 10 arranjos que envolvem os 44 municípios da faixa de fronteira. Corumbá e Ladário tiveram o consórcio criado, porém, não prosperou até final de 2023. É um dos maiores lixões a céu aberto do estado.

Em Mato Grosso, 3 dos 28 municípios situados na faixa de fronteira possuem aterro sanitário - Tangará da Serra, Mirassol D'Oeste e Cáceres. Os demais possuem lixão e/ou que dependem do município vizinho para destinação de seus resíduos. O aterro de Mirassol D'Oeste envolve consórcio com 13 municípios da faixa de fronteira. Pontes e Lacerda e Sapezal estão sendo estimulados a articularem consórcio para aterros sanitários.

5.2.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Localização geográfica privilegiada no Mercosul e países do Noroeste da América do Sul);
2. Implantação da rota bioceânica em Mato Grosso do Sul, passando por Porto Murtinho e por Corumbá;
3. Presença de aeroportos nas cidades-gêmeas de Corumbá, Cáceres e Ponta Porã;
4. Existência da demarcação das linhas férreas;
5. Hidrovia Paraguai-Paraná;
6. Quantidade e qualidade das rodovias federais e estaduais (condições das estradas e sinalização);
7. Alto contingente populacional na faixa de fronteira;
8. Cadeias produtivas (minérios, grãos, bovina);
9. Presença de universidades federais, estaduais e centros de pesquisa;
10. Existência de inúmeros diagnósticos e planejamentos concretos para potencializar a infraestrutura na faixa de fronteira;
11. Existência da ZPE em Cáceres, em vias de funcionamento;
12. Existência de estradas com potencial para funcionamento de rota bioceânica passando por Cáceres (até San Matías/BO e de lá até Santa Cruz de la Sierra/BO) e por Bela Vista da Santíssima Trindade (até San Ignacio de Velasco/BO e de lá até Santa Cruz de la Sierra/BO);
13. Existência do Porto de Cáceres com possibilidade para operação com embarcações de baixo calado.

5.2.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Decrescimento populacional na faixa de fronteira;
2. Baixa operacionalização dos aeroportos de Corumbá, Ponta Porã e Bonito;
3. Atraso nas obras dos aeroportos de Dourados, Cáceres e Tangará da Serra;
4. Monopólio de uma única companhia nos aeroportos;
5. Subutilização e sucateamento da Malha Oeste;
6. Inutilização e sucateamento do porto fluvial de Cáceres;
7. Atraso na obra MS-345 (Bonito, Aquidauana);
8. Qualidade das estradas estaduais e federais de MT, principalmente: BR-174, BR-264, MT-245, MT-246, MT-247, MT-265, MT-343. Todas precisam de ampla reforma;
9. Qualidade das cabeceiras das pontes (asfalto);
10. Qualidade e durabilidade das pontes de madeiras nas estradas estaduais (MT e MS);
11. Falta estrutura para vários trechos rodoviários de MS e MT (postos de gasolina, Polícia Rodoviária Federal, borracharias e conveniências, sinal de telefone nas estradas);
12. Não operacionalização da PNRS (aterro e cooperativas de reciclagens);
13. Pouca/nula representação política dos municípios fronteiriços nas bancadas estadual e federal;
14. Engavetamento e não implantação dos vários diagnósticos e planejamentos realizados para potencializar a infraestrutura na faixa de fronteira;
15. Acesso à água potável e a coleta e tratamento de esgoto efetivo deficiente, em toda faixa de fronteira;
16. Falta de conclusão das obras e internacionalização do aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande/MT para articulação territorial com os municípios da faixa de fronteira.

5.2.3 Síntese das ameaças observadas

1. Atrasos na conclusão das rodovias MS-299 e MS-165 (Sul-Fronteira);
2. Atrasos na conclusão das obras do porto fluvial de Porto Murtinho;
3. Atrasos nas conclusões das obras dos aeroportos de Dourados, Cáceres e Tangará da Serra;
4. Priorização da rodovia frente a ferrovia para escoar minérios de Corumbá e Ladário;
5. Baixo contingente nas aduanas e necessidade de atualização da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº118/92 (regulamenta a saída de bens e mercadorias adquiridos no território brasileiro) para controle aduaneiro;
6. Falta integração/controlado das rodoviárias com a Polícia Rodoviária Federal, visando humanizar e agilizar as vistorias nos ônibus de passageiros;
7. Falta regionalização de voos comerciais (MT-MS e entre os municípios de cada estado);
8. Falta controle das pistas de pouso/decolagem autorizadas localizadas em fazendas e no Pantanal;
9. Degradação ambiental do Pantanal e Cerrado;
10. Alto impacto da rodovia da morte (BR-163/humanos e BR-262/animais);
11. Alto preço dos combustíveis em todos os municípios da faixa de fronteira (as reduções não acompanham as medidas nacionais – falta fiscalização);
12. Centralização de serviços e atividades nas capitais (Cuiabá e Campo Grande);
13. Sucateamento da ponte sobre o Rio Paraguai (Corumbá, BR-262) sob risco de voltar para concessão privada (pedágio);
14. Sucateamento da ponte sobre o Rio Paraguai (Cáceres, BR-070 /BR-174) acesso à fronteira com a Bolívia e Arco Norte;

15. Atraso na duplicação das BRs 174/070 (trecho Trevo do Lagarto/Trevo p/Poconé-Transpantaneira); Travessia da Serra do Mangaval (bifurcação); Travessia Urbana de Cáceres (Trecho “Portal Turístico” - Ponte Marechal Rondon, que prevê viadutos, plataformas e ciclovias);

16. Atraso no Licenciamento Ambiental (Renovação) que permite a manutenção periódica via dragagem e desobstrução do Rio Paraguai, em especial nas bordas da Lagoa Gaíva.

5.2.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Avanço/finalização das obras da rodovia MS-419 que liga Aquidauana-Rio Negro (BR-419 e MS-345 e MS-352) para diminuir o tempo de viagem de Corumbá até Cuiabá/Cáceres;

2. Avanço/finalização das obras da rodovia “corredor turístico”;

3. Duplicação da BR-163 na divisa com MT (obras atrasadas) e próximo a Dourados;

4. Duplicação da BR-070 Cáceres-Cuiabá e da BR-170 (Porto Esperidião (MT), Vilhena (RO));

5. Asfaltamento da MT-199 (Vila Bela da Santíssima Trindade - Comodoro);

6. Retomada da inclusão da Bolívia (via Corumbá) na Rota Bioceânica e nova estrutura para a integração (substituição da ponte pequena e estreita);

7. Construção das duas rotas bioceânicas da faixa de fronteira em Mato Grosso para interligar o mercado das *commodities* mato-grossense ao mercado consumidor da América Latina e até da Ásia, via Oceano Pacífico, através das seguintes rotas: 1) Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) - San Ignacio de Velasco (Bolívia). 2) Cáceres (MT) - San Matias (Bolívia). 3) As duas anteriores até Santa Cruz de La Sierra;

8. Aproveitamento da flexibilização da Lei das Ferrovias para articular a retomada da Malha Oeste Corumbá (MS) - Mairinque (SP) (busca acordo e recursos);

9. Estudos para melhorar futuro traçado da ferrovia FICO e a articulação com a ferrovia VICENTE VUOLO, visando extensões/ramal Cuiabá-Cáceres-Rondônia;

10. Voos domésticos de Corumbá-Campo Grande, Ponta Porã-Campo Grande e Cáceres-Cuiabá;

11. Estudo sobre o potencial econômico e social de voos regionais internos (em MS e MT);

12. Integração dos modais ferroviário e rodoviário em MT e MS, incluso silos e armazéns (escoamento de grãos, gados, minérios);

13. Criação de um programa integrado de saneamento básico para os municípios fronteiriços que se situam no bioma Pantanal (circuito das águas);

14. Criação das unidades de transbordo e a criação de cooperativas de reciclagem;

15. Criação do Posto da Polícia Rodoviária Federal na região Vila Bela/San Ignacio/San Matias (descentralização do controle de imigração e regularização do comércio);

16. Parcerias para viabilização de estruturas de exportação de produtos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul pela Bolívia e através do Chile.

5.2.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Prazo	Parceiros/ Financiadores	Indicador de sucesso
Retomada de voos internacionais para integrar Brasil, Bolívia e Paraguai	Implantar voo internacional rota Corumbá - Santa Cruz de La Sierra	Corumbá, Ladário, Campo Grande e Bonito (Brasil) / Puerto Quijarro, Puerto Suárez, Yacuces, Santa Cruz de la Sierra (Bolívia)	Curto	Governo Federal do Brasil Governo Federal da Bolívia Prefeitura de Corumbá	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento no número de turistas na região; - Circulação dos moradores que transitam nesse perímetro - Acordos internacionais firmando o início dos voos
	Implantar voo internacional Ponta Porã - Assunção	Ponta Porã, Bela Vista, Dourados (Brasil) / Pedro Juan, Assunção (PY)	Curto	Governo Federal do Brasil Governo Federal do Paraguai Prefeitura de Ponta Porã	
Retomada de voos regionais em MT e MS	Retomar os voos regionais entre Corumbá - Campo Grande e Ponta Porã - Campo Grande - (Aeroporto Federal) a preços reais praticados no mercado	Corumbá e Ponta Porã (principal) Ladário, Bela Vista, Porto Murtinho, Aral Moreira	Curto	Infraero Prefeitura de Corumbá Prefeitura de Ponta Porã	<ul style="list-style-type: none"> - Circulação de passageiros dos municípios de MS - Intensificação do turismo nessas regiões, em consonância com a proposta do MS + Criativo - Realização de estudos específicos que comprovem a demanda e a efetividade das rotas - Articulação das prefeituras, apesar da gestão ser federal (concessão)
	Concluir as obras do aeroporto de Dourados e retomar rota para Campo Grande e para Campinas	Dourados (principal) e demais municípios do seu entorno	Médio	Governo do Estado de MS Prefeitura de Dourados Anac, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul (Seilog)	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão das obras - Retomada das operações do aeroporto - Priorização de voos regionais
	- Concluir obras do aeroporto de Cáceres, retomar rota para Cuiabá, instrumentalizar e internacionalizar visando operar cargas de exportação e importação	Cáceres		Infraero, Governo de MT, Prefeitura de Cáceres	<ul style="list-style-type: none"> - Aeroporto e rotas em funcionamento

	- Concluir as obras do aeroporto de Tangará da Serra, retomar rota para Cuiabá, instrumentalizar e internacionalizar visando operar cargas de exportação e importação	Tangará da Serra	Médio	Infraero, Governo de MT, Prefeitura de Tangará da Serra	- Aeroporto e rotas em funcionamento
Retomada da ferrovia Malha Oeste (Corumbá/MS - Mairinque/SP)	- Priorizar o transporte de minério saindo de Corumbá e Ladário por via férrea - Priorizar, quando possível, o transporte das demais commodities de MS via férrea - Retomar e fortalecer a trama Ponta Porã-Maracaju-Campo Grande	Corumbá, Ladário, Miranda, Anastácio, Ponta Porã, Maracaju, Campo Grande	Longo	Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) Governo do Estado de MS Prefeituras de Corumbá e Ladário Mineradoras Seilog	- Acordos para efetivação da ferrovia assinado - Ferrovia em funcionamento
Implantação de obras estratégicas para as rodovias de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Concluir a rodovia “Sul Fronteira” do trecho de Coronel Sapucaia, passando por Paranhos, até chegar a Sete Quedas	Sete Quedas Paranhos Coronel Sapucaia Aral Moreira Ponta Porã	Longo	Governo do Estado de MS Governo Federal Ibama Funai Lideranças das comunidades indígenas Agesul	- Imbróglgio resolvido com o IBAMA e a FUNAI - Acordo com as comunidades indígenas - Conclusão da obra já iniciada (trecho Ponta Porã - Aral Moreira - Coronel Sapucaia.
	Duplicar o trecho anel viário (Ponta Porã, MS-164) até o Posto Rodoviário Estadual (entroncamento MS-164)	Ponta Porã (principal) e demais municípios do Cone Sul	Médio	Governo do Estado de MS, Governo Federal, Prefeitura de Ponta Porã, Fonplata	- Planejamento e execução das obras - Diminuição de acidentes de trânsito
	Recapear 7 km da Linha Internacional (Ponta Porã), num raio desde o Aeroporto (BR-163) até a		Médio		- Obra revitalizada

Implantação de obras estratégicas para as rodovias de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Secretaria de Obras (MS-164/anel viário)				
	Duplicar a BR-163 que fica dentro do perímetro urbano de Dourados, numa extensão desde o Trevo das Bandeiras até a saída para Ponta Porã. Nesse espaço, inserir várias passarelas para humanos que residem nas Sítioacas e, hoje, atravessa a rodovia a pé	Dourados (principal) e demais municípios do cone sul de MS	Médio	Governo do Estado de MS Governo Federal Seilog Prefeitura de Dourados (principal) e demais prefeituras por onde passar a rota	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo entregue para propor melhoria na urbanização de Dourados, interligando novos bairros e as Sítioacas - Definição do projeto e do orçamento
	Abrir 3 vias no Norte de Dourados		Longo		<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudo, planejamento e definição de origens de recursos; - Interligação dessas rodovias com o Anel Viário Norte permitiria desafogar o trânsito dentro do município;
	Implantar Anel Viário Sul em Dourados (trevo Laguna Ponta Porã e Trevo Fátima do Sul)		Médio		<ul style="list-style-type: none"> - Executar a obra (já aprovada - Agesul), - Definir a origem do recurso; - Interligação com a Rota Bioceânica
	Reconfigurar uma nova comunicação rodoviária entre Corumbá (Brasil) - Arroyo Concepción/Puerto Quijarro (Bolívia)	Corumbá	Médio	Governo Federal do Brasil e da Bolívia Prefeitura Municipal de Corumbá e Puerto Quijarro	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo para definir a realidade da área atual, ou necessidade de se adotar uma nova área para o transporte de carretas. - Acordos internacionais para definir as contrapartidas de cada país. - Fortalecimento e agilidade do comércio internacional até Santa Cruz de La Sierra/Bolívia (rodovia já existe) e de lá até o Peru
	Duplicar a BR-070 trecho Cáceres-Cuiabá.	Cáceres Cuiabá	Médio	Governo Federal do Brasil Governo do Estado de MT Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização do projeto entre o governo federal e os municípios - Aumento da segurança do escoamento de cargas e pessoas
	Duplicar a BR-174 trecho Porto Esperidião (MT) e Vilhena (RO)	Porto Esperidião Pontes Lacerda Conquista D'Oeste Nova Lacerda	Longo	Governo Federal do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição nos números de acidente - Aumento na agilidade do transporte de cargas e passageiros

Implantação de obras estratégicas para as rodovias de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul		Comodoro Vilhena e outros municípios de Rondônia que a rodovia cruza		Governos dos Estados de MT e RO Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT	
	Asfaltar a MT-199 trecho Vila Bela da Santíssima Trindade à Comodoro	Vila Bela da Santíssima Trindade Comodoro	Médio	Governo do Estado de MT Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT	- Diminuição do tempo de tráfego entre os dois municípios; - Desafogar o trânsito da BR-174 (rodovia utilizada para esse trecho) - Potencializar o acesso de Comodoro à San Ignacio de Velasco (Bolívia)
	Criar o “minianel da fronteira” (MT-265 e MT-199)	Porto Esperidião Vila Bela da Santíssima Trindade	Longo	Governo do Estado de MT Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT	- Melhorar a internacionalização do comércio na faixa de fronteira de MT
Implantação da Rota Bioceânica de Mato Grosso	Construir rota bioceânica ligando Vila Bela da Santíssima Trindade - San Ignacio de Velasco - Santa Cruz de La Sierra (Bolívia); e de Cáceres - San Matias - San Jose de Chiquitos - Santa Cruz de La Sierra	Brasil: Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres Bolívia: San Ignacio de Velasco, San Matías; Santa Cruz de La Sierra, San José de Chiquitos	Longo	Governo Federal do Brasil e da Bolívia Governo Estadual de MT Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT Empresários do agronegócio mato-grossense	- Agilizar a comercialização de MT (commodities, turismo e outros) ao mercado consumidor da América do Sul e Ásia - Ampliar a exportação do açúcar mato-grossense - Facilitar a importação de ureia e sal da Bolívia
Agilidade na fiscalização nos postos fronteiriços de fiscalização	Aumentar o contingente de Auditores e Agentes da Receita Federal de MS e MT através da realização de concurso e convocação dos aprovados para aumentar o contingente de fiscalização das aduanas de MS e MT	Todos os municípios, principalmente, os que possuem postos alfandegado	Curto	Receita Federal	- Agilidade na fiscalização; - Diminuição do tempo de espera nas transações logísticas;

Efetivação dos Portos Secos em MS	- Agilizar a efetivação do Porto Seco de Corumbá - Criar um espaço para o Porto Seco de Ponta Porã	Corumbá e Ponta Porã	Curto	Receita Federal, Semadesc, Governo do Estado de MS, Prefeituras de Corumbá, Ponta Porã e Cáceres	- Agilidade no comércio internacional; - Maior fiscalização; - Chamamento de concursos e convocação dos aprovados
Implantação de uma governança do esgoto na faixa de fronteira	Implantar estação de tratamento de, no mínimo, 50% do esgoto para os municípios que estão abaixo dessa meta. Ampliar o tratamento de esgoto de Corumbá de 45,3% para 60%.	MT (35% do Pantanal): Barão de Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari d'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger. MS (65% do Pantanal): Anastácio, Aquidauana, Miranda, Corumbá e Ladário	Longo	Prefeituras dos municípios listados; Governo Estadual de MT e MS, Sanesul, Aegea, Governo Federal	- Diminuição de doenças decorrente do não tratamento de esgoto; - Diminuição da contaminação das águas - Preservação da biodiversidade
Articulação para implantação de aterros sanitários	Auxiliar na revisão/elaboração de projeto de aterro sanitário de Corumbá e Ladário Mobilizar recurso para continuidade/efetivação do aterro sanitário de Ponta Porã Aumentar unidades de triagem de resíduo (UTR) em MT e MS	Corumbá, Ladário, Ponta Porã	Médio	Governo do Estado de MS; Tribunal de Contas do Estado de MS; Prefeituras municipais; Imasul.	- Contratação e remuneração formal e digna de cooperativas e associações de catadores de material reciclado; - Definição de projetos e articulação de recursos com o Governo Federal - Preservação do Pantanal

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos.

5.3 - SAÚDE

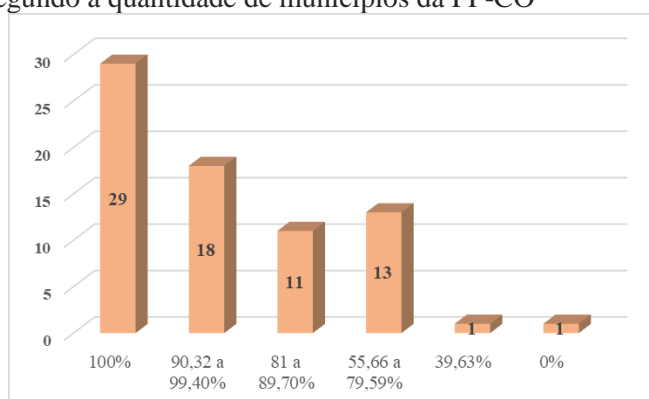
A saúde é um direito fundamental orientado pela Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e pela Organização Mundial da Saúde aos países membros da Organização das Nações Unidas. Nessa perspectiva, o Brasil adere às Convenções, Declarações e Acordos internacionais relacionados à saúde, traduzindo suas ações no texto do art. 196 da Constituição Federal (1988) e no texto da Lei 8.080, de 1990, que cria o Sistema Único de Saúde.

O conceito de saúde em região de fronteira assumido por este estudo, consiste em afirmar que: saúde em região de fronteira, é a junção de esforços entre o poder público e a sociedade, para proporcionar o bem-estar e o bem viver das pessoas que ali circulam. Para que seja materializada, a saúde na fronteira deve ser organizada a partir da análise de informações epidemiológicas, relacionadas as causas de morbimortalidade de suas populações fixas e flutuantes, de iniciativas e cobertura populacional pela atenção primária em saúde, pela organização de redes e serviços conforme complexidades, observadas as capacidades de suas regiões de saúde, da qualificação das gestões em ações de fronteira e implementação de planos e estratégias operacionais, preferencialmente bi ou tri nacionais.

A COVID-19 exigiu dos países, que se colocasse em prática ações de saúde nas fronteiras de maneiras diversas e com as expertises de seus gestores de saúde. Esse movimento foi percebido no Brasil, que teve que se associar aos países fronteiriços para o desenvolvimento de ações para atendimento imediato, abertura de novos leitos, capacitações de urgência e o fechamento de fronteiras, de formas nem sempre adequadas as necessidades sociais da população nessas regiões e que, na medida do possível, se mostrou positiva. O protagonismo dos secretários estaduais e municipais de saúde foram a boa demonstração de gerenciamento da crise sanitária brasileira naquele momento.

Figura 6 - Cobertura da atenção primária - PNPS 2020-2023, segundo a quantidade de municípios da FF-CO

Em relação à cobertura da atenção primária, PNPS 2020-2023, observou-se que 29 (39,73%) municípios possuem 100% do seu território coberto pela atenção primária e 64,38% apresentam mais de 90% de cobertura territorial (Figura 6).



FONTE: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2022. Org. Autores, 2023

De uma maneira geral, a taxa de cobertura vacinal na Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste se mostra satisfatória. Alguns municípios alcançaram índices superiores a 100% com aplicação da segunda dose, como Porto Estrela, Salto do Céu, Fátima do Sul, Jateí, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu e Vicentina. Por outro lado, Vila Bela da Santíssima Trindade (50,04%), Caracol (50,20%) e Aral Moreira (48,14%) foram os que apresentaram os mais baixos índices de vacinação.

Em 2021, a taxa bruta de mortalidade da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste se mostrou baixa, pois são inferiores a 15%, em que pese, ainda, a ocorrência da covid-19. As taxas de morbidade, por outro lado, são os resultados dos óbitos hospitalares, à partir das internações, por tipo de causa e auxiliam com suas importâncias, na compreensão de necessidades de organização de redes e serviços de saúde locais, regionais e estaduais.

As neoplasias, chamadas cânceres, são as causas de óbitos hospitalares mais representativas em todas as regiões estudadas, o que significa a necessidade de um olhar técnico e de gestão que oriente a ampliação e implementação de hospitais regionais, com a organização de serviços de atenção especializada em áreas da oncologia. Os dados coletados, apontam para doenças que se apresentam em regiões de agronegócios, com uso intenso de insumos agrícolas e pesticidas, bem como a dificuldade de acesso a serviços de atenção secundária e terciária em saúde. Eles sinalizam para se pensar práticas agrícolas mais sustentáveis.

O que ameaça as ações em saúde nos territórios contidos na Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste é a dependência massiva de custeio do Ministério da Saúde para as ações de Atenção Primária em Saúde. Isso demonstra pequena capacidade dos municípios em criar condições de sustentabilidade para as ações em saúde primária, média e alta complexidade.

O Tratamento Fora de Domicílio - TFD é uma ação recorrente em municípios que não possuem estrutura ampliada de serviços de saúde pública, o que onera a municipalidade, as famílias e contribui para o não desenvolvimento das ações em saúde na região prioritária.

As condições de saúde e as causas de internação mais frequentes na população na série histórica de 10 anos de registro de dados epidemiológicos, mostram eventos preveníveis ou que podem ser acompanhados em Centros de Especialidades. As doenças infecto-parasitárias ainda são uma das causas de internação, o demonstra a necessidade de políticas de saneamento básico. Os cânceres de pele, mama e colo de útero, são fatores de saúde preocupantes, posto que os serviços especializados estão distantes das regiões prioritárias desses grupos de municípios. As doenças crônico-degenerativas (hipertensão e diabetes) são causas que motivam internações decorrentes dos agravos adjacentes, o que poderia ser mais bem acompanhado se houvesse um conjunto de hospitais regionais nas regiões de saúde dessas municipalidades para os encaminhamentos. Outra fragilidade é a não composição de equipes de projetos e captação de recursos nesses territórios, o que demandaria uma assessoria técnica para organização dessas estratégias, com fortalecimento do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde - COSEMS em cada estado.

Uma questão recorrente nas cidades-gêmeas é a utilização dos serviços de saúde do Brasil pelos seus vizinhos bolivianos e paraguaios e por brasileiros residentes no país vizinho. De fato, é um acréscimo populacional que precisa ser considerado na gestão dos serviços de saúde para esses e nesses municípios. É urgente retomar os estudos para implementação do Sis-fronteiras. É, igualmente importante, considerar a fala dos vários bolivianos entrevistados durante a pesquisa que pode ser, assim, resumida: “mais de 90% de nossas compras de supermercados acontecem nas cidades brasileiras, logo, contribuimos com a arrecadação de impostos. Então, por que não temos direito ao atendimento de saúde no lado brasileiro da fronteira?” Esses e outros serviços utilizados e que geram arrecadação de impostos sugerem a necessidade de acordos binacionais em consonância com as dinâmicas fronteiriças.

5.3.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Existência de muitos municípios com populações menores que 10 mil habitantes;

2. Equipes de atenção básicas em saúde;
3. Elevada adesão da vacina covid-19;
4. Presença do PPG Estudos Fronteiriços em Corumbá;
5. Práticas de atendimento humanitário;
6. Presença de cursos de medicina nas cidades gêmeas;
7. Existência do SUS.

5.3.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Dependência de recursos federais para operacionalização da saúde;
2. Ausência de serviços hospitalares de média e alta complexidade;
3. Incapacidade de diálogo com os gestores de saúde vizinhos fronteiriços;
4. Prefeitos pouco comprometidos com a busca pela cooperação internacional;
5. Incapacidade de criação de um banco de dados para os atendimentos sistemáticos dos vizinhos fronteiriços;
6. Ações sanitárias e de combate epidemiológicos unilaterais.

5.3.3 Síntese das ameaças observadas

1. Parcos recursos federais para operacionalização da saúde;
2. Risco de aumento exponencial da busca dos vizinhos fronteiriços pelos serviços de saúde;
3. Risco de uma nova pandemia;
4. Conflitos internacionais, com diáspora dos povos vencidos;
5. Fortalecimento do negacionismo das campanhas preventivas de saúde coletiva;
6. Privatização de setores estratégicos da saúde pública;
7. Poluição do ar e mudanças climáticas;
8. Aumento das doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, câncer e doenças cardiovasculares).

5.3.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);
2. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2024 -2027;
3. Valorização da pesquisa pública e privada pós-pandemia;
4. Telemedicina – Atendimento Remoto;
5. Cooperação internacional com a Bolívia e com o Paraguai para o enfrentamento dos problemas de saúde nas fronteiras;
6. Próteses e implantes impressos em 3D de acordo com a biotipo do paciente;
7. Retomada do SIS fronteira;
8. Fortalecimento da UNASUL e do Mercosul;
9. Implementação do Plano Nacional de Saúde 2020/2023.

5.3.5 Carteira de projetos

41

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/ financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada com o desenvolvimento regional.	Criar Centros de Especialidades Odontológicas aderidos à Rede de Cuidados da pessoa com Deficiência.	Cidades-polo e cidades-gêmeas por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Médio	Cobertura populacional estimada de Atenção Primária à Saúde
	Ampliar para todos os municípios a ocupação superior das vagas oferecidas em programas de provimento médico federal (Projeto Mais Médicos + Programa Médicos pelo Brasil)	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Curto	Número de médicos por Programa alocado por município da Faixa de Fronteira
	Implantar Unidades de Saúde da Família Fluvial;	Cáceres, Porto Esperidião, Poconé, Barão de Melgaço, Corumbá, Porto Murtinho, Miranda e demais comunidades ribeirinhas.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Médio	Número de Unidades de Saúde da Família Fluvial implantadas.
	Fortalecimento e ampliação das Redes de Gestão da Atenção Primária entre os municípios das sub-regiões, fomentando ações em municípios com população abaixo de 40 mil pessoas	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Médio	Ampliação de Consórcios de Saúde de Atenção Primária
	Criar e implementar um banco de dados nacional com informações	Municípios limieiros nas regiões próximas de	Governo Federal através dos ministérios envolvidos	Longo	

	integradas de, pelo menos, 70% dos municípios sobre os atendimentos sistemáticos da população oriunda dos países vizinhos fronteiriços	fronteira por sub-região em cada Estado.	na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.		Municípios com informações sobre atendimentos a população estrangeira;
	Atender, pelo menos, 50% dos municípios por estado com implementação do Programa Consultório na Rua	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Longo	Municípios com Programa Consultório na Rua
	Atender, pelo menos, 70% dos municípios com Programa Academia da Saúde em implantado e em funcionamento	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Longo	Programa Academia da Saúde em implantado e em funcionamento por município.
	Atender, pelo menos, 70% dos municípios com Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB)	Todos	FDCO; Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais; Clínicas Particulares.	Médio	Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) por município.
Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com serviços hospitalares de média e alta complexidade com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais	Manutenção e ampliação das estruturas hospitalares existentes de modo a alcançar, pelo menos, 70% de cobertura da Triagem Auditiva Neonatal – TAN	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Fundo Nacional de Saúde (FNS); Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES).	Médio	Percentual de Cobertura da Triagem Auditiva Neonatal – TAN
	Alcançar, pelo menos, 70% de recém-nascidos vivos com coleta do teste do pezinho até o 5º dia de vida, triados no Programa	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Fundo Nacional de Saúde (FNS); Secretaria	Médio	Percentual de recém-nascidos vivos com coleta do teste do pezinho até o 5º dia de vida triados no PNTN

	Nacional de Triagem Neonatal - PNTN		de Atenção Especializada à Saúde (SAES).		
	Ampliar o número de crianças atendidas anualmente pela rede de bancos de leite humano	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Fundo Nacional de Saúde (FNS); Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES).	Médio	Número de crianças atendidas por ano
Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle	Alcançar, pelo menos, 60% dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) regionais e municipais com atuação satisfatória	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de Cerest regionais e municipais com atuação satisfatória
	Alcançar, pelo menos, 60% de municípios desenvolvendo ação de vigilância de qualidade da água para consumo humano	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano
	Implantar em, pelo menos, 60% dos municípios prioritários a Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA)	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de municípios prioritários que implantaram a Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA)
	Aumentar para, pelo menos, 77,5% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial
	Aumentar para, pelo menos, 85% a proporção de contatos examinados	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política	Médio	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes

	dos casos novos de hanseníase		Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).		
	Alcançar, pelo menos, 50% de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) para 5 vacinas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano de idade: Penta (DTP + Hep B + Hib), Poliomielite, pneumocócica 10 valente, Tríplice Viral e Febre Amarela	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de municípios com cobertura adequada (95%) das vacinas Penta, Poliomielite, pneumocócica 10 valente, Tríplice Viral e Febre Amarela em crianças menores de 1 ano de idade
	Reduzir a zero o número de casos autóctones de sarampo	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Número de casos autóctones confirmados de sarampo no Brasil
	Criar e implementar Centros Regionais de Tratamento Oncológico, com foco em especialidades, priorizando cidades acima de 80 mil habitantes e cidades-gêmeas, sendo dois em cada Estado fronteiriço do Centro Oeste.	Cidades-gêmeas e cidades polo por região proximal da sub-região em cada estado da federação.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; e Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Número de Centros Regionais por Estado.
	Atender, pelo menos, 90% das demandas de apoio diagnóstico em emergências sanitárias em tempo oportuno	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de atendimento às demandas de exames de referência em tempo oportuno

Fomentar a produção do conhecimento científico do Complexo Industrial da Saúde, promovendo o acesso da população às tecnologias em saúde de forma equitativa, igualitária, progressiva e sustentável	Fomentar projetos para o desenvolvimento tecnológico e produtivo no âmbito do Complexo Industrial da Saúde, visando a estruturação da cadeia nos municípios polo regional e na ZPE.	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de projetos de desenvolvimento tecnológico e produtivo fomentados no âmbito do Complexo Industrial da Saúde
	Ofertar novos produtos estratégicos para o SUS por meio de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de novos produtos estratégicos ofertados ao SUS por meio de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)
	Fomentar pesquisas científicas e tecnológicas visando à produção de evidências e à geração de soluções tecnológicas para subsidiar o planejamento e avaliação da qualidade do atendimento do SUS e SUAS à população.	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de pesquisas fomentadas
	Elaborar e/ou atualizar Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas (PCDT)	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) elaborados e/ou atualizados
	Elaborar 50 Estudos de Resposta Rápida para a tomada de decisão no âmbito do SUS	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o	Médio	Número de estudos de resposta rápida elaborados

			Desenvolvimento Produtivo - PDP		
	Avaliar tecnologias em saúde para incorporação no Sistema Único de Saúde	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de tecnologias em saúde avaliadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde
Promover ações que garantam e ampliem o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos, com qualidade, segurança, eficácia, em tempo oportuno, promovendo seu uso racional	Adquirir 100% dos medicamentos e insumos estratégicos sob responsabilidade de compra centralizada pelo Ministério da Saúde para abastecimento do SUS	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Assistência Farmacêutica (AF)	Médio	Percentual de aquisições de medicamentos e insumos estratégicos em relação à programação
	Implementar o programa "Aqui tem Farmácia Popular"	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Assistência Farmacêutica (AF)	Médio	Percentual de municípios com menos de 40.000 habitantes que possuem pelo menos 1 estabelecimento credenciado no Programa "Aqui Tem Farmácia Popular"
	Ampliar o número de municípios que disponibilizam fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) na atenção primária à saúde	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Assistência Farmacêutica (AF); Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename)	Médio	Percentual de municípios brasileiros que disponibilizam fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename)

	Fornecer medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência)	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Assistência Farmacêutica (AF)	Médio	Número de medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência) fornecidos por Farmanguinhos ao SUS
Fortalecer a proteção, promoção e recuperação da Saúde Indígena e Quilombola	Alcançar grande porcentagem das crianças indígenas e quilombolas menores de 5 anos com esquema vacinal completo (EVC)	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Percentual de crianças indígenas e quilombolas menores de 5 anos com esquema vacinal completo
	Alcançar grande porcentagem das crianças indígenas e quilombolas menores de 5 anos com acompanhamento alimentar e nutricional	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Percentual de crianças indígenas e quilombolas menores de 5 anos com acompanhamento alimentar e nutricional
	Alcançar, pelo menos, 50% das gestantes indígenas com no mínimo 6 consultas de pré-natal	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Percentual de gestantes indígenas com no mínimo 6 consultas de pré-natal

	Intensificar a investigação de óbito materno em as mulheres indígenas	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Proporção de óbitos maternos em mulheres indígenas investigados
	Intensificar a investigação de óbitos em crianças indígenas menores de um ano	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Proporção de óbitos em crianças indígenas menores de um ano investigados
	Intensificar a primeira consulta odontológica programática para a população indígena	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Percentual da população indígena com primeira consulta odontológica programática
	Alcançar, pelo menos, 50% de tratamento odontológico básico concluído na população indígena com primeira consulta odontológica	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Percentual de tratamento odontológico básico concluído na população indígena com primeira consulta odontológica
	Ampliar a cobertura de aldeias com atividades	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos	Médio	Cobertura de aldeias com atividades educativas

	educativas voltadas aos resíduos sólidos e/ou reaproveitamento dos orgânicos e promoção da reciclagem na cadeia local		na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)		voltadas aos resíduos sólidos e/ou reaproveitamento dos orgânicos e promoção da reciclagem na cadeia local
	Ampliar o número de aldeias indígenas com água potável	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Cobertura de aldeias com acesso à água potável
	Ampliar a cobertura de aldeias com o monitoramento da qualidade da água	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Cobertura de aldeias com monitoramento da qualidade da água

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos).

5.4 - SEGURANÇA

As cidades localizadas na Faixa de Fronteira (FF) em Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS) têm perfis com semelhanças, quando tratamos de aspectos demográficos. Para efeito comparativo, MT possui população menor que a região metropolitana de Belo Horizonte (MG) e MS menor que a de Curitiba (PR). A principal semelhança está relacionada às históricas estruturas latifundiárias ligadas à pecuária e ao plantio e colheita da soja, denotando na existência de conflitos dos mais variados. Disputas por terras e conflitos com indígenas coabitam com baixos adensamentos populacionais e com traços socioeconômicos bastante vulneráveis. E é sobre essa realidade fronteiriça que os órgãos de segurança pública, especialmente as polícias civis e militares atuam que faremos algumas observações e propostas para este projeto.

A fronteira é permanentemente vista como local de ameaças, seja ao território, à integridade do patrimônio, aos valores culturais nacionais, dentre outras. Isso não passa despercebido pelos agentes de segurança pública que, rotineiramente, mencionam esse espaço como ‘ameaçador

As operações em fronteira promovidas pelas Forças Armadas precisam ser mais bem analisadas. Da forma como são conduzidas, os resultados alcançados estão muito mais relacionados ao fortalecimento da ideia de criminalizar o espaço fronteiriço do que o de transmitir à população local algum sentimento de segurança. Devemos adicionar que anúncios das operações leva as organizações criminosas a elaborarem novas estratégias de atuação. Embora os agentes públicos de segurança que ouvimos tenham reforçado a ideia de que as Forças Armadas são importantes no sentido de promover o controle do território a partir de ações de vigilância, alguns deles foram enfáticos ao dizer que tais operações “não produzem efeito duradouro”. Os gastos públicos com essas operações não justificam o volume de suas apreensões realizadas. A inteligência militar é a melhor arma de combate ao crime.

Outro aspecto relevante é relacionado à existência de redes solidárias de proteção criadas a partir de segmentos da população e que precisam ser estimuladas, identificadas, valorizadas e fortalecidas pelas autoridades de segurança pública. Seja nas zonas rurais ou urbanas que foram analisadas, a existência de práticas sociais que são sustentadas por laços familiares, amizades, atividades econômicas, dentre outras, carecem de melhores compreensões por parte das autoridades. Para tanto, necessitarão se aproximar da realidade onde atuam. Neste sentido, as centrais regionais, seja da Polícia Militar seja da Polícia Civil, podem exercer papel importante a partir da construção de uma base cartográfica dinâmica que lhes permita identificar pontos inexistentes ou mais vulneráveis nas redes de proteção. As patrulhas rurais são caminhos possíveis e com grande possibilidade de sucesso no contexto de sua teoria.

Em ambos os estados ocorrem centralizações dos dados da violência, bem como de uma cartografia que assinala níveis de incidências, recorrências, dentre outros. Isso, por um lado, pode ser visto como algo positivo para tomadas de decisões, uma vez que a leitura mais ampla e profunda conduz à celeridade e eficiência nas ações. Porém, por outro lado, as decisões cotidianas por parte dos superiores lotados nas regionais de ambas as polícias ficam prejudicadas por não possuírem banco de dados e base cartográfica relativos a esse cotidiano. É fundamental o compartilhamento dessas informações.

Nas fronteiras em Mato Grosso percebemos muitas semelhanças em relação as de Mato Grosso do Sul, porém com algumas especificidades. Se em MS o contrabando de cigarros e de pneus e o furto de equipamentos de tecnologia de ponta ocupam o topo da pauta das autoridades policiais, em MT há recorrências de atividades relacionadas aos crimes ambientais, especialmente ao tráfico ilegal de madeira. Esse tipo de crime mobiliza os serviços de

inteligência e seus efetivos terminam por receber treinamentos específicos para suas ações. Além deste, o crime de contrabando de agrotóxicos ocupa bastante as agendas dos comandos das respectivas polícias. O abigeato ainda persiste, mas diminuiu sua intensidade na fronteira.

5.4.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Departamento de Operações de Fronteira e Delegacia de Fronteiras em MS;
2. Quadro de delegados e oficiais com bom nível de preparo para atuar em fronteira, alguns com mais de 10 anos de experiência;
3. Base de dados, mesmo que centralizada nas capitais, com muito bom estoque de informações;
4. GGI-FRON integrado e ampliado com os estados vizinhos;
5. Presença do PPG Estudos Fronteiriços em Corumbá;
6. Presença do Observatório Fronteiriços das Migrações Internacionais – Migrafron;
7. Existência de patrulhas rurais e polícia comunitária.

5.4.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Efetivo reduzido e com alta rotatividade;
2. Ausência de dados locais sistematizados;
3. O conhecimento empírico é do servidor e não é sistematizado pelos órgãos;
4. Ausência de mapeamento de zonas rurais com proprietários e demandas recorrentes;
5. Falta de diálogo mais efetivo com comunidades mais vulneráveis;
6. Fraca relação de cooperação com as polícias paraguaias e, ainda carentes de maior aprofundamento com as polícias bolivianas.

5.4.3 Síntese das ameaças observadas

1. Ampliação do domínio das facções criminosas nas regiões fronteiriças vizinhas;
2. Falta de formação específica para atuação policial nas fronteiras;
3. Desconhecimento das dinâmicas populacionais que implicam em atuações de trabalhadores sazonais vizinhos fronteiriços em terras brasileiras;
4. Conflitos entre as sociedades de fronteiras que implica em dificuldades para a identificação de redes solidárias;
5. Ausência de base cartográfica das rodovias conhecidas como cabriteiras e de estradas vicinais com fluxos, tipificações de mercadorias e de pessoas;
6. A velocidade com que o crime organizado age pode ser potencializado pelos recursos da Inteligência Artificial.

5.4.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Os relacionamentos historicamente construídos entre as populações fronteiriças favorecem a base cartográfica de redes solidárias;
2. Cooperação internacional para combate ao crime;
3. Avanço nos sistemas de monitoramento;
4. Tecnologias sociais para uso da inteligência no combate ao crime;
5. Fortalecimento do Mercosul e da Unasul;
6. Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) 2021-2030;
7. Uso de sistemas de controle, com fins de segurança pública, com manejo de instrumentos de leitura facial, controle de trânsito e tráfego com recursos da Inteligência Artificial;
8. Melhoria do monitoramento via satélite e câmeras de alta resolução, para controle da entrada e saída de pessoas na zona de fronteira.

5.4.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/ financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Implantação de Mapa digital e dinâmico de violência contra a mulher	Formalizar instrumentos de parceria das secretarias estaduais de segurança pública com o Mestrado em Estudos Fronteiriços/UFMS	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática	Curto	Mapa digital e dinâmico de violência contra a mulher implantado.
Implantação de Mapa digital e dinâmico da violência no campo	Formalizar instrumentos de parceria das secretarias estaduais de segurança pública com o Mestrado em Estudos Fronteiriços/UFMS	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática	Curto	Mapas digitais e dinâmicos gerados sobre a violência no campo implantado.
Criação de um Centro de Cooperação Fronteiriça - CECOF	Assinar um Acordo de Cooperação para cooperação fronteiriça com a Bolívia e com o Paraguai	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	Agência Brasileira de Cooperação (ABC), MIDR, Sudeco, embaixadas, consulados, universidades, governos estaduais e prefeituras.	Médio	Acordo de cooperação assinado
Estabelecimento de Câmara de Segurança Pública em Fronteira	Dotar o CECOF de uma Câmara da Segurança pública em fronteira	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Universidades, Consulados, governos estaduais e prefeituras.	Médio	Câmara setorial em operação
Formação continuada a servidores da segurança pública dos países que compõem as fronteiras de MS e MT sobre traços estratégicos das culturais locais e das dinâmicas espaciais	Oferecer a partir do CECOF cursos de formação permanente sobre as culturas e dinâmicas espaciais fronteiriças	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática, Agência Brasileira de Cooperação (ABC), MIDR, Sudeco	Médio	Estabelecimento da Escola de Formação Estratégica Fronteiriça
Criação de mecanismos ligados à política científica de meios para análise temporal e espacial da qualidade e	Instrumentalizar, a partir do CECOF, a criação da Central de Análise de tempo e espaço das ações de	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática, Agência Brasileira	Médio	Estabelecimento da Central de Análise de tempo e espaço das ações de segurança pública em fronteira

efetividade das ações de segurança pública	segurança pública em fronteira		de Cooperação (ABC), MIDR, Sudeco		
Aprimoramento de ações e articulações de polícias de bases comunitárias em fronteira	Criar base cartográfica de redes solidárias para ações e articulações de polícias de bases comunitárias em fronteira	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT		Médio	Criação e implantação de base cartográfica de redes solidárias para ações de polícias de bases comunitárias
Mapeamento de tempo de lotação de servidores da segurança pública em cidades em fronteira e otimização de suas atuações	Estabelecer a Escola de Formação Estratégica Fronteiriça	Campo Grande, Cuiabá, Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática, MIDR, Sudeco	Médio	Estabelecimento da a Escola de Formação Estratégica Fronteiriça
Implantação de scanners nas estações rodoviárias das cidades gêmeas	Dotar todas as estações rodoviárias das cidades gêmeas com scanner do tipo dos aeroportos	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	Governos estaduais e Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, MIDR, Sudeco	Longo	Scanner em funcionamento
Efetivação da Patrulha Rural	Criar condições para o pleno funcionamento da Patrulha Rural	Cáceres, Comodoro, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Poconé, Ponta Porã, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Murtinho, Sete Quedas e Vila Bela da Santíssima Trindade	Governos estaduais e Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, MIDR, Sudeco	Curto e médio	Patrulhas em funcionamento

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos.

5.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é um pilar fundamental para o crescimento e a sustentabilidade das regiões. Este eixo é dedicado ao diagnóstico de questões sociais e econômicas dos municípios, bem como de políticas e ações externas que incidem, possibilitam e impulsionam a promoção de estratégias para o desenvolvimento econômico dos municípios e populações fronteiriças da região Centro-Oeste brasileira.

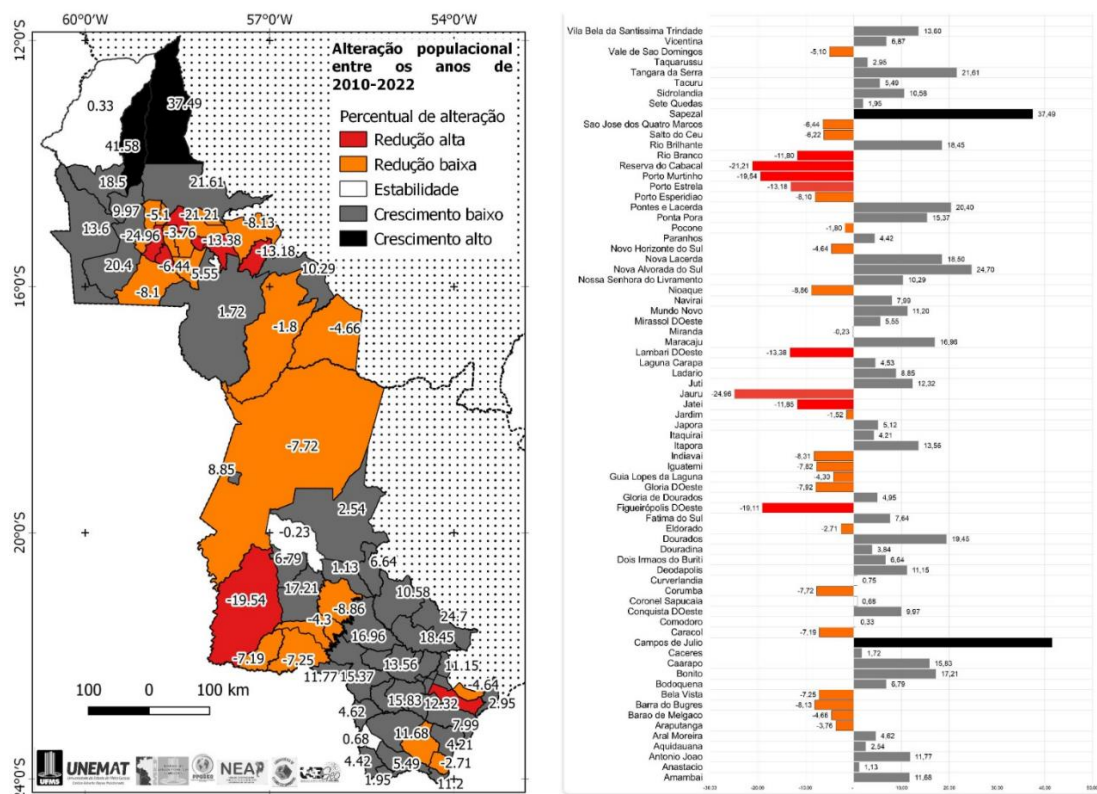
O Brasil, com uma população de 203.062.512 habitantes em 2022, continua sendo uma nação de grande diversidade territorial, demográfica, cultural e social, refletindo a complexidade de sua história e geografia.

A região Centro Oeste, composta pelos estados do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abriga 16.287.809 habitantes, com um percentual de 8,02 de toda população brasileira.

A população residente nos 73 municípios da FF-CO, corresponde a 0,85% da população brasileira e a 10,55% e 26,78% dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira do Centro Oeste são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária, a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais. Essa região atrai pessoas em busca de oportunidades econômicas, mas também enfrenta desafios relacionados à preservação ambiental, ao patrimônio cultural e natural e à infraestrutura. Os dados demográficos dos municípios da Faixa de Fronteira no Centro Oeste revelam uma interessante dinâmica de crescimento e distribuição da população ao longo dos anos de 2010 a 2022, com variações notáveis (Figura 7).

Figura 7 - Dinâmica populacional nos municípios da FF-CO



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

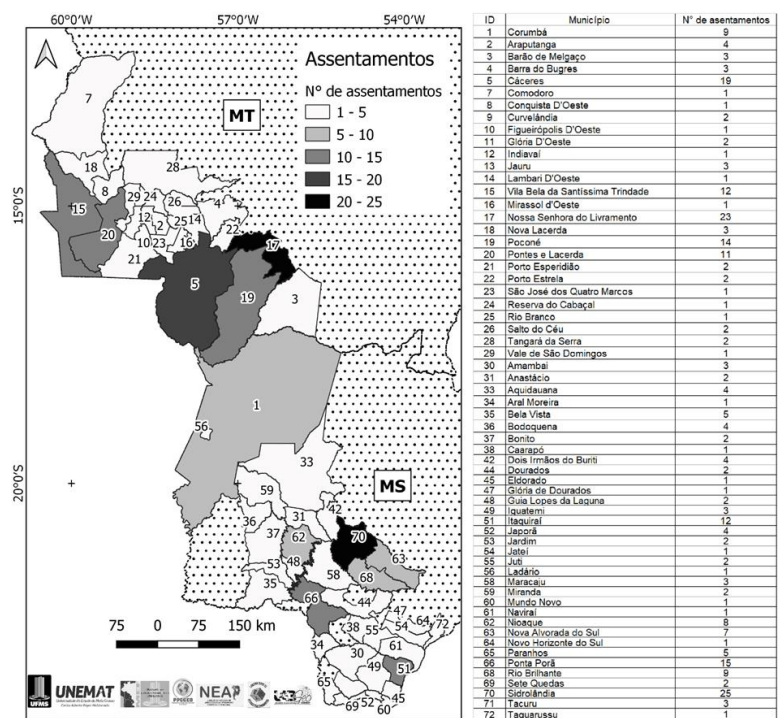
Os territórios caracterizados pelos saberes e práticas dos camponeses e povos tradicionais e originários desempenham um papel essencial no fomento do desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida. Essas áreas concentram uma rica diversidade de recursos naturais, culturais, infraestrutura e capital humano, criando um ambiente propício para a preservação e fortalecimento dos bens culturais.

Desde a década de 1990, milhares de famílias foram assentadas em parte dos 73 municípios da FF-CO, constituindo um processo de ocupação diversificado de famílias. A implantação dos assentamentos visou a promoção da reforma agrária e o fomento da agricultura familiar, com o intuito de mitigar desigualdades e promover o uso sustentável da terra.

Destaca-se os seguintes pontos fortes: alto número de assentamentos (263 – Figura 8), o que representa uma base sólida para a implementação de políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural; a área total dos assentamentos na região é significativa (954.470,06 ha), o que pode suportar uma variedade de atividades agrícolas e agropecuárias; com mais de 31 mil famílias assentadas, essas comunidades podem se tornar um importante fator de desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais da faixa de fronteira; a região inclui várias sub-regiões com características distintas, o que permite a adaptação de políticas e estratégias de desenvolvimento de acordo com as necessidades específicas de cada área.

Em resumo, a FF-CO apresenta um grande potencial para o desenvolvimento agrícola e rural, mas também enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, assistência técnica, fortalecimento de cadeias de produção e à sustentabilidade ambiental. A implementação de políticas eficazes, investimentos em infraestrutura e capacitação, e o envolvimento das comunidades locais são essenciais para aproveitar ao máximo as oportunidades e enfrentar as ameaças.

Figura 8 - Distribuição dos Assentamentos nos municípios da FF-CO, considerando a quantidade por município.



Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Os territórios indígenas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sustentável, tanto para as comunidades indígenas que os habitam quanto para a sociedade em geral. O conhecimento desses territórios permite observar para temas importantes que podem gerar trabalho e renda para os municípios da FF-CO, em especial, ao analisar sob a perspectiva da conservação ambiental, manejo sustentável de recursos naturais, conhecimento botânico e

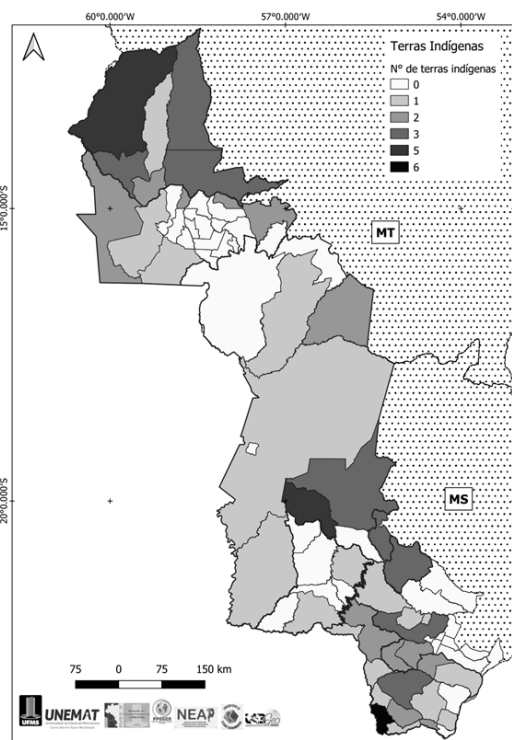
medicinal, preservação de sementes tradicionais, turismo cultural e ecoturismo, patentes e propriedade intelectual, autonomia e autodeterminação e, por fim o diálogo intercultural.

Dos 45 municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul, 27 possuem territórios indígenas em diferentes fases de regularização. Paranhos, com oito terras indígenas reconhecidas e uma em estudo é o município com maior presença. O estado de Mato Grosso apresenta terras indígenas em 28 municípios ligadas a oito etnias, destas 11 em diferentes fases de regularização. Ressalta-se a variedade de municípios com diferentes números de terras indígenas e fases de regularização na FF-CO (Figura 9).

Em síntese, os territórios indígenas são centros de conhecimento, conservação e saberes que desempenham um papel crucial no desenvolvimento sustentável. Ao reconhecer e apoiar os saberes tradicionais dos povos indígenas, podemos promover tanto a conservação ambiental quanto o desenvolvimento econômico inclusivo, respeitando os direitos e a cultura dos diversos povos e etnias.

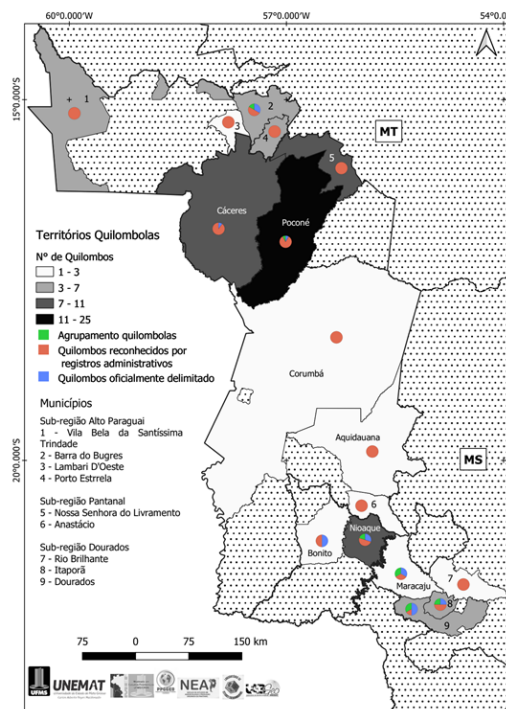
Os territórios quilombolas oficialmente delimitados nos municípios da FF-CO tem um quadro populacional importante, com um total aproximado de 1642 pessoas em 2022 (Figura 10), das 10.061 residentes nos municípios da região Centro Oeste.

Figura 9 - Presença de Terras Indígenas na FF-CO



Fonte: Funai, 2023. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 10 - Municípios com territórios quilombolas, considerando as suas diferentes fases de regularização



Fonte: INCRA, 2023; Palmares, 2023; IBGE, 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Cabe destacar o enorme potencial cultural do município de Vila Bela da Santíssima Trindade que pode ser mais bem explorado economicamente. Trata-se da produção de canjijnin. É uma bebida única e somente fabricada naquela localidade e atrelada as tradições dos tempos de escravidão, cultivada por seus descendentes. É feita a base de aguardente, mel, gengibre,

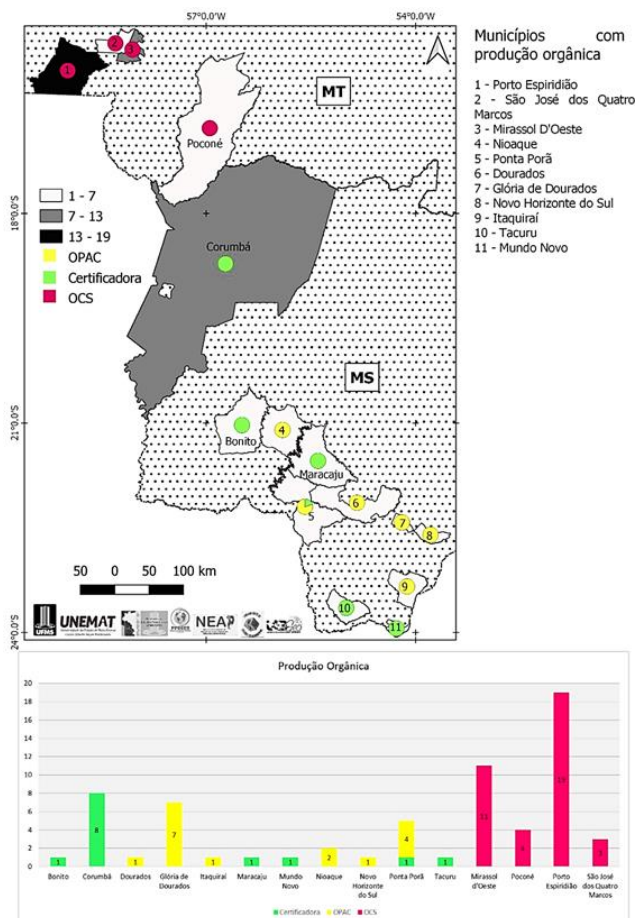
cravo, canela, erva doce, raízes e outros produtos não revelados na receita. É um nome patenteadado e com todos os requisitos para registro de Indicação Geográfica (IG), que pode atribuir um maior valor agregado e valorizar, ainda mais, a identidade territorial. Recentemente, a cooperativa produtora vem encontrando problemas com a documentação, fato que inviabiliza a produção em maior escala e comercialização. É urgente o apoio governamental para evitar o risco de perda de um bem cultural do país.

A certificação orgânica é orientada, no Brasil, pela Lei nº 10831 de 23 de dezembro de 2003 (Brasil, 20023), que dá as bases para seu entendimento e destaca a preocupação na manutenção dos recursos naturais, exclusão do uso de agrotóxicos e de materiais geneticamente modificados, dentre outros. Foi regulamentada pelo Decreto nº 6.323/2007 de dezembro de 2007 (Brasil, 2007), com os conceitos e diretrizes para a certificação orgânica. Com ele, é criado o “Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica” (SisOrg) composto pelos “Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica” e pela “Certificação por Auditoria” (CA). Essas são as duas possibilidades de certificação no país, quando credenciadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): certificadora (CA) e sistemas participativos (OPAC). O Decreto federal permite a venda direta sem certificação articulada por Organizações de Controle Social (OCS), cadastradas no MAPA (Brasil, 2007). Neste caso, é considerado orgânico (sem direito a selo) pela venda direta.

Destaca-se a certificação de origem animal no Pantanal Sul-mato-grossense, a força das ações participativas de certificação comandadas pela Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) na fronteira Sul e as articulações em Organizações de Controle Social (OCS) em São José de Quatro Marcos/MT, orientados por uma ONG e para a Associação Produtiva Indígena Chiquetana, em Porto Espiridião.

Essa última revela o caráter de ser e de viver na fronteira e das capacidades de criar territorialidades de resistência e de reconhecimento do trabalho diversificado através de diversos produtores (Figura 11).

Figura 11- Municípios com produção orgânica certificada na FF-CO através de organizações reconhecidas pelo MAPA (2023)



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

É possível destacar: 1) A presença de 12 unidades certificadoras indica um ambiente favorável para a certificação de produtos orgânicos, o que pode atrair mais produtores interessados nesse nicho de mercado; 2) Com 66 produtores orgânicos, a região demonstra um potencial considerável para a produção orgânica; 3) A distribuição dos produtores orgânicos em 15 municípios diferentes indica que a produção orgânica está se espalhando na faixa de fronteira, demonstrando as possibilidades de investimento e fortalecimento dos territórios com produções ligadas aos assentamentos rurais, quilombos e territórios indígenas.

Em Mato Grosso do Sul, dos 45 municípios da FF-CO, entre 2019 e 2022, conforme registros no MAPA, 34 passaram a intensificar ações envolvendo desde a aquisição de produtos até o incentivo a agricultores familiares através da compra com doações simultâneas ou pela aquisição de sementes. No estado de Mato Grosso, identificou-se que 14 dos 28 municípios na FF-CO desenvolvem ações em conjunto com agricultores familiares com a mesma finalidade.

A análise da evolução dos estabelecimentos por setores da CNAE nos municípios FF-CO entre 2018 e 2022 revela diversos pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades. Entre os pontos fortes, destaca-se o crescimento significativo nos setores de Comércio e Serviços, sinalizando um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e a diversificação de atividades. No entanto, os setores de Agropecuária e Indústria apresentam crescimento menos expressivo, apontando possíveis desafios na geração de empregos e no aumento da produção industrial. As oportunidades residem na expansão do comércio e na prestação de serviços, que podem impulsionar o desenvolvimento local. As ameaças incluem a necessidade de desconcentrar investimentos em setores agrícolas e industriais para evitar o desequilíbrio econômico. As potencialidades estão relacionadas à diversificação da economia, que pode tornar a FF-CO mais resiliente e competitiva, aproveitando suas características geográficas e recursos naturais.

A presença de instituições financeiras bancárias desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e na estabilidade financeira na FF-CO.

Dentre as instituições públicas, o Banco do Brasil (BB) é a instituição mais capilarizada, se fazendo presente em 53 dos 73 municípios da FF-CO. A Caixa Econômica Federal (CEF) está presente em 30 e o Banco da Amazônia (BASA) em dois municípios.

As instituições bancárias privadas que se demonstraram mais capilarizadas foram o Bradesco e o Sicredi, com presença em 59 e 45 municípios, respectivamente (Figura 12).

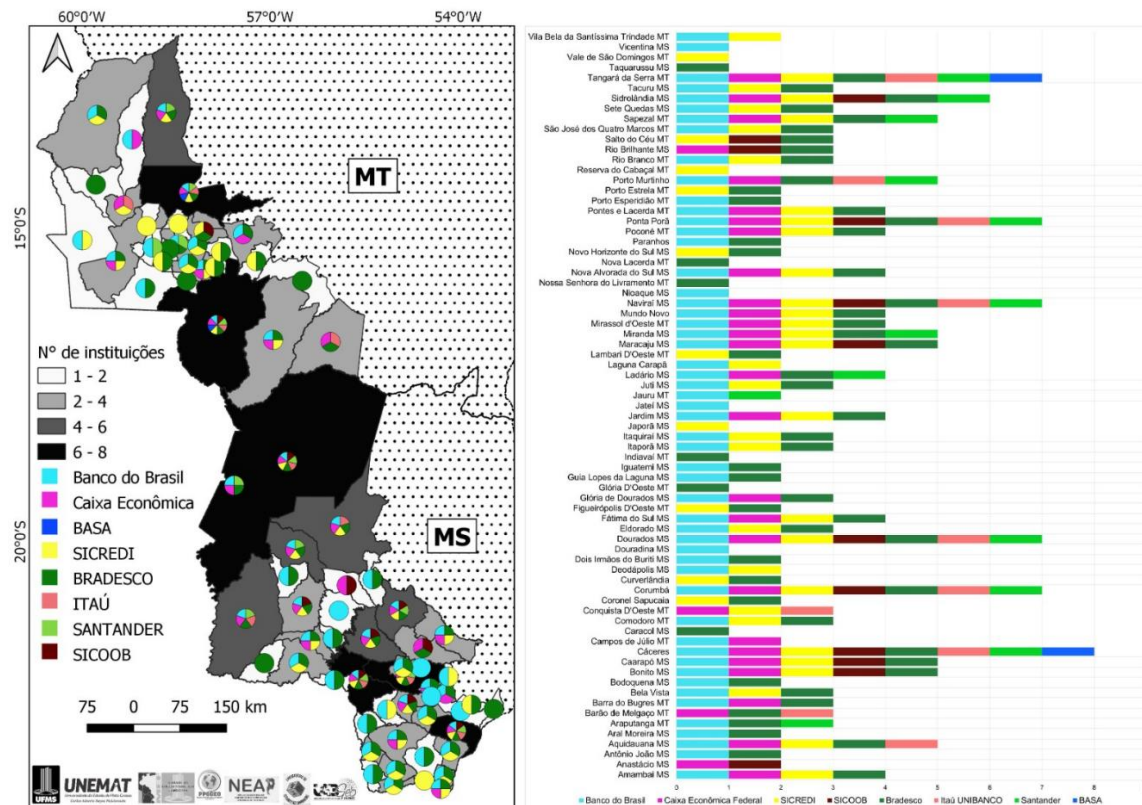
O Correios demonstrou-se como uma força dos municípios, com unidades de atendimento em 65 dos 73 municípios da FF-CO. Por outro lado, os Bancos Comunitários estão presentes em apenas cinco municípios, localizados na Faixa de Fronteira do estado de Mato Grosso do Sul.

As lavouras de abacaxi não são extensas, mas aparecem em vários municípios da faixa de fronteira. São produtos com potencial de exportação e muito ligadas à agricultura familiar. O arroz perdeu áreas em quase todos os municípios produtores, mas teve aumento expressivo em Comodoro (5 mil hectares plantadas). O algodão herbáceo tem como área de destaque a sub-região da Chapada dos Parecís que parece ter tomado espaço que antes era da cana-de-açúcar. Campos de Júlio (MT) quase dobrou a área plantada e Sapezal (MT) chegou próximo a 200 mil hectares plantadas em 2022. A cana, por sua vez, mantém sua força em Dourados e no Cone Sul-mato-grossense e uma certa estabilidade territorial nas demais sub-regiões.

As lavouras de milho e soja tem sua área core na sub-região de Dourados. São mais de um milhão de hectares plantadas. São lavouras que utilizam mecanização intensiva e com foco na exportação. Movimentam recursos vultosos e cresce em todas as sub-regiões da faixa de

fronteira de maneira diversa. É temeroso o crescimento na sub-região de Bodoquena por conta dos desmatamentos de áreas fundamentais para exploração do turismo. É preciso pensar formas sustentáveis de produção para evitar a perda do potencial turístico.

Figura 12 - Instituições bancárias públicas e privadas distribuídas por município na FF-CO



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A sub-região da Chapada dos Parecis é a maior produtora de feijão, com destaque para os municípios de Campos de Júlio (MT), Comodoro (MT) e Tangará da Serra (MT). A mandioca é cultivada em, praticamente, todos os municípios, mas se destaca na sub-região Cone Sul-mato-grossense, motivada, em grande parte, pela proximidade de fecularias e demais indústria beneficiadoras da mandioca situadas na vizinhança do Paraná.

A silvicultura aparece com mais força na sub-região de Dourados e do Cone Sul. Em todas as sub-regiões, com exceção da Chapada dos Parecis, a cultura perdeu espaço para outras. A teca e a seringueira começam a avançar para a faixa de fronteira no estado do Mato Grosso com certo vigor. Destaque para São José dos Quatro Marcos (MT) com cerca de 3 mil hectares plantadas.

O Pantanal é a sub-região core da criação de gado bovino. Corumbá e Cáceres superam um milhão de cabeças. O primeiro, por exemplo, sozinho, é maior que o somatório de cada uma das demais sub-regiões. Vale dizer, que o município já se antenou para a certificação orgânica de seu rebanho e quase dez fazendas já estão certificadas para vender carne com selo orgânico.

O rebanho suíno está presente em todos os municípios, mas encontra destaque na sub-região de Dourados, onde Glória de Dourados, Dourados e Jatei são grandes produtores. O Cone Sul-mato-grossense possui o maior rebanho de ovinos na faixa de fronteira e Dourados o maior de galináceos, com destaque para a presença de agroindústrias abatedoras de frangos naqueles municípios.

Os principais setores e a evolução de estabelecimentos comerciais por subsetores nas oito cidades gêmeas da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste (FF-CO) revelaram um cenário diversificado do desenvolvimento econômico. A integração regional e o fortalecimento da cooperação transfronteiriça podem abrir novas oportunidades para o crescimento econômico e social.

No âmbito da agricultura, identificou-se que as cidades gêmeas da FF-CO possuem destaque na produção de grãos, pecuária e agricultura familiar, bem como um quadro substancial de estabelecimentos que prestam serviços voltadas para o setor da pecuária e serviços relacionados.

O setor do comércio desenvolve um papel de relevo nas cidades-gêmeas, atuando como centros de distribuição de produtos para as regiões circundantes e como portas de entrada para o comércio internacional. A evolução dos estabelecimentos comerciais varejistas indica uma resiliência do setor, apesar do decréscimo em todas as cidades, refletindo a importância do comércio para a arrecadação de recursos e a promoção do desenvolvimento econômico. As oportunidades incluem a expansão do comércio internacional e a diversificação dos produtos e serviços oferecidos.

As cidades gêmeas têm vivenciado um aumento no número de estabelecimentos industriais no setor da construção nos últimos anos. Isso pode ser considerado uma oportunidade para diversificar a economia local e criar empregos de maior valor agregado. No entanto, a falta de infraestrutura industrial e de logística avançadas, bem como qualificação da mão de obra pode ser um desafio a ser superado.

O setor de serviços nas cidades gêmeas também tem visto um crescimento relevante, apesar da queda no município de Ponta Porã. Isso pode ser uma potencialidade para o desenvolvimento social, criando empregos e promovendo o crescimento econômico. No entanto, a prestação de serviços de qualidade e a infraestrutura para apoiar esse setor precisam de melhoria contínua.

Os dados de exportações dos municípios da FF-CO no ano de 2022 apresentam uma diversidade de produtos e setores que contribuem para o comércio exterior dessas localidades, refletindo a importância econômica da região, como produtos alimentícios, equipamentos elétricos, metais básicos, produtos farmacêuticos, entre outros. Ao analisar as importações em termos de produtos e valores em dólares, é possível identificar setores-chave da economia, como fabricação de máquinas, produtos informáticos, produtos metálicos, móveis, produtos químicos, entre outros. Além disso, as cidades-gêmeas na fronteira desempenham um papel estratégico na conexão com os países vizinhos, demonstrando como a geografia influencia as atividades comerciais.

O desempenho econômico do Brasil e da região de Fronteira da região Centro-Oeste, contida nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram apresentados através do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB) por setores de atividade econômica de seus municípios e regiões de planejamento do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

O PIB de Mato Grosso aumentou de R\$ 107.418.318,63 em 2015 para R\$ 178.649.563,70 em 2020, enquanto o de Mato Grosso do Sul saltou de R\$ 83.082.554,71 para R\$ 122.627.726,08. Quando se olha para a participação dos municípios da faixa de fronteira de cada estado na composição do PIB, nota-se que ela é inversa. Entre 2015 e 2020 os municípios da faixa de fronteira do MT diminuíram, sucessivamente, sua participação no PIB estadual de 12,50% para 11,93%; enquanto os do MS, no mesmo período, ampliaram, sucessivamente, de 38,27% para 42,22% sua cota na fatia do PIB estadual. Isso não significa dizer que não houve

crescimento bruto da geração do PIB, mas que no contexto do estado de Mato Grosso, os municípios da faixa de fronteira reduziram sua participação no PIB, muito provavelmente pela expansão de áreas mais dinâmicas ligadas ao agronegócio.

Em Mato Grosso, com relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB), em 2020, a sub-região IX – Chapada dos Parecis se destaca no setor de agropecuária, que também é marcante no Alto Paraguai, juntamente com Administração, defesa, educação e saúde públicas. Na Sub-região Pantanal, o destaque é para os serviços.

No Mato Grosso do Sul a agropecuária é muito forte na maioria dos municípios da Sub-região Bodoquena, Dourados e do Cone Sul-mato-grossense. Nestas, contudo, em Dourados e Bodoquena prevalecem os maiores valores para Serviços, por conta do peso da cidade de Dourados e de Bonito e Jardim, respectivamente. Na Sub-região Pantanal, a força é para os serviços puxado pela cidade de Corumbá.

A indústria responde pela maior participação no PIB apenas em municípios de Mato Grosso: Araputanga, Indiavaí, Jauru e Nossa Senhora do Livramento. Administração, defesa, educação e saúde públicas aparecem com mais força (33,33% dos municípios) na sub-região Alto Paraguai.

O agronegócio eleva o PIB *per capita* do município. As lavouras produtoras de *commodities* tornam esses números extraordinários (entre 61 e 270 mil reais por pessoa ao ano), quando, na verdade, não refletem a realidade municipal marcada por nichos de riqueza, mas com concentração destacada de pobreza. A mecanização do campo não reflete na geração de empregos. Isso só é possível pela associação com a transformação da produção primária.

Dentre os municípios com maiores PIB *per capita*, os 11 mais bem ranqueados concentram mais de 50% de arrecadação na agricultura. São eles, sequencialmente: Campos de Júlio, Sapezal, Jateí, Laguna Carapã, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Aral Moreira, Maracaju, Novo Horizonte do Sul, Caarapó e Juti.

5.5.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Crescimento Populacional: o Brasil, a região Centro-Oeste e a faixa de fronteira apresentaram crescimento populacional entre 2010 e 2022, o que indica dinamismo demográfico;

2. Diversidade étnica e cultural: a presença significativa de população quilombola e indígena na região reflete uma diversidade étnica e cultural rica, o que pode ser uma força em termos de preservação cultural e promoção da diversidade;

3. Taxa de urbanização: A maioria da população da faixa de fronteira do Centro-Oeste é urbana, o que pode representar oportunidades em termos de desenvolvimento urbano e acesso a serviços;

4. Melhoria no IDHM: Vários municípios da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste, como Dourados, tiveram melhorias significativas em seus índices de desenvolvimento humano ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010. Isso indica um progresso na qualidade de vida da população;

5. Participação de municípios com IDH-M elevado: Alguns municípios da região, como Campos de Júlio e Tangará da Serra, alcançaram IDH-M consideravelmente elevados;

6. Alto número de assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas: a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste possui muitos assentamentos (263), o que representa uma base sólida para a implementação de políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural;

7. Área considerável: a área total dos assentamentos na região é significativa (954.470,06 ha), o que pode suportar uma variedade de atividades agrícolas e agropecuárias;

8. Dos 45 municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul, 27 possuem territórios indígenas e 11 dos 28 municípios em Mato Grosso;

9. Presença de população quilombola de 1642 pessoas, presentes em 16 dos 73 municípios da faixa de fronteira;

10. População assentada expressiva: com mais de 31 mil famílias assentadas, essas comunidades podem se tornar um importante fator de desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais da faixa de fronteira;

11. Diversidade de sub-regiões: a região inclui várias sub-regiões com características distintas, o que permite a adaptação de políticas e estratégias de desenvolvimento de acordo com as necessidades específicas de cada área;

12. Forte presença no setor agrícola e oportunidades de expansão;

13. Importância como portas de entrada para o comércio internacional;

14. Crescimento constante nos setores de comércio e serviços;

15. Potencial para diversificar a economia;

16. Aproveitamento de sementes e de outras matérias primas sustentáveis, para fabricação de joias ecológicas.

5.5.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Desigualdades sociais: embora tenha havido crescimento populacional, persistem desigualdades sociais na região, incluindo diferenças significativas entre áreas urbanas e rurais;

2. Ameaças aos povos indígenas e quilombolas: a população indígena e quilombola é vulnerável a ameaças, como invasão de terras, desmatamento e pressões externas que afetam suas terras e modos de vida;

3. Baixo IDHM em alguns municípios: apesar das melhorias, ainda existem municípios com baixos índices de desenvolvimento humano na Faixa de Fronteira, como Japorã e Mundo Novo. Essa disparidade pode gerar desigualdades sociais;

4. Necessidade de investimento em educação e saúde: os indicadores de educação e saúde são áreas onde muitos municípios ainda apresentam fraquezas, refletindo a necessidade de investimentos nessas áreas;

5. Baixa produtividade agrícola: algumas áreas de assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas podem enfrentar desafios em termos de baixa produtividade agrícola devido à falta de infraestrutura, tecnologia e capacitação adequada;

6. Falta de infraestrutura: muitos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas podem carecer de infraestrutura básica, como estradas, eletricidade, escolas e serviços de saúde, o que limita o potencial de desenvolvimento;

7. Vulnerabilidade a flutuações nos preços das commodities agrícolas;

8. Falta de infraestrutura industrial avançada;

9. Necessidade de melhorias na qualificação da mão de obra;

10. Desafios na prestação de serviços de qualidade;

11. Ausência de acordos para comercialização fronteiriça de produtos da agricultura familiar, em especial, nas cidades-gêmeas.

5.5.3 Síntese das ameaças observadas

1. Desmatamento e exploração ambiental: o crescimento populacional pode aumentar a pressão sobre os recursos naturais, levando a ameaças como desmatamento e degradação ambiental;

2. Conflitos sociais: o aumento da população e a presença de comunidades vulneráveis podem levar a conflitos fundiários e sociais, representando uma ameaça para a estabilidade regional;
3. Pressões ambientais: o desenvolvimento econômico da região pode levar a pressões ambientais, como desmatamento e degradação ambiental, que afetam a qualidade de vida da população;
4. Desigualdades regionais: a persistência de municípios com baixos IDHM na região pode criar desigualdades sociais e econômicas, levando a problemas sociais e políticos;
5. Desmatamento e exploração não sustentáveis: a pressão por desmatamento e exploração não sustentável dos recursos naturais pode representar uma ameaça ao meio ambiente e aos meios de subsistência das comunidades locais;
6. Conflitos fundiários: a região pode ser suscetível a conflitos fundiários devido a disputas pela posse da terra, o que pode prejudicar a estabilidade e o desenvolvimento dos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas;
7. Mudanças climáticas: as mudanças climáticas podem afetar negativamente a produção agrícola e a disponibilidade de recursos hídricos, representando uma ameaça para a sustentabilidade dos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas;
8. Riscos climáticos que afetam a produção agrícola;
9. Flutuações nos preços das commodities.

5.5.4 Síntese das oportunidades observadas

1. O crescimento populacional pode impulsionar o desenvolvimento econômico regional, criando oportunidades de emprego e negócios;
2. A presença de população quilombola e indígena pode promover a valorização da diversidade cultural e impulsionar atividades econômicas relacionadas ao turismo cultural e étnico;
3. A Faixa de Fronteira do Centro-Oeste abriga uma parte significativa da produção agropecuária do Brasil. Isso oferece oportunidades para o desenvolvimento econômico e a melhoria do IDHM por meio de investimentos em infraestrutura e diversificação econômica;
4. O governo pode direcionar políticas públicas específicas para a região, com foco na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, como programas de educação e saúde;
5. A região tem um grande potencial para o desenvolvimento do agronegócio sustentável, com oportunidades para produção orgânica, agroecologia e agricultura de pequena escala;
6. A proximidade de centros urbanos e mercados locais oferece oportunidades para os agricultores assentados venderem seus produtos, promovendo o desenvolvimento econômico local;
7. A região é rica em recursos naturais, como água e biodiversidade, que podem ser explorados de forma sustentável para o benefício das comunidades locais;
8. As terras indígenas representam potenciais para a conservação ambiental, manejo sustentável de recursos, conhecimento botânico e medicinal, preservação de sementes tradicionais, turismo cultural e ecoturismo, patentes e propriedade intelectual, autonomia e autodeterminação e diálogo intercultural;
9. Diversificação da economia para reduzir a dependência da agricultura;
10. Investimento em infraestrutura industrial e qualificação da mão de obra;
11. Promoção do turismo e serviços relacionados;
12. Exploração de novos mercados no comércio internacional.

5.5.5 Carteira de projetos

64

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/ financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar	a) Agregar valor e incentivar a produção e consumo dos produtos da agricultura familiar	Todos	Governos estaduais, MDA, MAPA, Emendas parlamentares, Care Brasil, CERIS, IFAD, MLAL, FAO	Médio	a1) produto primário beneficiado e comercializado
	b) Apoiar a instalação de micro usinas de beneficiamento de leite e derivados	Todos	Governos estaduais, MDA, MAPA, Emendas parlamentares, Care Brasil, CERIS, IFAD, MLAL	Médio	a2) aumento do número de micro usinas implantadas
	c) Incentivar a produção orgânica certificada	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, MEC, MAPA	Médio	a3) Número de estabelecimentos rurais certificados
	d) Aprimorar as compras governamentais da agricultura familiar	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, MEC, MAPA	Curto	a4) Taxa de aquisição igual ou superior a 30% dos recursos do PNAE para a agricultura familiar
	e) Promover a documentação necessária para os agricultores familiares participarem das políticas públicas	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, INCRA, MAPA	Longo	a5) Número de agricultores familiares portadores de CAF ou DAP
Promoção de alternativas para a diversificação econômica e inclusão produtiva	a) Apoiar a bioeconomia para a inclusão produtiva e o consumo sustentável	Todos	Governos estaduais, MDA, MAPA, MCTI, Emendas parlamentares	Médio	a1) Produtos da bioeconomia comercializados
	b) Fomentar a pesquisa científica com foco na diversificação econômica e inclusão produtiva	Todos	Fundações estaduais de amparo à pesquisa, CNPq, MDA, MAPA, MCTI	Médio	b1) Projetos de pesquisas aprovados com financiamento
Fomento e atração de novas indústrias	a) Incentivar a criação de novas indústrias com aprimoração das cadeias produtivas	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Emendas parlamentares, Federações das indústrias	Longo	a1) Indústria implantada

	b) Capacitar mão-de-obra local para atração de indústrias	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Emendas parlamentares, Sebrae, Senai	Médio	a2) Número de pessoas capacitadas
Promoção e qualificação do comércio e dos serviços das cidades	a) Capacitar mão-de-obra local para atendimento na língua espanhola	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	Universidades, prefeituras,	Médio	a1) Número de pessoas capacitadas
	b) Apoiar a inovação do comércio e da prestação de serviços	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Emendas parlamentares, Sebrae, Federações do comércio	Longo	b1) Número de empresas com registro de inovação de processos
	c) Incentivar a instalação de grandes redes de lojas e supermercados	Aquidauana, Cáceres, Corumbá, Dourados, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Ponta Porã, Pontes e Lacerda, Rio Brilhante, Sidrolândia, Tangará da Serra	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Emendas parlamentares, Sebrae, Federações do comércio	Longo	c1) Empresas instaladas
	d) Apoiar a regularização documental das pequenas e microempresas	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Sebrae, Federações do comércio	Longo	a1) Empresas regularizadas
Acordo de cooperação para o comércio de hortaliças produzidas no espaço fronteiriço	a) Viabilizar acordo para comercialização de hortaliças na fronteira Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Consulados de fronteira, FAO, Embaixadas, Prefeituras, governos estaduais, universidades	Longo	a1) Acordo assinado
Valorização da economia de baixo carbono	Incentivar a economia de baixo carbono, com fomento a inovação no setor produtivo e de serviços	Todos	Sudeco, MAPA, MDA, governos estaduais e prefeituras	Longo	a1) Recursos liberados e contratados
Programa agronegócio sustentável	a) Fomentar as pesquisas e experimentos com a utilização de alternativas à utilização de agrotóxicos	Todos	MAPA, MDA, governos estaduais e prefeituras, Embrapa, Universidades, Institutos, ONGs	Longo	Aumento do número de estabelecimentos com certificação orgânica

	b) Incentivar a redução da utilização de agrotóxicos nas lavouras	Todos	MAPA, MDA, governos estaduais e prefeituras, Embrapa, Universidades, Institutos, ONGs	Longo	Aumento do número de estabelecimentos com certificação orgânica
	c) incentivar a recuperação e o reflorestamento de áreas degradadas pelas pastagens e/ou atividades agrícolas	Todos	MAPA, MDA, IBAMA, governos estaduais e prefeituras, Embrapa, Universidades, Institutos, ONGs	Longo	Aumento dos créditos de carbono comercializados
Programa de recuperação dos assentamentos rurais da Reforma Agrária	a) Aportar recursos para a realização de um diagnóstico das condições dos assentamentos rurais	Todos	INCRA, MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, Banco do Brasil, universidades, institutos	Curto	Diagnósticos realizados
	b) Promover a titulação das famílias assentadas	Todos	INCRA, MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras	Médio	Número de famílias tituladas
	c) Capacitar para a formação de associações e cooperativas	Todos	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, SEBRAE, SENAR	Médio	Número de associações e cooperativas em atuação
	d) Dotar as famílias assentadas de assistência técnica (ATER) permanente	Todos	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, SENAR	Curto	Número de famílias assistidas pela ATER
	e) Desenvolver estudos e propostas para a permanência dos jovens rurais na terra	Todos	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa	Médio	Diagnóstico realizado e publicado
	f) Incentivar a produção em bases agroecológicas	Todos	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa	Médio	Número de famílias reconhecidas como produtoras agroecológicas
	g) Criar o Programa de Aquisição de Alimentos Municipal onde não	Todos	Prefeituras, Agraer-MS, Empaer-MT		

	tem e ampliar as compras da agricultura familiar para o PNAE				
Valorização da cultura e da produção quilombola	a) Apoiar iniciativas de valorização da cultura quilombola	Anastácio, Aquidauana, Barra do Bugres, Bonito, Cáceres, Corumbá, Dourados, Itaporã, Lambari D'Oeste, Maracaju, Nioaque, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Estrela, Rio Brilhante e Vila Bela da Santíssima Trindade	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa, Sebrae	Curto e médio	Recursos apoiados
	b) Fomentar projetos para agregação de valor aos produtos de origem quilombola	Anastácio, Aquidauana, Barra do Bugres, Bonito, Cáceres, Corumbá, Dourados, Itaporã, Lambari D'Oeste, Maracaju, Nioaque, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Estrela, Rio Brilhante e Vila Bela da Santíssima Trindade	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa, Sebrae, Senar	Curto	Número de projetos
Valorização da cultura e da produção indígena	a) Apoiar iniciativas de valorização da cultura indígena	Barão de Melgaço, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Poconé, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Sapezal, Tangará da Serra, Vila Bela da Santíssima Trindade, Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Ponta Porã, Caarapó, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dourados, Eldorado, Iguatemi, Itaporã, Douradina, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Naviraí, Amambai, Dourados, Nioaque,	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa, Sebrae, Senar, Funai	Curto e médio	Recursos apoiados

		Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, Sete Quedas e Tacuru			
	b) Fomentar projetos para agregação de valor aos produtos de origem indígena	Barão de Melgaço, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Poconé, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Sapezal, Tangará da Serra, Vila Bela da Santíssima Trindade, Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Ponta Porã, Caarapó, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dourados, Eldorado, Iguatemi, Itaporã, Douradina, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Naviraí, Amambai, Dourados, Nioaque, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, Sete Quedas e Tacuru	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa, Sebrae, Senar, Funai	Curto	Número de projetos
Programa de estímulo do comércio das cidades de fronteira	a) Fomentar a realização e divulgação de um diagnóstico de oportunidades de negócios para atração de consumidores fronteiriços da Bolívia e do Paraguai	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Universidades, Institutos, Sebrae, governos estaduais e prefeituras	Curto	Diagnóstico realizado e publicizado
	b) Atrair investimentos para as cidades de fronteira	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Universidades, Institutos, Sebrae, governos estaduais e prefeituras.	Médio	Novos negócios instalados
	c) Incentivar a instalação de free shops nas cidades gêmeas	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, governos estaduais e prefeituras	Curto e Médio	Novas lojas instaladas

Criação de um Centro de Cooperação Fronteiriça - CECOF	a) Assinar um Acordo de Cooperação para cooperação fronteiriça com a Bolívia e com o Paraguai	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	Agência Brasileira de Cooperação (ABC), MIDR, Sudeco, embaixadas, consulados, governos estaduais e prefeituras	Médio	Acordo de cooperação assinado
	b) Dotar o CECOF de uma Câmara da Agricultura e Meio Ambiente	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Consulados, Universidades, governos estaduais e prefeituras	Médio	Câmara setorial em operação
	c) Dotar o CECOF de uma Câmara da Indústria e Comércio	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, consulados, Universidades, governos estaduais e prefeituras	Médio	Câmara setorial em operação
Sistema de Informação (SI) de compras de bens e serviços por bolivianos e paraguaios nas cidades brasileiras	Implantar um SI para registro das compras realizadas pelos bolivianos e paraguaios no Brasil para fins de avaliação da contribuição na geração de impostos e na formalização de acordos de cooperação em educação e saúde	Todos	Sudeco, Federações do Comércio, consulados, Universidades, governos estaduais e prefeituras	Médio	Sistema de Informação (SI) em funcionamento
Programa de erradicação da pobreza na faixa de fronteira	Elaborar um programa para o combate efetivo à pobreza na faixa de fronteira a partir de um diagnóstico e de proposições para a inclusão social, cultural, econômica e política	Todos	MDS, MIDR, FAO, Sudeco, Consulados, Universidades, Institutos, governos estaduais e prefeituras	Médio	Programa elaborado
Programa de incentivo à cultura da faixa de fronteira	a) Elaborar um programa para incentivo à cultura a partir do diagnóstico das práticas culturais existentes	Todos	MinC, MIDR, Sudeco, Universidades, Institutos, governos estaduais e prefeituras	Curto	Programa e diagnóstico elaborados
	b) Promover editais de apoio à qualificação e capacitação para promoção cultural	Todos	MinC, governos estaduais e prefeituras	Médio	Edital publicado
	c) Incentivar as empresas locais a investirem nas apresentações culturais	Todos	MinC, governos estaduais e prefeituras	Médio	Número de empresas locais patrocinadoras de eventos culturais

Programa de fortalecimento de ações de mulheres fronteiriças	Oferecer curso de capacitação para formação e qualificação de mulheres para liderança comunitária e de grupos minorizados, com foco no acesso e garantia de direitos, na prevenção e no enfrentamento das diversas formas de violências	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Número de mulheres capacitadas em curso
	Realizar estudos socioeconômicos sobre segmentos produtivos de mulheres, com elaboração de estratégias para minimizar a sobrecarga do trabalho doméstico realizado pelas mulheres	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Relatório de pesquisa finalizado
	Oferecer cursos de capacitação para o protagonismo das mulheres e a sua participação ativa nos processos formativos e produtivos	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Número de mulheres capacitadas em curso
	Propor estratégias de visibilização e desnaturalização da divisão sexual do trabalho	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Relatório de pesquisa finalizado
	Promover o curso de capacitação “Negócios de mulher” focado na geração de renda e produção de autonomia econômica e segurança alimentar	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Número de mulheres capacitadas em curso

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos.

5.6 - TURISMO

A partir das conversas iniciais com pessoal da Sudeco foi estabelecido o levantamento tendo por consideração:

- 1) Municípios do estado de Mato Grosso consolidados turisticamente na faixa de fronteira, tais como: Barão de Melgaço, Cáceres e Poconé. Estes municípios são considerados consolidados em função das questões comerciais, de planejamento e de governança;
- 2) Municípios do estado de Mato Grosso em consolidação turística na faixa de fronteira, tais como: Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade. Estes municípios são considerados em consolidação em função das questões comerciais, de planejamento e de governança;
- 3) Municípios do estado de Mato Grosso do Sul já consolidados turisticamente na faixa de fronteira, tais como: Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim e Ponta Porã. Estes municípios são considerados consolidados em função das questões comerciais, de planejamento e de governança;
- 4) Municípios do estado de Mato Grosso do Sul em consolidação turística na faixa de fronteira, tais como: Bodoquena e Porto Murtinho. Estes municípios são considerados consolidados em função das questões comerciais, de planejamento e de governança.

Esses municípios foram analisados nos quesitos forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. As informações genéricas de cada um deles encontram-se disponível no caderno da Meta 2 (<https://ppgefcpn.ufms.br/category/produtos/>) em acordo com seus planos de desenvolvimento. Neste documento, foram agrupados para permitir uma leitura regional.

Para os demais municípios da faixa de fronteira não considerados já consolidados ou em consolidação turística, buscou-se apresentar proposta nas carteiras de projetos para o desenvolvimento do setor e geração de renda para a população.

5.6.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Recursos naturais: rios, cachoeiras, trilhas e uma rica biodiversidade, o que oferece um potencial turístico significativo para atividades de ecoturismo e turismo de natureza;
2. Cultura e história: patrimônio histórico e cultural rico, incluindo a herança indígena e a cultura pantaneira, o que pode atrair turistas interessados em experiências culturais autênticas. Orla do rio Paraguai com infraestrutura e Casario Histórico. Grande riqueza de lendas e causos diversos. Os saberes e costumes locais da cultura pantaneira é um patrimônio imaterial rico, que se expressa nas tradições, festividades, religiosidade, dança, música, rezas, benzimentos etc.;
3. Potencial para turismo rural: oportunidades para o desenvolvimento do turismo rural e agroturismo, permitindo que os visitantes vivenciem a vida no campo e conheçam a produção local;
4. Belezas naturais: paisagens deslumbrantes, com rios, cachoeiras, matas e trilhas. Ideal para a prática de atividades como pesca esportiva, passeios de barco e ecoturismo;
5. Pantanal: é um dos maiores ecossistemas úmidos do mundo, famoso por sua biodiversidade, incluindo aves, mamíferos, répteis e plantas. Os turistas podem desfrutar de safáris fotográficos, observação de aves, cavalgadas e trilhas ecológicas no Pantanal;
6. Gastronomia: influências indígenas, portuguesas e pantaneiras. Os pratos típicos incluem peixes de água doce, como o pintado e o pacu, preparados de diversas formas. Além disso, é possível encontrar deliciosas comidas tradicionais, como arroz carreteiro, pirão de peixe e chipa, um pão de queijo típico da região, doces, pães, bolachas, licores e outros de frutos do Cerrado e Pantanal;

7. Turismo de aventura: rafting, passeios de quadriciclo, trilhas de *mountain bike*, rapel em cachoeiras e até mesmo a prática de mergulho em rios de água cristalina.
8. Mídia espontânea.
9. Operadoras oferecem acesso a novos mercados e difundem o destino;
10. Algumas empresas realizam Famtours e Fampress independentes, sem auxílio do Governo;
11. Estrada Parque Pantanal denominada Área de Especial Interesse Turístico através de Decreto Estadual, Estrada Parque Transpantaneira e Estrada Parque Poconé – Porto Cercado;
12. Aeroportos em Corumbá e Bonito.
13. O calendário de eventos ofertado no Estado fomenta o setor turístico em vários períodos do ano;
14. Existência de Lei do Fundo Municipal de Turismo, prevendo receitas de taxas de turismo, transferências, Alvarás do setor de turismo e doações.
15. Presença de turismólogos no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal;
16. Boa estrutura de serviços turísticos e de apoio (bares, restaurantes, hotéis, transportadoras turísticas e locadoras de veículos);
17. Cidades Polos (Corumbá e Cáceres) em Tratamento de Saúde e Educação;
18. Oferta de excelente estrutura de barco hotéis, que podem ser utilizados para outros segmentos, além da pesca;
19. Recorde no Guinness Book do maior Festival de Pesca de água doce do mundo;
20. Existência de diversos estudos, análises e documentos que se relacionam com o processo de planejamento do Turismo;
21. Existência de unidades de conservação;
22. Existência de várias comunidades tradicionais entre quilombolas, ribeirinhos e indígenas;
23. A Palga Serrana, prato típico de Bodoquena, contextualizada com a história e a cultura local;
24. Existência do Curso de Turismo, no Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
25. Existência do Geopark Bodoquena-Pantanal;
25. Existência de estrutura de eventos;
26. Existência de atrativos potenciais e a serem descobertos (em especial cavernas, grutas e pontos de observação de animais);
27. Presença da Serra das Araras;
28. Grupos folclóricos: bacuri, congo, capoeira, das comunidades quilombolas e de danças do siriri e cururu;
29. Produção exclusiva da bebida canjinjim, em Nossa Senhora da Santíssima Trindade;
30. Promoção do turismo no Parque Nacional/Estadual do Cristalino, na divisa com o Pará.

5.6.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Infraestrutura limitada: A exceção de Bonito, carece de investimentos em termos de transporte, hospedagem e serviços complementares, o que pode impactar a experiência do turista;
2. Falta de promoção adequada: A falta de esforços de marketing e divulgação pode limitar a visibilidade das atrações turísticas, dificultando a atração de visitantes;
3. Capacitação limitada: A falta de programas de capacitação e treinamento para profissionais do setor turístico pode afetar a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes e falta de interesse dos empresários em capacitar seus colaboradores;
4. Espaços públicos não atendem os requisitos do mercado de ecoturismo (praças e museus);
5. Tarifa alta para o transporte aéreo. Limitação de voos e poucas opções de conexões aéreas;
6. Desentendimentos entre agenciadores referentes aos passeios de ecoturismo no Rio Paraguai;

7. Empresas ainda conhecem pouco sobre gerenciamento de redes sociais. Nem todas as empresas conseguem adequar a oferta para o público da “cota zero”;
8. Necessidade de trabalhadores bilíngues;
9. Pouca oferta integrada com passeios. Falta operadores de receptivos formalizados, com profissionalismo;
10. Pouco interesse dos equipamentos de turismo em ofertar os atrativos culturais;
11. Deficiente sinalização de trânsito, sinalização turística e dos distritos e comunidades rurais;
12. Ausência de lixeiras e placas com os nomes das ruas nos centros históricos;
13. Alta incidência de queimadas no Pantanal;
14. Carência de monitoria ou vigilância por câmeras nas áreas turísticas;
15. Ausência de atendimento policial especializado e delegacia de proteção ao turista;
16. Ausência de cobertura de internet em diversos pontos dos municípios;
17. Ausência de Programa específico para a promoção e comercialização por meio de fampress e famtours;
18. Dificuldades de gestão do Fundo Municipal de Turismo, quando existente;
19. Baixa adesão ao CADASTUR e ao Selo Turismo Responsável;
20. Carência de pesquisas de demanda turística;
21. Necessidade de melhoria e embelezamento da orla do Rio Paraguai;
22. Pouco aproveitamento dos saberes e fazeres locais, como forma de ofertar experiências únicas aos visitantes;
23. Pouco interesse em aprender as ladainhas, lendas, músicas e práticas de reprodução social que ocorrem nos festejos, por parte das novas gerações;
24. Falta de estrutura de acessibilidade para portadores de necessidades especiais em alguns atrativos;
25. Carência de profissionais capacitados e guarda-vidas em alguns balneários;
26. Falta de licenciamento ambiental de muitos empreendimentos turísticos nas áreas rurais;
27. Ausência do "Homestays": se hospedar na casa de um membro da comunidade e acompanhar a rotina do anfitrião;
28. Carência de mapas e guias de roteiros turísticos em alguns municípios;
29. Inexistência de Roteiro Turístico Binacional formalizado.

5.6.3 Síntese das ameaças observadas

1. Infraestrutura limitada: as estradas em más condições e com carência de duplicação em vários trechos, a falta de serviços básicos e deficiências na oferta de transporte público, pode dificultar o acesso dos turistas à região;
2. Impactos ambientais: O turismo, especialmente o ecoturismo, pode causar impactos negativos ao meio ambiente se não for devidamente planejado e gerenciado. O aumento do número de visitantes pode levar à degradação dos ecossistemas naturais, poluição da água, destruição de habitats e perturbação da fauna e flora local. É essencial implementar práticas sustentáveis e medidas de conservação para minimizar esses impactos;
3. A falta de conscientização e promoção adequada sobre as atrações turísticas pode limitar o conhecimento dos potenciais visitantes sobre o destino.
4. A ausência de campanhas de marketing eficazes e a falta de uma presença forte nos canais de divulgação podem dificultar a atração de turistas para a região;
5. Limitações sazonais: Alguns destinos turísticos podem enfrentar limitações sazonais, ou seja, períodos específicos do ano em que a demanda turística é baixa. Isso pode afetar a sustentabilidade econômica dos negócios relacionados ao turismo, tornando-os dependentes de períodos específicos para gerar receita;

6. A existência de problemas de segurança, como crimes, violência ou áreas consideradas perigosas, pode afastar os visitantes e prejudicar a reputação de destino turístico seguro.
7. Parco envolvimento da comunidade local na preservação do meio ambiente;
8. Ausência de maturidade estratégica das empresas não possibilita o reposicionamento de mercado;
9. Escassez de mão de obra especializada restringir a utilização de marketing digital;
10. Limitação de fluxo devido poucos voos;
11. Falta de conectividade impede ou dificulta a promoção, gestão de negócios, divulgação e presença no mundo virtual;
12. Atividade de pesca sem fiscalização efetiva;
13. Pouco incentivo à valorização da cultura e preservação do patrimônio histórico;
14. Ausência de indicadores do turismo que orientem as políticas públicas e ações da gestão pública;
15. Falta de política de incentivos para investimento no turismo, construções reformas e modernização de equipamentos turísticos;
16. Crise hídrica;
17. Queimadas nas áreas de vegetação natural;
18. Destinos concorrentes mais bem estruturados e com diversidades de produtos ofertados;
19. Oferta turística com localização distante dos grandes centros emissores e malha aérea desfavorável ao fluxo turístico nacional e internacional;
20. Produto turístico “Pantanal” apresenta preços elevados em comparação com produtos nacionais de lazer e praia ou mesmo ecoturismo de outras regiões;
21. Baixo conhecimento dos operadores e agências de turismo sobre a região do Pantanal.
22. Aumento da pressão do agronegócio e do garimpo em alguns atrativos;
23. Aumento do número de ecodestinos turísticos no Brasil (cavernas, cachoeiras, rafting, rapel, tirolesas etc.);
24. Oscilação do câmbio.

5.6.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Existência de grande quantidade de pessoas no mundo interessadas no ecoturismo e turismo de natureza;
2. Existência de turistas interessados na história e na cultura da região;
3. Grande interesse pelo turismo de pesca esportiva nos rios da bacia do rio Paraguai;
4. Interesse pelo turismo rural e agroturismo que pode ser complementado com a oferta de hospedagem em fazendas e restaurantes com produtos regionais;
5. Ampliação do interesse pelo turismo de aventura em atividades como rafting, canoagem, trilhas de *mountain bike* e rapel;
6. Grande interesse pelo turismo de eventos culturais, festivais, competições esportivas e feiras temáticas;
7. Ampliação do número de hotéis que oferecem ecoturismo durante o período da piracema;
8. *Famtours* e *Fampress*;
9. Oportunidade para implantação de pousadas e hotéis na modalidade “ecolodge”;
10. Profissionalização da Rota da Estrada Parque do Pantanal através da gestão da localidade turística (empresas de turismo), fortalecimento da identidade (marca - rota), infraestrutura e promoção;
11. Companhias aéreas e existência de aeroportos com possibilidades para voos regulares com ligação às capitais estaduais e São Paulo;
12. Definição de calendários de eventos com foco na ocupação hoteleira;
13. Integração da oferta dos eventos com produtos das rotas existentes;

14. Gestão da Orla Portuária de Cáceres, Corumbá, Ladário, Poconé e Porto Murtinho;
15. A existência de grande interesse pelo conhecimento e vivência do Pantanal;
16. A possibilidade de conhecer as vizinhanças fronteiriças;
17. Implementação das diretrizes dos Destinos Turísticos Inteligentes;
18. Possibilidade de negócios turísticos através das certificações existentes de turismo sustentável (ISO's e NBR's);
19. Integração das comunidades locais nos arranjos produtivos do turismo;
20. Cursos gratuitos na modalidade EAD ofertados pelo Ministério do Turismo;
21. Campanhas de endomarketing turístico para promover orgulho e sentimento de pertencimento da população local;
22. Oportunidade de divulgação do destino através das mídias sociais de forma inovadora;
23. Participação de eventos e feiras nacionais e internacionais, pois, os destinos que participam de eventos tem mais oportunidades de negócios;
24. Captação de recursos por meio da participação de políticas públicas;
25. Aproveitamento de ações desenvolvidas por entidades relacionadas ao Turismo;
26. Criação de uma agenda que integre as atividades turísticas, ambientais, sociais e econômicas comuns à região;
27. Ampliação das Unidades de conservação para uso sustentável por meio do Turismo;
28. Aproveitamento da mídia existente e que pode ser captada para estruturação de programas, matérias, reportagens e atração de influenciadores digitais para o Pantanal. Ex. Novela Pantanal, exibida em 2022;
29. Consolidação do segmento de observação de aves;
30. Programa MS “Investe Turismo”, convênio SEBRAE e Governo do Estado;
31. Crescimento do turismo de públicos da melhor idade, turismo familiar, do geoturismo, observadores de pássaros, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais (LGBTQIAPN+).

5.6.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/ financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Roteiro de turismo integrado	Realizar oferta de Pousadas Pantaneiras integradas com empresas e atrativos do centro urbano de Corumbá e da Rota Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena	Corumbá, Ladário, Bonito, Bodoquena e Miranda	Governo estadual, prefeituras, empresas, MTur	Médio	Rota em funcionamento
	Propor oferta de produtos turísticos articulados na rota Cuiabá-Nossa Senhora do Livramento-Cáceres	Nossa Senhora do Livramento e Cáceres	Governo estadual, prefeituras, empresas, MTur	Médio	Rota em funcionamento
Promoção do calendário anual de eventos do município	Planejar e divulgar todos os eventos realizados anualmente	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Prefeituras, empresas, MTur	Curto	Calendário divulgado na página da prefeitura
Promoção dos roteiros e atrativos turísticos em municípios com turismo consolidado ou em consolidação	Viabilizar recursos para aprimorar a divulgação do turismo local	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, empresas, MTur	Médio	Roteiros e atrativos divulgados na página da prefeitura
Qualificação para atendimento aos turistas	Promover cursos de capacitação para atendimento aos turistas em municípios com turismo consolidado ou em consolidação	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá,	Governo estadual, prefeituras, universidades, institutos, Sebrae, empresas, MTur	Curto	Número de pessoas capacitadas

		Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho			
	Fortalecer os cursos de graduação e pós-graduação em turismo estimulando a formação de mão de obra qualificada	Todos	Governo estadual e federal	Médio	Número de profissionais formados
	Incentivar a qualificação em idiomas aos prestadores de empresas turísticas;	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, empresas e MTur	Longo	Número de profissionais qualificados em outros idiomas
Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo nos municípios ainda não consolidados para a atividade	Fomentar a elaboração de Planos de Desenvolvimento do Turismo naqueles municípios que ainda não consolidados para a atividade	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, universidades, institutos, Sebrae, empresas, MTur	Médio	Elevação do número de municípios consolidados
Fomento ao turismo de experiências de fronteira	Elaborar diagnósticos e propostas para aproveitamento do turismo de experiências de fronteira	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas	Governo estadual, prefeituras, universidades, institutos, Sebrae, empresas, MTur	Médio	Relatório de diagnósticos e propostas publicado
Mapeamento de potenciais atrativos turísticos e seus respectivos segmentos	Realizar o levantamento de potenciais atrativos ambientais, culturais e tecnológicos	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, universidades	Médio	Quantitativo de atrativos catalogados
Mapeamento da demanda turística potencial	Diagnosticar o perfil dos possíveis visitantes, estados/países de origem, interesses, necessidades e expectativas com relação ao destino visitado.	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras e universidades	Curto	Aferição dos números da demanda potencial dos destinos turísticos

Desenvolvimento de Marketing Turístico na faixa de fronteira	Criação de identidade visual dos destinos turísticos	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual e prefeituras	Curto	Aumento no número da procura de turistas efetivos e potenciais nos destinos turísticos
	Participação em eventos nacionais e internacionais	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, empresas, MTur e Embratur	Curto	Aumento no número de participações em eventos
	Criação, gerenciamento e análise de dados de redes sociais, sites, aplicativos e outros sistemas de gestão turística	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Ladário, Miranda, e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras e empresas	Curto	Análise das métricas geradas pelas plataformas
Financiamento de infraestrutura pública e privada	Criação de CAT's (Centros de Atendimento ao Turistas)	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação que não possuam CAT	Governo estadual e prefeituras	Médio	Registro de procura dos turistas no CAT's
	Adequação dos espaços públicos e privados para o acesso de turistas PCD's	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras e empresas	Médio	Aumento no número de estruturas adequadas para o atendimento ao público de turistas PCD's
	Revitalização de áreas públicas	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta	Governo estadual e prefeituras	Longo	Aumento do quantitativo de áreas beneficiadas por ações de revitalização

		Porã, Bodoquena e Porto Murtinho			
	Políticas de Linhas de crédito para criação, ampliação e/ou melhoria das empresas turísticas	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras e MTur	Médio	Ampliação do número de empresas atendidas por linhas de financiamentos do segmento turístico
Maximização da atuação das instâncias municipais de turismo	Estimular que os COMTUR's operem de maneira ativa nos municípios	Todos	Governo estadual, prefeituras e MTur	Curto	Ampliação no número de membros do COMTUR bem como no quantitativo de reuniões e deliberações de ações em prol da atividade turística
	Contratação de turismólogos via concurso público para atuação nas secretarias municipais de turismo onde não estão presentes	Todos	Governo estadual e prefeituras	Médio	Maior quantitativo de prefeituras com profissionais turismólogos atuantes nas instâncias cabíveis
Ampliação e qualificação da oferta básica e turística	Incentivo ao empreendedorismo turístico (Hotelaria, Estabelecimentos de A&B, Agências de Turismo, Empresas de aluguel de carros, transportadores turísticos e Empresas de eventos)	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, Sistema S e MTur	Médio	Ampliação no número de empresas turísticas
	Melhoria de serviços básicos nos destinos turísticos (Saneamento, água, coleta de resíduos, internet, segurança, vias de acesso)	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, federal e prefeituras	Médio	Melhoria na avaliação do destino perante a população local e pelos turistas/visitantes.
	Ações de qualificação formal de guias de turismo locais e regionais	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, Senac e MTur	Curto	Ampliação no número de guias oficiais

Fomento a práticas associativas no turismo	Estímulo às empresas turísticas na associação de classes para o fortalecimento da atividade (ABETA, ABIH, ABAV, ABRASEL, ABBTUR, dentre outras)	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, Sebrae e MTur	Médio	Aumento da adesão das empresas às suas respectivas associações
Integração do planejamento turístico	Estimular uma melhor aderência do planejamento turístico quanto às estratégias traçadas nos âmbitos municipal, estadual e federal.	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras e MTur	Médio	Métricas de efetivação de ações integradas entre as diferentes instâncias de governanças do turismo
Maximização a articulação da cadeia produtiva do turismo	Promoção de ações integradas entre os diferentes segmentos da oferta turística dos destinos	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, empresas e MTur	Médio	Aumento do faturamento das empresas que atuam em parceria
	Criação de Convention Visitors Bureau	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Bodoquena e Porto Murtinho	Empresas e prefeituras	Médio	Número de empresas que aderirem ao Convention Visitors Bureau
	Maior atuação na captação de eventos	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Bodoquena e Porto Murtinho	Empresas e prefeituras	Médio	Aumento na quantidade de eventos captados pelo destino
Política de incentivo a adesão do CADASTUR e selo turismo responsável	Criação de campanha de conscientização da importância de adesão do CADASTUR e selo turismo responsável	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Quantidade de empresas atingidas pela campanha

	Ações integradas com instituições parceiras para preenchimento de formulário de adesão do CADASTUR e selo turismo responsável	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Número de empresas com adesão
Programa de acompanhamento e gerenciamento de dados turísticos	Promover a organização e gerenciamento de dados abertos de empresas turísticas privadas e órgãos públicos (número de chegadas, finalidade da visitação, origem do turista/visitante, dentre outras informações)	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Métricas dos dados coletados
	Pesquisas de demanda turística em estruturas de recepção de fluxo turístico (rodoviárias, aeroportos, ferrovias e portos);	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Curto	Quantitativo de pessoas abordadas no universo da pesquisa e seus respectivos resultados
	Aplicação de pesquisas a turistas nos eventos locais	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Curto	Quantitativo de pessoas abordadas no universo da pesquisa e seus respectivos resultados
Organização e planejamento dos transportes turísticos	Políticas de incentivo, financiamento e gestão dos terminais de fluxos turísticos do destino (rodoviárias, aeroportos, ferrovias e portos)		Governo estadual, prefeituras, MTur e Ministério da Infraestrutura	Longo	Número de estruturas beneficiadas com as respectivas políticas

Promover a fiscalização de atrativos turísticos quanto suas práticas ambientais com vistas à promoção do turismo responsável	Estabelecimento de capacidade de carga nos atrativos turísticos	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Ponta Porã e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Aumento no número de atrativos com controle de capacidade de carga.
	Promover atividades pautadas no Sistema de Gestão de Segurança (SGS) do turismo	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Ponta Porã e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Aumento no número de atrativos com Sistema de Gestão de Segurança (SGS).
	Ampliar a fiscalização ambiental na atuação das empresas turísticas	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Ponta Porã e Porto Murtinho	Governo estadual e prefeituras	Médio	Ampliar o número de empresas turísticas que sigam as normativas ambientais
Promoção da integração da atividade turística com os agentes locais	Estimular a participação de pequenos comerciantes e produtores locais	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, MTur, Confederação Nacional do Turismo - CNTUR - CNTUR e Confederação Nacional de Municípios	Curto	Quantidade de agentes locais envolvidos
	Promover eventos e ações de integração de pequenos comerciantes e produtores locais	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras e MTur	Médio	Quantidade de agentes locais envolvidos

	Incentivar a criação de associações locais	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras e MTur	Curto	Número de associações e grupos formalizados
Políticas de combate a sazonalidade turística	Incentivar a organização e promoção de eventos em períodos sazonais	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual e prefeituras	Médio	Quantidade de eventos promovidos
	Fomentar a criação de roteiros/rotas alternativas ao segmento prioritário do destino	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, empresas e universidades	Curto	Número de roteiros/rotas alternativas
	Promover a diversificação dos segmentos turísticos no destino turístico	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, empresas e universidades	Médio	Quantitativo de segmentos oferecidos pelo destino turístico
Compatibilização da atividade turística nas áreas de fronteiras	Instituir parcerias e ações binacionais para maximizar os destinos turísticos da área de fronteira	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, empresas e universidades, governo do Paraguai e governo da Bolívia;	Médio	Número de acordos firmados no trato da atividade turística de fronteira
Segurança turística	Promover melhorias nas políticas de segurança de maneira a propiciar ambientes mais seguros para o turista	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo federal, estadual e prefeituras	Longo	Redução no número de crimes relacionados a turistas/visitantes

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos.

5.7 - MEIO AMBIENTE

As questões ambientais transcendem a nacionalidade territorial, pois suas lógicas espaciais diferem das lógicas políticas estabelecidas para os limites de um território. Um dano ambiental não é restrito aos limites jurídicos e políticos de um Estado, especialmente no que tange a água e ao ar, bens indispensáveis qualidade de vida e de interesse de todos.

Pantanal é considerado uma das mais importantes áreas úmidas continentais do planeta. Essa área úmida, inundada periodicamente, é muito importante para o suprimento de água, estabilização do clima e a conservação do solo contribuindo para uma rica biodiversidade.

Nos últimos anos, ocorreu um aumento significativo nos índices de incêndios de algumas localidades localizadas ao longo da faixa de fronteira do Brasil – Bolívia e Brasil – Paraguai. Os maiores registros de incêndios florestais nos anos de 2020 e 2021 foram registrados na região do Pantanal Mato-Grossense e está relacionado as questões climáticas com a redução dos índices de pluviosidade e assim, reduzindo as áreas inundadas, contribuindo para que os incêndios atingissem a região.

Os incêndios são predominantes no Pantanal hoje e têm sérias consequências para o ciclo do carbono, serviços ecossistêmicos e saúde humana nas zonas úmidas. Para se ter uma ideia, o município de Corumbá no período de 2017 – 2021 foi o que apresentou os maiores índices de queimadas em Mato Grosso do Sul, enquanto Cáceres, Poconé e Barão de Melgaço, todos localizadas no Pantanal, tiveram os maiores índices em Mato Grosso.

Os maiores impactos naturais que atingem os municípios na faixa de fronteira são representados pelos processos de inundações, relacionados ao regime de cheia de alguns rios onde algumas áreas (bairros) são atingidas e outras, em decorrência as incidências de chuva aliada ao precário sistema de drenagem que acabam provocando impactos sociais em algumas cidades Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Registros de Inundações em Mato Grosso, 2022

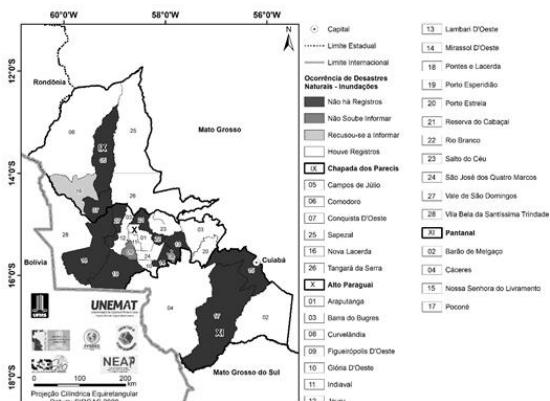
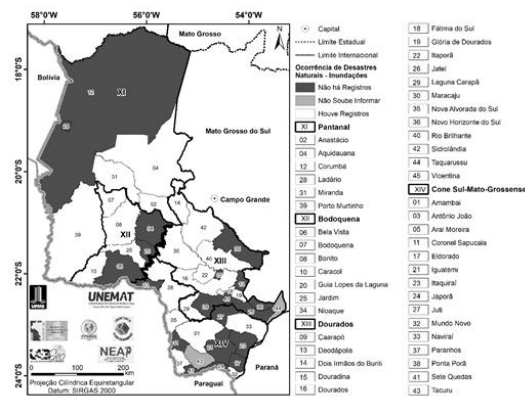


Figura 14 - Registros de Inundações em Mato Grosso do Sul, 2022



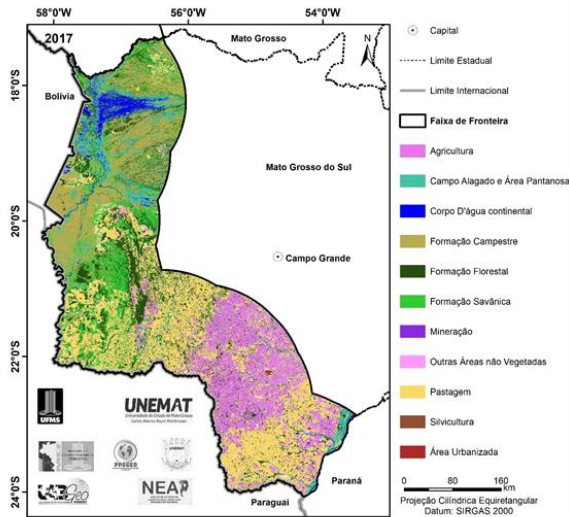
Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

O período analisado para o uso e ocupação foi de 2017 – 2021. No Mato Grosso do Sul não foram observadas grandes transformações (Figuras 15 e 16). Merece destaque as sub-regiões XIII – Dourados e XIV – Cone Sul-Mato-grossense onde existe uma rotatividade no

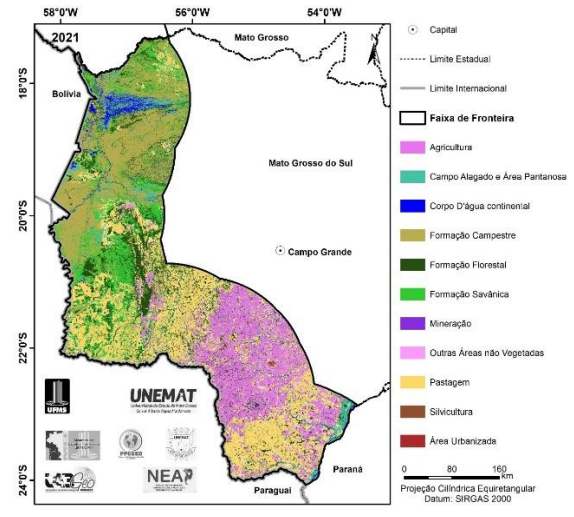
uso da terra. Nas cidades localizadas na região do Pantanal, ocorre o predomínio de cobertura natural e de pastagens que é utilizada para a pecuária.

Figura 15 – Uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul em 2017



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

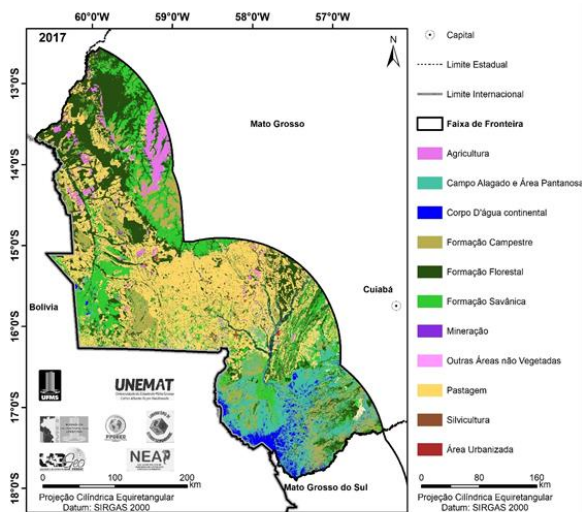
Figura 16 – Uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul em 2021



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

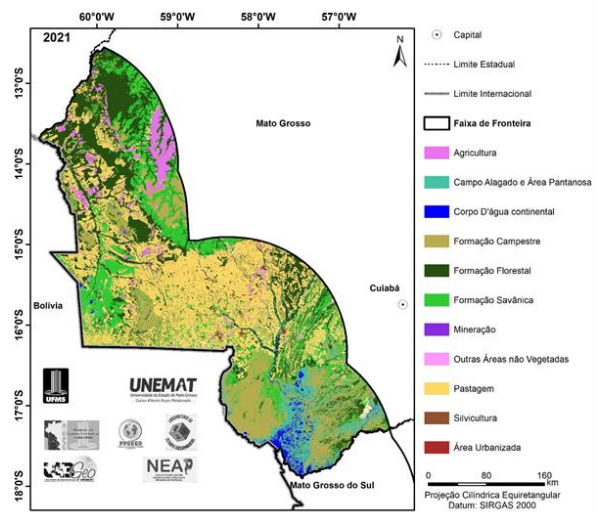
Nos municípios do estado de Mato Grosso, localizados na faixa de fronteira, ocorreu o predomínio de pastagens destinadas para pecuária e o aumento da área destinada para a agricultura, principalmente no município de Sapezal e entorno (Figura 17 e 18).

Figura 17 – Uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso em 2017



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 18 – Uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso em 2021



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

No estado de Mato Grosso do Sul há grande áreas destacadas na sub-região do Cone Sul-mato-grossense. Na região do Pantanal há o predomínio de RPPN, principalmente do município de Corumbá-MS. Em Mato Grosso há a predomínio de Parques (Figuras 19 e 20).

Figura 19 – Unidade de Conservação em Mato Grosso

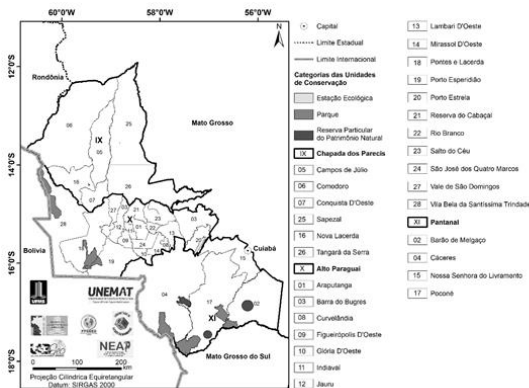
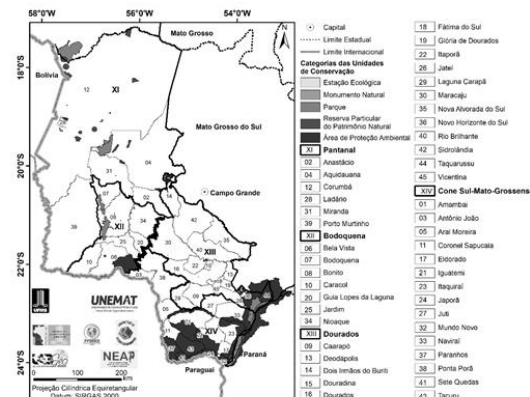


Figura 20 – Unidade de Conservação em Mato Grosso do Sul



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Segundo o SEBRAE (2023) a tecnologia limpa (clean technology) se refere a uma ampla variedade de práticas e tecnologias ecologicamente corretas e a métodos de redução do impacto ambiental negativo. Esse tema foi popularizado nos Estados Unidos, onde empresas visavam melhorar a sustentabilidade ambiental de suas ações. Podem significar várias coisas que contribuem com as práticas sustentáveis. Como exemplos estão as fontes de energia renováveis (iluminação LED, painéis solares, energia eólica), novos métodos de reciclagem e outras práticas sustentáveis.

A maioria dos municípios localizados na faixa de fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, adotam a prática de tecnologias limpas. Algumas dessas ações são vistas pelos gestores públicos como a instalação de iluminação de lâmpadas de led, tratamento de resíduos sólidos e o uso de painéis solares para iluminação das repartições públicas. Alguns hotéis já utilizam a energia solar e em alguns casos, o reaproveitamento de água.

5.7.1 Síntese dos potenciais observados

1. Turismo Rural
2. Turismo de observação
3. Atividade pesqueira (pesca e solte)
4. Áreas de proteção naturais (Federal, Estadual e Municipal)
5. Recursos Minerais
6. Coletas seletivas
7. Reciclagem
8. Compensação Ambiental
9. Compensação de carbono

5.7.2 Síntese dos problemas observados

1. Falta de legislação integrada de resíduos sólidos
2. Políticas de gestão de recursos hídricos transfronteiriços
3. Caça e pesca predatória
4. Contrabando de animais silvestres
5. Política de Gestão Integrada relacionada ao meio ambiente na faixa de fronteira entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
6. Ausência de núcleos permanentes de Brigadistas do Prevfogo
7. Coletas seletivas
8. Cooperativa de materiais reciclados
9. Aterros Sanitários
10. Saneamento Básico

5.7.3 Síntese das ameaças observadas

1. Incêndios florestais
2. Incêndios no Pantanal
3. Incêndios na faixa de fronteira Brasil - Paraguai – Bolívia
4. Secas e Cheias Extremas no Pantanal
5. Falta de planejamento no uso e ocupação do território
6. Ocupação de áreas de preservação permanente
7. Avanço da agricultura em área de planície
8. Drenagem de áreas úmidas
9. Contaminação dos recursos hídricos
10. Desmatamento em áreas de recargas hídricas
11. Assoreamento dos principais sistemas fluviais
12. Ausência de saneamento básico
13. Ausência de políticas municipais ambientais efetivas
14. Mudanças Climáticas

5.7.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Valorização do Turismo de Contemplação
2. Fortalecimento do Pesque e Solte
3. Fortalecimento de ações de combate aos incêndios florestais
4. Consolidação das Brigadas de Combate aos incêndios na Faixa de Fronteira de maneira integrada e permanente
5. Incentivo a recuperação de áreas degradadas
6. Ampliação da compensação ambiental
7. Legislações específicas para a faixa de fronteira
8. Pagamento para ações municipais de ações relacionadas ao meio ambiente
9. Compensação aos municípios pela exploração dos recursos minerais pela iniciativa privada
10. Investimento em Tecnologias Limpas
11. Elaboração de Projetos de Crédito de Carbono
12. Valorização do Patrimônio Arqueológico e Geológico.

5.7.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/ financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Projeto de Enfrentamento das Mudanças Climáticas	Reduzir o impacto das mudanças ambientais nos municípios da faixa de fronteira	Todos	Município, Estado, União, IBAMA, MCTI, Ministério do Meio Ambiente, Sociedade Civil Organizada, Produtores Rurais, Universidades, Escolas Municipais e Estaduais	Médio e Longo Prazo	Recuperação de áreas degradadas com plantio de árvores
	Reduzir o impacto das mudanças ambientais nos municípios da faixa de fronteira	Todos	Município, Estado, União, IBAMA, MCTI, Ministério do Meio Ambiente, Sociedade Civil Organizada, Produtores Rurais, Universidades, Escolas Municipais e Estaduais	Médio e Longo Prazo	Redução do desmatamento
	Reduzir o impacto das mudanças ambientais nos municípios da faixa de fronteira	Todos	Município, Estado, União, IBAMA, MCTI, Ministério do Meio Ambiente, Sociedade Civil Organizada, Produtores Rurais, Universidades, Escolas Municipais e Estaduais	Médio e Longo Prazo	Compensação ambiental por ações que preservam o meio ambiente
Investimentos em energias limpas	Fomentar o uso da energia solar nos municípios localizados na faixa de fronteira	Todos	Município, Estado, União, Iniciativa privada, Comércio e Indústria, Funbio	Médio e Longo Prazo	Número de unidades de captação de energia solar implantadas
	Ampliar os incentivos fiscais para implantação de energia solar	Todos	Município, Estado, União, Iniciativa privada, Comércio e Indústria	Médio e Longo Prazo	Número de incentivos fiscais concedidos

Projeto de Combate aos incêndios florestais (Pantanal e Cerrado)	Reduzir os incêndios que atingem o Pantanal	Envolvimento dos municípios localizados no Pantanal e entorno	Município, Estado, União, Sindicatos Rurais, ICMBio, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, INPE com envolvimento da Bolívia e Paraguai	Curto e Médio Prazo	Número de Brigadas Permanentes de Combate a Incêndios Florestais implantadas
Projetos de Compensação Ambientais	Apoiar projetos para proteção do Meio Ambiente	Todos	Municípios, Estados, União e Ministério do Meio Ambiente	Curto e Médio Prazo	Número de projetos apoiados
	Elaborar proposta de incentivos fiscais e pagamentos projetos de proteção ambiental	Todos	Municípios, Estados, União e Ministério do Meio Ambiente, Funbio, ANA	Curto e Médio Prazo	Número de incentivos fiscais concedidos
Projetos de Créditos de Carbono	Incentivar projetos ligados à proteção ambiental e obtenção de créditos de carbono	Todos	Município, Funbio, Estado e União	Curto e Médio Prazo	Número de projetos apoiados

89 Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos).

6. PROPOSTA PARA A SUDECO PENSAR NA SUA ATENÇÃO NAS FRONTEIRAS

Sílvio Tavares Monteiro

A realidade avança e o MERCOSUL vai ampliando o “corpo” das nações, no ritmo permitido pela assimetria de seus membros. Já havíamos percebido esta disposição para integração, na constituição da Bolívia. No entanto, o COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ALTAS AUTORIDADES DOS ESTADOS ASSOCIADOS, na LXIII Cúpula de Presidentes, o Rio de Janeiro de 07/12/2023, exemplifica bem este avanço, ao explicitar sobre a temática das localidades fronteiriças. Os Presidentes presentes do Brasil, Argentina, Uruguay, Paraguay e Bolívia, entre vários temas,

REITERARAM seu compromisso para alcançar uma integração fronteiriça que priorize as necessidades das populações que habitam as fronteiras compartilhadas pelos Estados Partes e promova o desenvolvimento das economias regionais a fim de que as localidades fronteiriças realizem todo seu potencial e se alcance a integração regional mais ampla entre os Estados Partes do MERCOSUL. [...] SUBLINHARAM, a importância de que os benefícios da integração regional alcancem e possam ser desfrutados pelos cidadãos e cidadãs das zonas fronteiriças, e nesse contexto, coincidiram na necessidade de avançar com os trâmites internos de aprovação legislativa e promulgação do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas. [...] RECORDARAM ainda, que este Acordo é um instrumento importante para facilitar a circulação vicinal e possibilitar à população das localidades fronteiriças vinculadas o acesso aos benefícios nas áreas de educação, trabalho, saúde, transporte e comércio dos bens de subsistência, entre outros. (MERCOSUL, 2023).

Portanto, tendo isto como fato, todas as iniciativas de desenvolvimento, quer da União ou dos Estados, para as localidades fronteiriças, não devem ser ações unilaterais, de um país, e sim coordenadas entre as partes. Os Estados partes, aceitam “flexibilizar” os seus limites, entendem a integração, como um processo de construção democrática, de um necessário formato de relações binacionais onde a realidade das localidades fronteiriças tem um papel protagonista que, erroneamente, foi ignorado no passado.

Conclusões para debates:

1.1 Os Programas Nacionais de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira (FF), ao adotarem uma tipologia em “grandes arcos”, não consideraram as informações estatísticas, peculiaridades e programas dos países limítrofes. Os PDFF foram programas feitos pelo governo brasileiro, mais preocupados com a sua articulação na aplicação de políticas na nossa FF, do que para o desenvolvimento da cooperação para o desenvolvimento dos fronteiriços. Na verdade, nunca tivemos um planejamento nacional e, mesmo estadual, para as fronteiras internacionais.

1.2. Sabemos que todos os encontros, entre lideranças de localidades das nações envolvidas na problemática da fronteira, são benéficos pela oportunidade de mais se conhecerem e pensarem alternativas. No entanto, e todos reconhecem, como o próprio MIDR, as lideranças da fronteira logo percebem quando suas demandas não são atendidas, ou levam muito tempo para o serem, e isto provoca esvaziamento de muitas iniciativas.

1.3. Os territórios fronteiriços sempre tiveram diversas formas de cooperação (informais e formais) para o desenvolvimento local e, neste século tem ampliado a institucionalização delas. Conhecedores de suas necessidades e buscando atendê-las de forma articulada, cooperativa, tanto no local, quanto em outros níveis de governo e internacional. Suas necessidades é que

criam a persistência da busca de soluções, gerando experiências que se acumulam. Assim, sempre que um programa nacional de desenvolvimento, partindo de pressupostos gerais, não atender a realidade local, terá restrições ou... fracassará; pois as localidades das fronteiras não podem ser vistas como atores sem capacidade de decidirem. As localidades da fronteira são um laboratório de ações de cooperação, evolutivo em erros e acertos, que as burocracias distantes tendem a desconhecer, por não viverem na sua prática cotidiana, sua cultura, resultado de sua formação histórica.

1.4. A realidade da cultura da fronteira, do Rio Grande do Sul, não existe na área da SUDECO. A realidade da fronteira no Paraná, que usamos como exemplos próximos, existe devido aos esforços da binacional Itaipu, mas, é diferenciada no Centro-Oeste. Aqui, a tradição “separatista” do MT e MS, bem como a realidade de contato com dois países com formação histórica tão diferentes (andino e platino), além das migrações que, em muitos municípios, entram na segunda/terceira geração, fazem com que não se possa “transplantar” experiências, demanda que se construa o novo.

Porém, a descontinuidade fragmentadora de esforços para o desenvolvimento regional e fronteiriço, continua pairando ao longo das avaliações dos PNDRs, demonstrando que a cultura do governo Federal, continua ignorando a relevância do desenvolvimento regional;

1.5. No entanto, julgamos ainda atual o que já escrevemos: “Simplificando, as alternativas de ruptura do subdesenvolvimento sempre passam pela capacidade política para gerar, agregar e reter valor aos bens e serviços (mercadorias) produzidos pelo grupo ou região” (Monteiro, 2003);

1.6. Considerando as fronteiras internacionais e interestaduais da SUDECO, entendemos que as conurbações fronteiriças e povoados-cidades lindeiras, devem ser objeto da ação “exógena” do Estado (União-Estados), para induzir que sejam territórios protagonistas da cooperação nas construções econômico-sociais e políticas do seu autodesenvolvimento. O autodesenvolvimento local, terá uma dinâmica dependente da coordenação, das capacidades organizativas endógenas e articulativa com as exógenas (nacionais e de acordos internacionais), com escolhas e ritmos, determinados pelas necessidades e capacidades, de cada peculiar organização dos fronteiriços.

1.7. A realidade boliviana e paraguaia é muito diferenciada. A formação da Bolívia, andina ligada ao Vice-Reinado do Peru e, que vai surgir só depois da Batalha de Ayacucho (dic/1824), em 06/ago/1825, é totalmente diferenciada de outro. O Paraguai, com origem no Vice-Reinado do Rio da Prata, o primeiro país a declarar Independência nas Américas (15/05/1811). Um, sempre ligado ao mercado mundial pela exploração colonial dos seus minérios; outro, se encerra num autarquismo que, só é rompido pela quase destruição na guerra da Tríplice Aliança. As diferenças de formação histórica entre a BO e PY, bem como as diferenças da integração energética do Brasil com ambos (Itaipu-Gasoduto), tem grande peso nas decisões das nossas capitais que, só com o MERCOSUL, começam a efetivamente considerar as populações das fronteiras.

Considerando:

- i. Que 2024 será um ano eleitoral, onde o frágil sistema federal de governança democrático, será novamente testado e, também ocorrerá eleições na Bolívia, onde o MAS está dividido;
- ii. No MT e MS existem diferenças de capacidade de intervenção, em desenvolvimento regional;

- iii. As diferenças de número e de densidade de populações em localidades fronteiriças do MT e MS, geram contextos heterogêneos, demandando ações diferenciadas;
- iv. A paralisação das construções logísticas internacionais no MT, ao contrário da aceleração delas no MS (rodovia bioceânica, ferrovia para Paranaguá), também, demonstram maior isolamento do primeiro, resultando em fraquezas em suas instituições governamentais, sobre a temática desenvolvimento fronteiriço;
- v. A existência do Parque Noel Kempff (BO), na fronteira MT e, do Pantanal, formando áreas naturais “tampões”, demandam atenção binacional que parecem esquecidas no planejamento regional para as fronteiras;
- vi. Que o organograma atual da SUDECO é pequeno e centrado na gestão do FCO, não transparecendo organicidade para execução de planos de desenvolvimento regional, mas sim, na indução deles para outros níveis da federação.

Sugestões para contribuir

Propõe-se o incremento de núcleo no organograma da Sudeco para tratar da faixa de fronteira, instituído através de Portaria Ministerial-Superintendência indicando objetivo, funções, recursos humanos e financeiros, período renovável, avaliação etc., até a 1ª avaliação para subsidiar reforma do organograma. Sugere-se os seguintes passos:

- 1º A estrutura organizativa da Sudeco, para o desenvolvimento de relações de cooperação para as conurbações e municípios fronteiriços deve ser um projeto piloto da Sudeco, com duração mínima de 3 anos, vinculado ao Gabinete da Superintendência;
- 2º Deve ser “aberta” para a articulação interministerial e cooperação em rede dos níveis estaduais e municipais, com recursos operacionais da SUDECO, centrados na geração de capacidades de recursos humanos na prática, para a promoção do desenvolvimento regional de fronteiras em áreas prioritárias;
- 3º O projeto deve delimitar a área de atuação, abandonando o erro de diluição na FF; pautar-se pelas prioridades locais e, dos acordos já aprovados, binacionais e do MERCOSUL;
- 4º Sem recursos humanos capacitados, as necessárias atividades de informação e mobilização local, continuarão esporádicas e frágeis. A construção e existência de capital social nos locais, é um unânime fator de “arranque” essencial para o desenvolvimento;
- 5º A estrutura organizacional deverá ser descentralizada, flexível e operando em redes, com ações presenciais, semipresenciais e à distância, sempre envolvendo os pares de atores institucionais bifronteiriços;
- 6º A SUDECO pode e deve persistir numa ação organizativa inovadora, simples e objetiva (Quadro 4). Ousamos acreditar que, em três anos de atividades, terá rompido a atual crise permanente de planejamento. No modelo anterior e examinado neste rascunho, cada Estado escrevia o seu Plano para a FF. Aqui o Estado e suas secretarias temáticas são considerados atores essenciais, mas, que se articulam com o GECDF por meio de projetos-atividades claras nos termos de referência, especificando tarefas, locais, custos compartilhados etc. Ou seja, o instrumento operativo não é mais um plano genérico, mas, os termos de cooperações técnicas com suas cláusulas, avaliação, anexos etc., flexíveis para cada ação especializada ou multidisciplinar, em territórios especificados.

Quadro 4 - Proposta síntese geral para a Sudeco

SUDECO- GECDF (GRUPO EXECUTIVO PARA COOPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO)
1.OBJETIVO
Promover e Assessorar ações de cooperação p/o desenvolvimento Fronteiriço na jurisdição da SUDECO
1. DIRETRIZES FUNCIONAIS-OPERATIVAS:
1 Sistematizar e divulgar informações no tema CDF; 2. Participar e promover cooperação técnica interinstitucional, nos três níveis, pública e privada e binacional; 3. Apoiar e realizar eventos e capacitação para desenvolvimento humano local em CDF e APLs; 4. Operar pautado por princípios de colaboração democrática cooperativa;
2. ÁREAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS:
1 Conurbações e municípios limieiros da Fronteira Internacional (BO-PY), citados e localidades viciniais fronteiriças reconhecidas etc. (MT prioridade - área contato vicinal Chiquitana Porto Esperidião-Vila Bela da Santíssima Trindade; Sta. Clara-San Vicente); 2. Conurbações e municípios limieiros das fronteiras estaduais internas da SUDECO (Vale Araguaia MT-GO)
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
1. Nacional: Uma coordenação, com pequenas equipes (Setor?) especializados em: enlace federal; enlace comissões permanentes [Senado e Câmara Federal]; enlace MIDR e embaixadas; Enlace com a Academia; Site articulador divulgador etc.; 2. Regionais fronteiras: Pequenas equipes multidisciplinares (agentes de CDF) em 4 Setores Regionais: MT 1 – Fronteira BOL; MT 2 Vale Araguaia; MS 1 Fronteira BO; MS 2 Fronteira PY
4. MODO OPERACIONAL NAS FRONTEIRAS:
- Metodologia de visitas técnicas em terreno (municípios) periódica; - Modelo de Termo de Cooperação técnica para instituições públicas Estado e Secretarias, Municípios, Sindicatos, Empresas, Academia...; - Cronograma de eventos e cursos para as localidades vinculadas etc.; - Cronograma de intercâmbios (dentro da área da SUDECO, nacionais etc.) - Início e ampliação de rede de informações; - Rotinas da metodologia de articulação-coordenação dentro do GECDF (Brasília-sedes locais-Brasília), - Sistema de avaliação participativo com atores locais, nas Regionais Fronteiriças)
5. SUGESTÃO PAUTA PROGRAMÁTICA DE AÇÕES:
ANO I: 1 – Identificação da situação de aplicação do ALFV (BRA-PY) e situação fronteira BOL; 2. Identificação-avaliação de esforços de cooperação transfronteiriça em cada área selecionada; 3. Articulação institucional (Consulados, Prefeituras, Alcadias, stakeholders...); 4. Situação das experiências conurbações Vale Araguaia e da duplicidade de Planos Municipais, cultura de integração etc.; 5 Eventos binacionais e nas conurbações Vale Araguaia; 6 Cursos p/agentes operadores locais dos governos (ambos lados) e lideranças (gestão direta ou Academia); 7 Atividades do Plano de Desenvolvimento da SUDECO p/a Fronteira; 8. Seminários avaliação do ano-reprogramação nas áreas e publicações no site.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste do Brasil apresenta uma carteira de projetos com olhar de quem vive nas municipalidades de fronteira, pesquisa a fronteira e a entende como diversa e diferente dos municípios do restante e de fora da Faixa de Fronteira. Neste sentido, apresentamos indicações de projetos e ações estratégicas gerais, para todos os municípios da Faixa de Fronteira e específicas para aqueles situados nas Regiões Fronteiriças Proximais (dentro da faixa de fronteira e com intensas interações cotidianas com povos do país vizinho).

A divisão adotada permite a realização de propostas que consideram as intensidades das relações sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas com os vizinhos bolivianos e paraguaios. Os municípios localizados nas Regiões Fronteiriças Intermediárias (dentro da faixa de fronteira, mas com poucas interações cotidianas com povos do país vizinho) não possuem o mesmo dinamismo relacional que aqueles das Regiões Fronteiriças Proximais. Todos são vistos a partir de suas características gerais e particularidades.

Importante destacar a necessidade de reativação do Comitê Estadual para o Desenvolvimento e Integração das Políticas Públicas na Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso – CEFF/MT, criado pelo Decreto nº 478, de 28 de junho de 2011, pelo governo de Mato Grosso, e; do Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul (NFMS), criado pelo Decreto Nº 13.303, de 22 de novembro de 2011, pelo governo de Mato Grosso do Sul. Esses núcleos podem articular as demandas dos municípios da faixa de fronteira, em especial, as propostas apresentadas neste documento. Contudo, não são capazes de sentir e propor elementos das vivências fronteiriças.

Conforme apresentado, é preciso olhar de maneira diferenciada para os municípios que compõem o que estamos chamando de Regiões Fronteiriças Proximais, em especial para as cidades-gêmeas Cáceres, Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Paranhos e Mundo Novo. Inclui-se, ainda, Sete Quedas, conurbada à Pindoty Porã, uma pequena cidade paraguaia. Entendemos que essas cidades carecem de uma estrutura para se pensar a gestão compartilhada com seus vizinhos fronteiriços. Para isso será fundamental a articulação política e diplomática brasileira e ação efetiva da Agência Brasileira de Comunicação (ABC) para formalizar acordos de cooperação fronteiriça com Bolívia e Paraguai.

Nossa proposta, para pensar a gestão dos espaços fronteiriços desses municípios, inclui a criação do Centro de Cooperação Fronteiriça (CECOF) em cada um desses municípios. Essa

proposta nasceu da inquietação e das reflexões promovidas nos debates e pesquisas do Mestrado em Estudos Fronteiriços do CPAN/UFMS. O CECOF deve se constituir em lócus permanente para a promoção do diálogo institucional efetivo e contínuo entre a sociedade civil e as instituições governamentais dos dois lados da fronteira e em ambos os Estados.

Sua composição deve ser paritária (sociedade civil e governo dos dois lados da fronteira) para promover, mediante consenso, o diálogo permanente e para funcionar como usina de fomento de ideias-solução, de modo a equacionar os obstáculos do desenvolvimento, da integração e do cotidiano dos dois lados da fronteira. Sua missão deve ser a de formular, sistematizar e mediar propostas consensuadas entre os dois lados da fronteira e contribuir propositiva e proativamente para a superação de conflitos e de eventuais obstáculos nos fluxos articulares fronteiriços.

Estamos propondo seis câmaras setoriais permanentes de funcionamento (Educação, Saúde, Segurança Pública, Transportes, Indústria e Comércio e Agricultura e Meio Ambiente), como instância primeira dos debates para a elaboração/formulação e sistematização das propostas, para depois serem objeto de maiores estudos e elaboração final. Outras câmaras provisórias podem ser instituídas a qualquer tempo.

Acreditamos que o CECOF possa ter reuniões ordinárias trimestrais ou quadrimestrais e extraordinárias a qualquer tempo a partir da convocação de membros de seu Núcleo Gestor de Fronteira. Para que possa ter elementos de análise mais precisos e atualizados a respeito das diversas características que as fronteiras possuem, pensamos que a criação de um Observatório das Dinâmicas Fronteiriços será ponto fulcral. Nele será possível instalar bancos de dados compartilhados com os agentes, organismos e instituições envolvidas, consolidando um processo de reconhecimentos do quanto as fronteiras exigem olhares e ações diferenciadas. Essas instituições podem ser articuladas junto a Sudeco para as propostas de desenvolvimento das áreas lindeiras.

Por fim, cabe observar a necessidade de se parar de pensar a fronteira como uma localidade privilegiada para as práticas ilícitas. É preciso investir em inteligência policial e cooperação com os países vizinhos para o combate ao contrabando, ao tráfico de drogas e de pessoas, dentre outros crimes. O maior investimento precisa ser na instituição de instrumentos para a geração de renda dos povos fronteiriços de modo a melhorar sua qualidade de vida. Acreditamos que o trabalho, o empreendedorismo dos negócios, enfim, a tranquilidade econômica, sejam as armas mais eficientes para podar as asas do crime organizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório [2021 a 2024] Cursos da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES - DAV - Diretoria de Avaliação. Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2020.

BRASIL. **Corredores Ecológicos**. Iniciativa Brasileira no Contexto Continental. Brasília: Ministério Do Meio Ambiente, 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 12 de ago. 2020.

BRASIL. **Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste: PRDCO 2024 -2027**. Brasília: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; Diretoria de Planejamento e Avaliação, 2023.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para%20correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

BRASIL. **Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2021**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> >. Acesso em: 6 jun. 2023.

IBGE. MUNIC 2017: 48,6% dos municípios do país foram afetados por secas nos últimos 4 anos. Agência IBGE Notícias, [s.l.], jul. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia_sala_de_imprensa/2013_agencia_de_noticias/releases/21636_munic_2017_48_6_dos_munic%C3%A9pios_do_pa%C3%ADs_foram_afetados_por_secas_nos_%C3%BAltimos_4_anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-munic%C3%A9pios.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 05 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios** | IBGE. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 10 set. 2023.

KONZEN, Ione G. N. C.; PESSOA, Allisson S.; SILVA, Valdinei T. Patrulha rural georreferenciada como estratégia de gestão em segurança pública. In: **Revista de Gestão e Secretariado**. V. 14, n. 06, p. 9493-9521, 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira/MS**. Campo Grande, MS, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011.

MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, MT, 2012.

MONTEIRO, S. T. (Coord.). **A fronteira Brasil-Bolívia no Mato Grosso**. Cuiabá: ALMT, 2016.

MONTEIRO, S. T. **O essencial é o desenvolvimento humano**. Cuiabá: COOTRADE, 2003. (Série ensaios e estudos sobre desenvolvimento humano).



UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado

